

NAJLA M. N. PASSOS

A revista *Veja* e a invenção do ‘MST terrorista’:

Um estudo sobre a cultura da opressão no Brasil pós 11 de setembro

**Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Instituto de Linguagens - IL
Cuiabá- MT
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NAJLA M. N. PASSOS

A revista *Veja* e a invenção do ‘MST terrorista’:

Um estudo sobre a cultura da opressão no Brasil pós 11 de setembro

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem – MeEL do Instituto de Linguagens – IL da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Estudos Culturais
Orientadora: Profa. Dra. Sirlei Aparecida Silveira

**Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Instituto de Linguagens - IL
Cuiabá- MT
2008**

FOLHA DE APROVAÇÃO

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Juan,
que me alimenta a alma
com sua alegria de viver,
e me ensina a encontrar forças
para lutar por um mundo melhor.

Aos meus pais,
Alexandre e Maria Helena,
e a minha avó Isaura (*in memoriam*),
que me ensinaram a amar
os livros e os homens.

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Juan, pelo amor incondicional, pela paciência, pela cumplicidade e por jamais se acovardar frente às dificuldades.

À Prof. e Jornalista Márcia Andreola, por me lembrar todos os dias, pelo exemplo e pela amizade, que é preciso acreditar sempre no ser humano.

Aos meus pais, Alexandre e Maria Helena, e aos meus irmãos, Xandinho, Thiago e Maura, por estarem comigo “na alegria e na tristeza”, “nos erros e nos acertos”.

À minha irmã Marina, que eu tanto amo e admiro, pela mais sincera e imprescindível ajuda, sem a qual eu jamais teria conseguido.

À Prof. Dra. Virgínia Fontes, pelas dicas preciosas e pelo apoio constante, e aos demais companheiros do Núcleo Piratininga de Comunicação, pelo estímulo, pelo carinho e pela amizade. Sempre.

À Prof. Dra. Lucília Maria Souza Romão (USP – Ribeirão Preto) e à Profa. Dra. Adriana Facina (UFRJ), pela presteza e carinho com que me disponibilizaram seus estudos sobre o tema.

Ao Prof. Dr. Roberto de Boaventura da Silva Sá, que me ajudou a dar a largada desta pesquisa, e à Prof. Dra. Sirlei Aparecida Silveira, que me assegurou o término.

À Prof. Dra. Franceli Aparecida da Silva Mello, que muito contribuiu com esta dissertação, tanto na disciplina que ministrou no mestrado como na sua participação na minha banca de qualificação.

Aos colegas de programa que muito me ensinaram, Sílvia, Aline, Rubermária, Humberto, Gilson, Leão, Marry, Robson, Godói, e em especial o companheiro Antônio Carlos, o “Cegão”, obrigado a desistir do programa em função das deficiências injustificáveis da universidade brasileira.

Aos funcionários da Adufmat, Gisele, Luíza, Evanildes e Benedito, e em especial ao Luiz Ferreira, pelo apoio, pela amizade, pela coragem e pela cumplicidade.

Ao fotógrafo Chico Ferreira, pela ajuda na sistematização do objeto e pelas observações ímpares.

Ao coordenador do MST, João Pedro Stedile, pelas indicações de leitura.

Aos professores Aquiles, Domingues, Vinícius, Dharani, Sanches e Vavá, pela convivência rica, prazerosa e cheia de aprendizados.

RESUMO

PASSOS, Najla. **A Revista Veja e a invenção do 'MST Terrorista' - Um estudo sobre a cultura da opressão no Brasil pós 11 de setembro.**

O discurso da “guerra contra o terror”, capitaneado pelo presidente norte-americano George Bush após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, tem servido como importante arma hegemônica para a criminalização dos movimentos sociais latino-americanos. No Brasil, a principal vítima desse processo é o MST, que se impõe como o principal contraponto ao avanço do neoliberalismo no país. Fundado em 1984, o MST conquistou, no final da década de 90 do século passado, o posto de maior e mais organizado movimento social brasileiro, lutando não só pela reforma agrária, sua principal bandeira, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Desde então tem sido vítima de ataques constantes dos adeptos do neoliberalismo que, tendo a imprensa como aliada, materializam nela o discurso de crítica e combate aos sem-terra. Mas, se na década passada, o principal viés da crítica ao MST residia na associação do movimento ao comunismo, hoje passa necessariamente pela fixação da imagem do movimento como uma organização terrorista.

A proposta deste trabalho é, justamente, desvendar as formas com que essa espécie de “cultura da opressão” aos movimentos populares opera no Brasil pós 11 de setembro, a partir do instrumental teórico do “materialismo cultural”, proposto por Raymond Williams. Para efeito desta pesquisa, escolhemos o discurso veiculado pela revista *Veja*, publicação reconhecidamente neoliberal que conquistou o posto de a mais influente publicação do país e de quarta revista mais vendida no mundo. De forma mais pontual, a tarefa imposta por este trabalho é responder a duas questões centrais: 1) em que se baseia o discurso que respalda a invenção de um MST terrorista, considerando, principalmente, que o Brasil não tem tradição nem histórico em terrorismo? 2) De quais elementos culturais esse discurso se vale para tentar encontrar eco na prática social?

PALAVRAS-CHAVES: Terrorismo, MST, revista *Veja*.

ABSTRACT

PASSOS, Najla. The Veja Magazine and the invention of 'Terrorist MST' - a study about the culture of the oppression in Brazil after September 11.

The speech of the "war against the terror", commanded for North American president George Bush after the terrorist attempted in September 11, 2001, has served as an important hegemonic weapon for criminalization of the Latin American social movements. In Brazil, the main victim of this process is the MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brazil's Landless Workers Movement), which imposes as the main counterpoint to the advance of the neoliberalism in the country. Established in 1984, the MST conquered, in the end of the decade of 1990, the rank of greater and more organized Brazilian social movement, fighting not only for the agrarian reform, its main flag, but also for the construction of a society based on equality and justice. Since then, it has been victim of constant attacks from the adepts of the neoliberalism, that, using the press as allied, build the speech to criticize and combat the landless workers. However, if in the last decade, the MST criticisms were based on the association of the movement to the communism, nowadays it necessarily passes by setting the movement image as a terrorist organization.

The proposal of this work is, exactly, uncover the methods that this kind of "culture of oppression" to the popular movements, has been using in Brazil after September 11, using the theoretical instrument of the "cultural materialism", proposed by Raymond Williams. For this research, was used the speech propagated by the *Veja Magazine*, admittedly as a neoliberal publication that conquered the rank of the most influential publication of the country and also the fourth magazine in the world in sales. To be more specific, the task imposed by this work is to answer two central questions: 1) which pillars can support a speech that endorses the invention of a terrorist MST, considering mainly, that the Brazil does not have tradition or description in terrorism. 2) Which cultural elements are used in this speech to try to find eco in the social practical?

KEY WORDS: Terrorism, MST, *Veja Magazine*.

SUMÁRIO

Dedicatória	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Introdução.....	01
Objetivo e objeto	04
A demarcação do corpus.....	07
Uma clara posição dentro dos Estudos Culturais	08
A estrutura da pesquisa	12
Capítulo 1 – O MST E A RESSIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO DA LUTA PELA TERRA	14
1.1 – Enfim, nasce o MST.....	15
1.2 - Os portugueses chegam ao Brasil. Começa a luta pela terra.....	16
1.3 – Chegam os negros africanos. A luta continua.....	17
1.4 – Escravos brancos: iguais também lutam pela terra.....	19
1.5 - Quando eclode a Guerra de Canudos.....	21
1.6 – Correspondentes de guerra: perto da trincheira de Canudos, mas nem tanto.....	26
1.7 – Sobre como Canudos sobrevive até nossos dias.....	31
1.8 - Alienação na imprensa republicana	33
1.9 – O Brasil começa a debater a reforma agrária.....	34
1.10 – A Lei de Reforma Agrária sai da caserna.....	37
2 – A REVISTA VEJA NASCE, CRESCE E DEFRONTA-SE COM O MST.....	40
2.1 - A ‘americanização’ da imprensa na AL.....	41
2.2 - <i>Time-life</i> : o elo entre Organizações Globo e Editora Abril.....	43
2.3 – Da aceitação da Ditadura à adesão ao Neoliberalismo.....	45
2.4 - <i>Veja</i> assume o papel de mediadora do pacto social.....	48
2.5 - O neoliberalismo entra em cena.....	50

2.6 – A corrida presidencial de 1994: FHC neoliberal versus Lula socialista.....	55
2.7 - Duas tragédias lançam os holofotes sobre o MST	56
2.8 - Veja e MST: “alvo prioritário”	60
2.9 - O MST e o “perigo vermelho”	66
2.10 - Imprensa brasileira se abre ao capital estrangeiro.....	72
3 – A REVISTA <i>VEJA</i> E A INVENÇÃO DO ‘MST TERRORISTA’	74
3.1 – As imagens que mudaram a história.....	75
3.2 – A lua de mel realmente chegara ao fim?	78
3.3 - <i>Veja</i> resgata <i>Os Sertões</i> para atacar MST	81
3.4 – Canudos do MST X Canudos da revista <i>Veja</i>	83
3.5 – <i>Veja</i> transforma MST em pauta obrigatória	86
3.6 – Congresso abre fogo contra o MST	88
3.7 - O ‘MST terrorista’ ganha a tribuna da Câmara	90
3.8 – O MST nas páginas policiais... ..	93
3.9 - Ocupação de terra é ato terrorista?	96
3.10 - Contra o MST, <i>Veja</i> invoca a Inquisição e até Hitler	97
3.11 - MST perde popularidade... pelo menos para o IBOPE.....	100
Considerações Finais	102
Referências Bibliográficas	107

INTRODUÇÃO

Não há dúvidas de que os eventos de 11 de setembro de 2001 afetaram profundamente os rumos da história da humanidade. E, mesmo embora muitos dos efeitos do maior atentado terrorista contra o império norte-americano ainda estejam longe de ser mensurados, alguns já podem ser verificados facilmente na prática cotidiana da vida social. Um deles é a crescente exploração da cultura do medo e do desamparo à cidadania que, desde o início da hegemonia do pensamento neoliberal, já era utilizada para deixar as populações de diferentes partes do mundo cada vez mais assustadas. Aguiar (2005) afirma que isso acontece porque, no processo de consolidação do pensamento neoliberal, o Estado aumentou drasticamente sua influência como regulador permanente de uma contínua supressão de direitos. E, nesse contexto, esse Estado

[...] adquire assim o papel de ser ele mesmo o fiador e até o promotor dessa *guerra de todos contra todos*, que desconstrói o espaço público, desossa a identificação coletiva, desestrutura a cidadania e acelera o pulso do individualismo feroz, da antiética ou de um simulacro de ética (Aguiar, p.37 e 38).

Nesse ambiente de medo e desamparo fica difícil identificar prontamente o inimigo. E é por isso que governantes adeptos da política neoliberal decidiram utilizar o discurso da “guerra contra o terror”, capitaneado pelo presidente norte-americano, George Bush, para tipificar como terrorista quem contesta o poder hegemônico estabelecido.

A retórica da ‘guerra ao terror’ serve como uma luva a todos que querem atacar os movimentos sociais, especialmente os governantes submetidos aos ditames do neoliberalismo. Repentinamente, as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da

Colômbia), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais) e até mesmo as Mães da Praça de Maio viraram ‘terroristas’, apenas para citar organizações que atuam em alguns países latino-americanos. Qualquer grupo, movimento ou organização pouco disposto a aceitar as ‘regras do mercado’ tornou-se, potencialmente, candidato a ocupar o posto de “terroristas” de plantão (Arbex, 2002, p.149).

No Brasil, o melhor exemplo da utilização desse discurso, como já esclareceu Arbex, está no tratamento que a mídia comprometida com o capital internacional destina ao maior movimento social brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), fundado oficialmente em 1984 e que, na década de 90 do século passado, auge do neoliberalismo no Brasil, adquire importância central na cena política brasileira. Para a quase totalidade dos órgãos da imprensa brasileira, o MST é retratado como um grupo terrorista, mesmo considerando que o movimento, embora promova ocupações de terras e de órgãos públicos, possui caráter pacífico, não utiliza armas e se submete aos trâmites do jogo democrático.

Oficialmente, para as autoridades competentes, tanto do país quanto dos Estados Unidos, o Brasil não comporta grupos terroristas. A lista de Organizações Terroristas Internacionais, por exemplo, divulgadas pelo secretário de Estado estadunidense, Colin Powell, em outubro de 2001, relacionava 28 grupos de diferentes partes do mundo. Entre eles não constava o MST. Em seu pronunciamento na reunião ordinária do Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE), realizada em Washington, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2002, o diplomata chefe da delegação brasileira, Alberto Mendes Cardoso, foi taxativo ao descartar a hipótese de que o Brasil fosse palco de atuação de grupos terroristas. Por fim, é preciso considerar que, embora previsto pela Constituição de 1988, o crime de terrorismo jamais foi regulamentado e, portanto, legalmente, nenhum indivíduo ou movimento pode ser enquadrado como tal. Daí perguntarmos: em que se baseia, portanto, o discurso que respalda a invenção de um MST terrorista? De quais elementos culturais ele se vale para tentar encontrar eco na prática social?

Objetivo e objeto

São esses questionamentos que constituem a base desta pesquisa que, de forma sistematizada, procura desvendar quais elementos culturais a imprensa – enquanto legítimo instrumento de propagação do discurso da classe hegemônica – utiliza na tentativa de construir a imagem de um MST terrorista. É, também, tentar mensurar a eficácia dos novos discursos na prática social. Para isso, tomamos a revista *Veja* como fonte de referência sobre o discurso da imprensa.

Mesmo considerando que o discurso da maioria esmagadora da imprensa comercial pareça bastante homogêneo a respeito do MST, a escolha da revista *Veja* como objeto de análise não foi aleatória. Fundada em 1969, pela Editora Abril, a revista contou com considerável aporte de capital norte-americano. Estruturada a partir do padrão jornalístico da revista *Time*, tornou-se rapidamente a publicação que melhor representa os interesses dos Estados Unidos no país: defendeu, primeiro, o livre mercado e a abertura da economia ao capital estrangeiro, até se tornar, no início da década de 1990, a porta-voz do neoliberalismo no Brasil.

Como se isso não bastasse, em um país em que o índice de analfabetismo ainda causa constrangimento, a tiragem da revista *Veja* ultrapassa a casa de um milhão de exemplares semanais¹. As revistas, obviamente, não são lidas por apenas uma pessoa. Ficam disponibilizadas nas salas de convivência, consultórios médicos, bibliotecas etc, o que multiplica seu conteúdo para muitos outros milhões de leitores. E todo o conteúdo editorial veiculado por *Veja* fica permanente à disposição para consultas, no site da revista. Além disso, figura pelo menos desde 1995 como a 4ª maior revista do mundo no seguimento de informação, conforme números, a seguir, apresentados pela própria Editora Abril.

¹ A tiragem média da revista *Veja* por edição é de 1.200 exemplares, conforme dados publicados no site da própria Editora Abril.

Revista	País	Tiragem
Time	EUA	4.063.000
Newsweek	EUA	3.158.000
US News	EUA	2.400.000
Veja	Brasil	1.037.000
Der Spiegel	Alemanha	1.003.000
Panorama	Itália	542.000
L'Express	França	498.000

(Fonte: *Veja* com mais de 1 milhão. Carta ao leitor, 03/05/1995).

A edição da revista de nº 1.955 comprova que *Veja* mantém o ranking alcançado há mais de uma década. Ao descrever a grandiosidade do Grupo Abril, a revista afirma que “*Veja* tem a quarta maior tiragem do mundo entre as publicações semanais de informação e é a líder do gênero fora dos Estados Unidos” (Uma nova etapa para a Abril. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1955, 10 mai. 2006, p. 87).

O leitor da revista *Veja*, tanto da revista impressa quanto do site, também apresenta um perfil muito particular. Pertence aos extratos sociais alto, médio alto e médio que, no Brasil, são tidos como os setores “formadores de opinião”, ou seja, neles estão as pessoas com papel de destaque na construção e na disseminação do discurso hegemônico.

Perfil do Leitor		
Idade	Sexo	Classe Social
66% têm entre 18 e 49 anos	homens: 47% mulheres: 53%	Classe A: 28% Classe B: 42% Classe C: 21%

(Fonte: XLVII Estudos Marplan – 1º Semestre 2005)

Circulação		
Tiragem: 1.230.900 exemplares		
Circulação líquida: 1.094.000 exemplares		
Assinaturas	Avulsas	Exterior
931.630	162.370	4.849

(Fonte: IVC - nov/05)

Perfil do Internauta		
Idade	Sexo	Classe Social
68% têm entre 25 e 49 anos	homens: 53% mulheres: 47%	Classe A: 26% Classe B: 56% Classe C: 14%

(Fonte: Pesquisa Nacional Abril/Datalistas – 2004)

Audiência (jan/06)
5.614.598 page views
901.301 unique visitors/mês

(Fonte: Wusage)

É importante destacar também que, até por seu caráter mais elaborado e perene, a revista tende a funcionar como a usina ideológica de conceitos e pré-conceitos empregados pela classe média brasileira. Usina essa que, após testar novas formas de disseminar suas idéias e pré-noções na sociedade, as redistribui para o conjunto dos media promover o que Chomsky chama de “engenharia do consenso”. Para o autor, em sua análise sobre a imprensa norte-americana, a “engenharia do consenso é, ao mesmo tempo, reflexo e coluna de sustentação do poder exercido pela ‘elite’ americana, para quem ‘as massas’ não têm a capacidade de julgar aquilo que é melhor para a sociedade como um todo” (apud Arbex, 2000, p.61). Não por acaso, a quase totalidade da mídia brasileira reproduz a mesma postura adotada por *Veja* no ataque sistemático aos “Sem-Terra”.

A demarcação do *corpus*

Enquanto a definição do objeto ocorreu quase naturalmente, a demarcação do *corpus* suscitou enorme esforço e desprendimento. A tiragem inicial das matérias, notas, entrevistas e artigos publicados por Veja acerca do MST nos colocaram frente a mais de 600 textos.

Para delimitar o *corpus* de pesquisa da forma menos arbitrária possível, dispusemo-nos a estudar o tema a partir do momento em que a revista passa a associar os sem-terra a terroristas, sem deixar obviamente de consultar e entender todo o discurso já veiculado na revista sobre o movimento. Não por coincidência, o período corresponde precisamente ao governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Ainda assim, sentimos a necessidade de conhecer todo o conjunto de textos sobre o MST, sem-terra e reforma agrária, publicado pela revista na última década. A disponibilidade do conjunto de textos no site da revista em muito nos ajudou nesta tarefa, mas na maioria do caso tivemos que contar com acervos de bibliotecas, a maioria incompletos, e a boa-vontade de colecionadores. Essas matérias estão relacionadas nas referências bibliográficas, no final deste volume.

A relação do *corpus* definido para análise é a seguinte:

- A lua-de-mel acabou – O MST suspendeu trégua com o governo, promove onda de invasões e ameaça endurecer. 12/03/2003.
- A Esquerda Delirante. 18/06/2003.
- Rosetto todo feliz nos palácios e os sem-terra botando pra quebrar. 02/07/2003.
- Stedile declara guerra – Diante de um pôster de Che Guevara, o chefe do MST convoca seu “exército” para “acabar” com os “latifundiários”. 30/07/2003.
- O Brasil da solução e o Brasil do problema – enquanto o Agronegócio distribui riqueza, o MST defende a distribuição da miséria. 06/08/2003.
- Pobres, mas custam milhões. 17/12/2003.
- O tamanho do Brasil que põe a mesa. 03/03/2004.

- O abril sem lei do MST – Os sem-terra voltam a agitar o campo, mas contam com duplo auxílio do governo. 14/04/2004
- Como na guerra – Os sem-terra continuam agitando o campo, e o governo lança um pacote para acalmá-los. 21/04/2004.
- Madraçais do MST. 08/08/2004.
- O triunfo do desrespeito. 20/04/2005.
- O esquema dos sem-terra – Os camaradas vendem lotes dados pelo governo. E o Incra finge que toma providências. 28/04/2004.
- Ligações perigosas – Escuta mostra que o MST orientou a facção criminosa PCC a organizar uma manifestação. 11/05/2005.
- O terror contra o saber. 15/03/2006

Uma posição dentro dos Estudos Culturais

A crença de que a disciplina Estudos Culturais deve promover uma prática política da cultura, ou seja, a associação do método teórico com a aplicação prática dos conceitos e categorias de análise da vida social, sempre com o compromisso de constituir uma sociedade mais justa e democrática, levou-nos a optar por desenvolver esta pesquisa com base no instrumental teórico disponibilizado pelo “materialismo cultural”. Termo este cunhado por Raymond Williams, um dos fundadores dos Estudos Culturais, que o classifica como “uma teoria das especificações da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico” (Williams, 1977, p.12)²

É importante destacar que, a despeito da enorme gama de significados que o termo cultura abarcou ao longo da história, Williams (1992, p.206) o define como “um sistema de significações realizado”. Portanto, para o autor, cultura não é apenas o modo de vida de um povo, como propõe a aceção

² A citação acima é a primeira referência do autor ao termo “materialismo cultural”. Posteriormente, em um ensaio publicado na revista *New Left*, em 1979, e ainda inédito em português, ele explica melhor o conceito: “uma teoria da cultura como processo produtivo (material e social) e das práticas específicas, as ‘artes’, como uso sociais de meios materiais de produção (da linguagem como consciência prática às tecnologias específicas da escrita e de formas da escrita, passando pelos sistemas eletrônicos e mecânicos de comunicação)”. (Veja p-104 apud Cevalco, 2001, p. 115-116)

antropológica clássica, e tampouco os processos de criação artística, como defende a crítica cultural tradicionalista. É tudo isso, principalmente quando analisada de modo a relacionar os conflitos que lhe imputam significado, a partir de uma perspectiva de classe. É essa perspectiva que faz que o conceito de “hegemonia”³ assuma uma importância fundamental no “materialismo cultural”.

Para Williams, a compreensão da subordinação possibilitada a partir do constante processo de construção e manutenção do hegemônico corresponde, muito mais de perto, aos processos normais de organização e controle da sociedade de classes. E ainda possibilita trabalhar com o conceito de “contra-hegemonia”, ou seja, os processos pelos quais idéias e práticas novas são implantadas e reconhecidas pelo conjunto social. Segundo o próprio Williams,

A hegemonia não é então um nível superior articulado da ‘ideologia’, e nem suas formas de controle são aquelas em geral vistas como ‘manipulação’ e ‘doutrinação’. Trata-se de um conjunto de práticas e de expectativas que envolvem a vida toda: nossos significados, as consignações de energia, nossas percepções formadoras da subjetividade e de visão de mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constituídos e constituintes – os quais, ao serem vivenciados como práticas, parecem confirmar uns aos outros. [...] Trata-se, em outras palavras, de uma ‘cultura’ em seu sentido mais

³ No pensamento marxista, o termo 'hegemonia' foi desenvolvido por Gramsci para explicar como os diferentes segmentos da classe dominante se organizam para exercer o controle sobre a classe dominada no capitalismo. Gramsci levou em consideração tanto as disputas internas entre os setores burgueses, quanto as lutas de classes, que resultaram na expansão dos direitos civis, na ascensão dos sindicatos e em outras formas de organização social, o sufrágio universal e civil e o maior acesso à educação. O estado capitalista não podia mais manter-se apenas através da coação. Precisou, pois, fundamentar-se também no consentimento. essa persuasão permanente envolve aparelhos privados de hegemonia (entidades e organizações) que formam e preparam intelectuais para atuar nos mais diferentes aparatos - entre eles a imprensa, a igreja, a escola e a família - disseminando idéias e práticas adequadas ao *status quo*. Não basta disseminar idéias e forjar uma sociabilidade e, muitas vezes - para além do recurso à violência - a classe dominante precisa fazer concessões para alcançar o consentimento. Esse processo nada estagnado de criação de valores e significados que buscam manter a sociedade de classes, na obra de Gramsci, recebe o nome de "hegemonia".

forte, mas uma cultura que também deve ser vista como a dominação vivenciada e a subordinação de determinadas classes (Williams, 1977, p. 113).

A partir da conceituação de hegemonia, Williams propõe que, para compreender um processo cultural qualquer, é necessário considerar três aspectos essenciais: as “tradições”, as “instituições” e as “formações”. As “tradições”, conforme o autor, são “a expressão mais evidente das pressões e limites dominantes e hegemônicos. [...] é o meio prático de incorporação mais poderoso” (Williams, 1977, p. 118). Em outras palavras, as tradições são um poderoso mecanismo seletivo: “uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural” (Williams, 1977, p. 118). Portanto, as tradições são o elo cultural entre o passado e o presente. Mas não entre qualquer passado e qualquer presente, mas, sim, o passado que interessa a uma classe específica – a classe dominante – preservar, e um presente que interessa a esta mesma classe manter. Por isso, é no combate às tradições – incluindo aí as concepções literárias, a história das idéias, as crenças científicas e as teses intelectuais – que reside o principal campo de atuação do contra-hegemônico.

Já as “instituições”, principalmente as formais, evidentemente, têm uma influência profunda sobre o processo social, já que são elas as incumbidas de levar a todos os seres humanos os “ensinamentos” hegemônicos. Entre as instituições, Williams destaca, em especial, o papel da família, da educação, da igreja, do trabalho e, é claro, com a ênfase especial e necessária à compreensão do processo de dominação cultural no capitalismo avançado, a imprensa. “Nas sociedades modernas, temos de acrescentar os grandes sistemas de comunicação, que materializam notícias e opinião, e uma ampla variedade de percepções a atitudes selecionadas” (Williams, 1977, p. 120).

As “formações”, por sua vez, podem ser entendidas como “esses movimentos e tendências efetivos, na vida intelectual e artística, que têm influência significativa e por vezes decisiva no desenvolvimento ativo de uma cultura” (Williams, 1977, p. 121). Segundo o autor, as formações têm uma

relação variável com as instituições formais, que devem ser sempre compreendidas dentro do processo nada estanque de disputa de hegemonia: são as formações que permitem, na maioria das vezes, a incorporação de significados contra-hegemônicos à cultura dominante.

Entretanto, Williams acredita que a simples análise dos elementos que tendem a se tornar hegemônicos em uma cultura não é suficiente para desvendá-la por completo. Para esse estudioso, é necessário também observar os elementos residuais e emergentes presentes nos processos culturais. O autor faz questão de distinguir o residual do arcaico. Para ele, o arcaico relaciona-se apenas com o passado, enquanto o residual é um elemento do passado ainda vivo e dinâmico na realização dos sistemas de significado do presente. Já o emergente são os novos significados e valores que são continuamente criados.

É para ajudar nesse processo que ele propõe a adoção do conceito de ‘estrutura de sentimentos’ que, na definição do autor, “é uma qualidade particular da experiência social e das relações sociais, historicamente diferentes de outras qualidades particulares, que dá o senso de uma geração ou de um período” (Williams, 1977, p. 133). Ele alega que a expressão ‘sentimento’, embora difícil, é escolhida justamente para ressaltar uma distinção dos conceitos de ‘ideologia’ ou ‘visão de mundo’. Para Williams, há uma sensível diferença entre o pensamento sobre determinada época e as formas práticas que esse pensamento é vivenciado nessa mesma época, como consciência prática. E, nesse contexto, a estrutura de sentimento é “um tipo de pensamento e sentimento que é realmente social e material, mas em fases embriônicas (sic), antes de se tornar uma troca plenamente articulada e definida” (Williams, 1977, p. 133)⁴.

⁴ Como exemplo para observação da ‘estrutura de sentimento’, Williams cita a história das línguas. Conforme ele, apesar das muitas continuidades verificadas em gramática e vocabulário, “nenhuma geração fala exatamente a língua de seus antecessores” (Williams, 1977, p. 133). O mesmo ocorre em toda a prática cultural, quando novos valores e significados são criados, articulados, absorvidos e corrompidos.

A estrutura da pesquisa

O primeiro capítulo, “O MST e a Ressignificação do Discurso da Luta pela Terra no Brasil”, traz um breve histórico sobre o tema, com destaque para os discursos fabricados pela imprensa e pela literatura para dar voz ao pensamento hegemônico de cada época, passando pelos processos de escravidão dos índios, dos negros africanos e, de forma não oficial, dos primeiros colonos europeus que aportaram no país. Esse histórico perpassa ainda o surgimento do campesinato brasileiro, com o advento da Proclamação da República, até chegar às lutas camponesas do século XX. O capítulo dá especial destaque ao discurso produzido no final do século XIX para a criminalização dos sertanejos de Canudos, retomado enfaticamente pela revista *Veja*, nos últimos anos, na fabricação da imagem do “MST terrorista”. O capítulo ressalta, por fim, os eventos que resultaram no surgimento do MST, em 1984, e busca resumir a conjuntura que o fez se tornar, na década seguinte, o maior movimento social brasileiro.

O segundo capítulo narra como se deu o nascimento da Editora Abril e, na seqüência, da revista *Veja*, que logo se transformaria no carro-chefe da editora, mostrando as ligações da empresa com o capital internacional e, conseqüentemente, com o ideário norte-americano. Mas, o capítulo demonstra, principalmente, como *Veja* ajudou a consolidar uma imagem bastante peculiar do MST, desde sua fundação. A primeira abordagem da revista acerca do movimento data de 1985, um ano após o nascimento oficial do Movimento dos Sem-Terra. No final da década de 90 do século passado, o MST é um dos assuntos mais abordados pela revista, merecendo, inclusive, destaque em diversas matérias de capa, analisadas aqui com o propósito de identificar os elementos culturais que, mais tarde, serão retomados para a construção da imagem do ‘MST terrorista’.

O terceiro e último capítulo é o que sintetiza, de fato, o objetivo desta pesquisa: analisar o tratamento dado pela revista *Veja* ao MST, no contexto do primeiro governo Luís Inácio Lula da Silva. Período esse que coincide, exatamente, com o pós 11 de setembro de 2001, em que a retórica da ‘guerra

contra o terror' passa a ser utilizada como um dos mecanismos de criminalização dos movimentos sociais não adeptos às regras de mercado, apregoadas pelo capital internacional e pelos governos neoliberais.

Por fim, nas Considerações Finais, tentamos sistematizar, sucintamente, as conclusões que podem ser extraídas desta pesquisa. Entretanto, mais do que isso, procuramos apontar novos caminhos possíveis para o estudo do tema, tanto para nós quanto para outros pesquisadores que, futuramente, por ventura, se interessem pelo assunto aqui abordado.

CAPÍTULO 1

O MST E A RESSIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO DA LUTA PELA TERRA

*Malditas sejam
todas as cercas!
Malditas todas as
propriedades privadas
que nos privam
de viver e amar!
Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por umas poucas mãos
para ampararem cercas e bois
fazer a terra escrava
e escravizar os humanos!*
(D. Pedro Casaldáliga)

1.1 - Enfim, nasce o MST...

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foi fundado oficialmente em 1984, durante o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, realizado de 20 a 22 de janeiro, nas dependências do Seminário Diocesano, em Cascavel (PR). O evento reuniu, sob as bençãos da Igreja Católica, trabalhadores rurais de doze estados, além de intelectuais, operários e indígenas dispostos a encampar o desafio de unificar as lutas dos sem-terra em âmbito nacional.

Em verdade, a luta pela terra começara, de fato, quase 500 anos antes, quando os portugueses desembarcaram no novo continente. Momento em que, concomitantemente, teve origem também a resistência formal à idéia hegemônica de que a posse da terra deve ser privilégio de poucos. Dessa forma, quando o MST constituiu-se em movimento social de luta radical pela distribuição da terra no Brasil, já contávamos com quase 500 anos de história de intolerância e violência dos grandes latifundiários e dos governos de plantão contra os trabalhadores do campo em diferentes épocas e lugares desse país. Daí a necessidade de formatar seu discurso e fortalecer a identidade de seus membros. Para Romão,

Os sentidos de luta, resistência e justiça, no tocante à distribuição da terra passam pela resistência indígena no período da colonização, pela luta dos negros contra o cativo nos quilombos, pelo levante dos colonos europeus, pela vivência igualitária no arraial de Canudos, pela mobilização de colonos no Contestado e pela articulação das Ligas Camponesas para, então, ser ressignificado pelo MST (Romão, 2002, p. 28).

É exatamente a síntese desses discursos que veremos a seguir, com o propósito de demonstrar como eles também foram ressignificados pelo pensamento hegemônico, ao longo da história, para amparar o processo de construção do 'MST Terrorista'.

1.2 - Os portugueses chegam ao Brasil. Começa a luta pela terra

Quando os portugueses desembarcaram no Brasil, em 1500, encontraram, segundo relatos, os nativos vivendo na terra farta e promissora de uma forma diferente da experimentada na Europa. Os índios brasileiros encaravam a terra não como propriedade privada, mas como um bem comum, inerente à vida e à sobrevivência, a que todos tinham direito de usufruto. Mas isso não interessava à Coroa Portuguesa. Já na histórica “Carta de Achamento do Brasil”, de Pero Vaz Caminha, é possível vislumbrar o papel político que os portugueses destinavam aos nativos no processo de colonização do novo território: o de meros servos de Portugal. Na interpretação de Romão (2002, p. 50), “fica marcado no discurso que os donos da terra (os índios) não têm competência para usá-la e explorá-la. Os índios eram boçais (...)” e, portanto, podiam ser desconsiderados como gente. Para os colonizadores, os índios ou se deixavam colonizar, catequizar, “europeirizar”, ou eram simplesmente eliminados como animais indomáveis, sem alma e sem humanidade.

A visão distorcida e preconceituosa que os portugueses tinham dos índios foi repassada à elite brasileira e, por incrível que pareça, permanece até os nossos dias. A imprensa, embora tenha surgido no mundo na mesma época em que o Brasil fora descoberto, só aportou por aqui em 1808, em função da rígida censura portuguesa. Portanto, não pode servir como fonte de consulta do pensamento hegemônico brasileiro da época. Mas, a herança cultural dessa visão pode ser recuperada em documentos oficiais do período, como a já citada “Carta de Achamento do Brasil”, e também em obras literárias diversas, que passam, por exemplo, pelos sermões do Padre Anchieta e pelos poemas de Gonçalves Dias, entre outros. Em 1857, mais de quatro séculos após o início da colonização do Brasil, quando José de Alencar escreve o romance *O Guarani* (1857), obra de referência na tentativa de criação da “brasilidade”, é esse mesmo preconceito que aparece permeando a narrativa⁵.

⁵ Peri, o protagonista do romance, é um índio bravo que, ao se unir à portuguesa Ceci, dá origem à raça brasileira. De índio, entretanto, Peri tem muito pouco. Todos os seus atributos alardeados pelo romance são qualidades européias, e não de gente da terra. Peri é alto, inteligente, letrado e honrado como os cavaleiros medievais que povoam o imaginário de um passado cheio glórias dos europeus. Os demais índios que aparecem no livro são selvagens; sequer têm nomes próprios. Oferecem perigo iminente e constante à civilidade.

Cabe ressaltar também que foi no período imediatamente pós-descobrimto que se configurou, no Brasil, o modelo de grande concentração das terras nas mãos de poucos, que permanece até os dias de hoje. Para convencer eminentes cidadãos portugueses a investirem na exploração da nova colônia, a Coroa portuguesa implantou, em 1538, o sistema de capitâneas hereditárias. Seus proprietários podiam destinar generosos pedaços dessas imensas porções de terras a terceiros para as explorarem economicamente, mediante o pagamento eterno de tributos. Estavam implantadas, assim, as sesmarias, que dominaram o panorama agrário brasileiro até o início do século XIX. Portanto, poucos anos após o descobrimto, em uma conjuntura social, econômica e política em que a estrutura de sentimento dominante permitia o alinhamento das sesmarias com a escravidão e a monocultura, os latifundiários se tornaram a maior força econômica e política do Brasil.

1.3- Chegam os negros africanos. A luta continua.

Sob as bênçãos da Igreja Católica e com a aquiescência da visão científica hegemônica da época, o tráfico de negros africanos⁶ abasteceu o Brasil da força de trabalho necessária para manter a posse da terra nas mãos de poucos latifundiários. Tal como os índios, os negros africanos eram tratados como seres sem nenhuma humanidade (alma propriamente dita), destinados ao trabalho pesado. Conforme a “estrutura de sentimento” do momento, os negros remetiam à imagem de “perigo, selvageria e atraso”.

Embora o Brasil ainda não contasse com a imprensa nos primeiros anos de escravidão, e as únicas referências que nos restam do discurso de criminalização do negro estejam restritas à literatura, esse panorama mudou bastante ao longo do século XIX. A partir de 1820, com a efervescência da campanha pela Independência do Brasil, a imprensa, enfim, encontrou um ambiente promissor para se desenvolver. Inúmeros periódicos surgiram em várias partes da colônia, editados por representantes da burguesia européia e pelas forças que se aglutinavam contra o colonialismo, embora a censura

⁶ Não existem registros precisos dos primeiros escravos negros que chegaram ao Brasil. A tese mais aceita é a de que em 1538, Jorge Lopes Bixorda, arrendatário de pau-brasil, teria trazido para a Bahia os primeiros escravos africanos.

oficial continuasse rígida⁷. Em 1822, a colônia libertou-se de Portugal e, só pelo curto período de um ano, a censura oficial foi suspensa.

Alguns anos depois, com o início da campanha abolicionista, muitos defensores da nova idéia progressista precisaram editar e distribuir jornais de forma clandestina para sobreviver à perseguição do Império. Nos jornais partidários do regime, como também nos documentos oficiais e tratados científicos da época, os negros eram vistos como criminosos de alta periculosidade, tal como os Sem-Terra que, hoje, subvertem a ordem capitalista que preza a propriedade privada como bem supremo.

Distantes de suas pátrias, de suas famílias e culturas, os negros se rebelaram contra o domínio português de diversas formas. A mais expressiva e que mais significação gerou o processo de luta pela terra foi a formação dos quilombos, brutalmente reprimidos não só pelo discurso como pela ação policialesca direta. Em todas elas, os negros que resistiam à escravidão tornavam-se, como os índios, objeto de repressão impiedosa. É interessante também notar que os termos *bando*, *quadrilha*, *infestam*, e mesmo *terror*... já eram utilizados, naquela época, para criminalizar os oprimidos. Trechos de jornais do século XIX demonstram a visão que se tinha dos negros rebeldes.

[...] [o quilombola Lucas de Feira, tão conhecido na Bahia, foi descrito por Nina Rodrigues da forma a seguir:] era um negro crioulo escravo. Em 1828 fugiu do seu senhor e organizou, com a ajuda de alguns outros escravos fugidos [...] um bando que, desde esse tempo [...] infestou as grandes estradas [...] esses bandidos cometeram crimes de toda espécie. Mantinham a pacífica população da vila presa de tal terror [...] (apud Romão, 2002, p. 10-11, grifos meus).

Prosseguem os exemplos apresentados por Romão,

[...] [os escravos das cidades de Itu, Sorocaba, Campinas, Porto Feliz e Itapetininga revoltaram-se] fustigando seus

⁷ Naquela época, o acesso aos jornais era privilégio de muito poucos. A maior tiragem da história do Império é atribuída ao *Malagueta*, jornal que começou a circular no Rio de Janeiro em dezembro de 1821. Chegou a contar com 500 assinantes, no auge de sua influência.

senhores e em quilombos e em quadrilhas, armados de fleixas e outras armas, atacavam os viandantes, as fazendas, roubando, matando e praticando outros insultos dentro da vila [...] (apud Romão, 2002, p. 11-12, grifos meus).

Data desta época, também, as primeiras referências ao discurso até hoje dominante (retomado diversas vezes para desmerecer os Sem-Terra) de que o trabalho na terra é indigno dos homens cultos, letrados, dotados de civilidade. Decorrência disso é a construção da idéia de que, em “mãos criminosas”, a foice deixa de ser um instrumento de trabalho para se travestir em arma. Idéia que corrobora com a associação largamente difundida até nossos dias a relação entre trabalhador rural e criminalidade.

[...] [o fazendeiro Marcelino da Costa Gonçalves enviou uma correspondência ao governador das Minas contando que] sendo roubado com vilipêndio de sua pessoa pelos negros calhambolas no dia 24 de janeiro, agora tem notícias de que os ditos negros do mato vieram acompanhados com outros das fazendas vizinhas que andavam roçando para feijão, do que persuade o suplicante pelas foices que traziam nas mãos quando o assaltaram, talvez com o projeto de repartirem o roubo que não foi pequeno [...] (apud Romão, 2002, p. 12, grifos meus).

1.4- Escravos brancos: iguais também lutam pela terra

O iminente fim da escravidão e a conseqüente crise da falta de mão-de-obra no campo colocaram na cena política brasileira um novo sujeito social na luta pela terra. Em 1850, o imperador D. Pedro II promulgou a Lei 601, batizada como Lei das Terras, que previa, ao contrário do que era praticado até então, que as terras do país só poderiam ser adquiridas mediante contratos de compra e venda. A lei impunha, ainda, que o lucro obtido com a venda dessas terras seria utilizado pelo governo para promover a vinda de imigrantes dispostos a trabalhar na lavoura. Foi a partir daí que agricultores pobres europeus começaram a vir tentar a sorte no Brasil, encantados com a

promessa de que, após um período de trabalho para terceiros, teriam direito ao seu pedaço de chão.

A propaganda oficial utilizada para atrair os imigrantes versava sobre um sistema de parceria entre fazendeiros brasileiros e colonos europeus. O fazendeiro entraria com a terra, o imigrante com a mão-de-obra. O lucro final da colheita seria repartido entre ambos. O imigrante, entretanto, já chegava ao Brasil endividado com os altos custos da viagem de navio. Para sobreviver nas fazendas, contraía mais dívidas para adquirir os gêneros de subsistência básica das mãos dos fazendeiros, comercializados a preços superfaturados. Dificilmente conseguia saldar suas dívidas e, muito menos, realizar o sonho de possuir um pedaço de terra. Portanto, mesmo sendo considerado do ponto de vista jurídico um ser livre, pode-se dizer que a sua liberdade era extremamente restrita.

Quando os imigrantes se deram conta de que foram enganados pela propaganda voltada para a atração de migrantes para as terras brasileiras, a revolta não demorou a eclodir. Davatz, um dos mais letrados colonos que viveram na Fazenda Ibicaba (SP), registrou assim sua indignação:

Os colonos se acham sujeitos a uma nova espécie de escravidão, mais vantajosa para os patrões do que a verdadeira, pois recebem os europeus por preços bem mais moderados do que os africanos [...] os colonos sujeitos a esse sistema de parceria não passam de pobres coitados miseravelmente espoliados, de perfeitos escravos, nem mais nem menos (apud Romão, 2002, p. 42).

Thomas Davatz foi o líder das revoltas que irromperam nas cidades paulistas de Limeira, Campinas, Rio Claro, Pirassununga, Piracicaba, Amparo e Jundiaí, em 1857. Indignados com as condições miseráveis de vida e de trabalho, os imigrantes deram início a um grande protesto, que resultou na proibição, por parte de alguns países europeus, da vinda de novos imigrantes para o Brasil.

Mesmo sendo brancos e de origem européia, esses imigrantes logo foram taxados de “casos de polícia”, a exemplo dos índios e dos negros. A

insurreição que realizaram, entretanto, foi tratada com desdém pelos fazendeiros brasileiros, que não economizaram esforços para criminalizar os colonos revoltosos. O senador Vergueiro, proprietário da Fazenda Ibicava, onde o protesto teve início, assim escreveu às autoridades competentes:

(...) A Casa Vergueiro que os senhores estão procurando hostilizar é tão grande, poderosa, respeitada e temida em todo o país, que esses projetos são absolutamente vãos (...)

(...)Vergueiro tem as chaves das prisões do Brasil! (...) A firma Vergueiro tem tanta força que não precisa de Deus nem de Cristo em sua casa! (apud Romão, 2002, p. 46-47)

1.5- Quando eclode a Guerra de Canudos

Até o surgimento do MST, no final do século 20, a experiência de Canudos foi a que mais significado gerou para a luta pela terra no Brasil. Isso porque, foi nessa época que, de fato, teve origem a formação do campesinato brasileiro, até então inexistente em função do modelo escravocrata colonial. E, também, porque foi nessa mesma época que a imprensa brasileira se consolidou como um aparato poderoso no sentido de moldar corações e mentes em conformidade com as necessidades do poder hegemônico. Como Canudos tem especial importância na construção do discurso de construção do 'MST Terrorista', difundido pela revista *Veja*, trataremos dessa questão mais demoradamente.

Galvão (1977, p.33) afirma que o Brasil passava por um momento político crítico quando eclodiu a Guerra de Canudos. A recém-instaurada República já tinha enfrentado duros desafios na tentativa de consolidar o projeto de criação do Estado Nação brasileiro, baseado no ideal da "ordem e progresso". Os mais graves deles foram a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, de 1893 a 1895, e a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, também a partir de 1893. Ambas foram duramente reprimidas, mas deixaram atrás de si um rastro de medo da restauração monárquica. Ou, utilizando a terminologia proposta por Williams (1979), um elemento residual, forte o

bastante para ameaçar a hegemonia da construção cultural de uma República emergente.

O Brasil vivia também uma grave crise econômica. Com a abolição da escravidão em 1888, faltava mão-de-obra nas lavouras e sobravam miseráveis sem-terra perambulando pelo país. No Nordeste, as sucessivas secas que marcaram a década de 1890 acentuavam o problema, levando à miserabilidade milhares de pequenos proprietários de terra, enquanto no Sul e Sudeste a população se deleitava com as promessas de progresso suscitadas pelo modelo republicano. Assim, os cidadãos simples do Nordeste não conseguiam ver com bons olhos o novo regime. A pobreza aumentava, os índices de analfabetismo continuavam alarmantes e apenas uma ínfima parcela da população tinha direito a voto.

Eram inúmeros os migrantes que se deslocavam pelo sertão à procura de melhores oportunidades de vida. Muitos deles, sem encontrar emprego, seguiam profetas e beatos que pregavam uma existência de penitência, que seria recompensada pós-vida. O messianismo era uma forte característica cultural do Nordeste na época, fortalecido pela memória de Padre Cícero e outros tantos que pregavam a existência do Estado teológico, no qual a religião jamais poderia ser isolada do sistema de governo vigente.

Nesse contexto, a forma autônoma e desatrelada do projeto republicano com que Antônio Conselheiro e seus seguidores escolheram viver em Canudos soou como um acinte ao novo regime. Fosse por motivações religiosas ou políticas, Conselheiro defendeu publicamente a Monarquia, afirmando que não se sujeitaria às leis da República, uma forma de organização do Estado desvinculada da religião de muitos nordestinos e que nenhum benefício prático trazia para àquela população. Arregimentou um grande número de seguidores miseráveis e sem oportunidades de vida no novo regime, e fundou uma comunidade mítica no município de Canudos, que rebatizou de Monte Santo. Constituiu-se, portanto, uma força contra-hegemônica, a ser combatida por todas as instituições formais da República.

O governo republicano enviou, então, três expedições para destruir a comunidade sertaneja. A última, comandada pelo renomado general Moreira César, provocou a morte de milhares de soldados e sertanejos. A República fracassou. A população dos grandes centros, em sua grande maioria apoiadora

do regime, viu-se em pânico, com medo de que a Monarquia – nessa época frontalmente associada ao atraso e ao provincianismo que marcavam o país – pudesse ser restaurada. Populares, respaldados pelo regime e fortemente incitados pela imprensa republicana, foram responsáveis por atentados a quatro jornais monarquistas, que jamais conseguiram se reerguer, como também pelo assassinato do jornalista Gentil de Castro, proprietário de um dos referidos jornais.

No sertão, o efeito foi o inverso: milhares de miseráveis foram viver em Belo Monte. Conforme Macedo e Maestri (2004), quando Conselheiro e seus seguidores chegaram ao município, Canudos não possuía mais do que 50 casas, uma igreja velha e alguns pontos comerciais, o que, em média, significava uma população total de 250 pessoas. Os autores afirmam que, em 1895, a população de Belo Monte oscilava entre cinco e oito mil habitantes. Em 1897, uma comissão de engenheiros militares avaliou a existência de 5.200 casas, o que, em média, corresponderia a uma população de 26 mil pessoas. Os autores ressaltam, entretanto, que os números apresentados pelo Exército poderiam superestimar o número de habitantes como forma de justificar os sucessivos insucessos das expedições enviadas a Canudos.

Em 1897, o governo começou a recrutar jovens para o envio de uma quarta expedição militar a Canudos. A ação militar ganhou espaço ímpar nos jornais da época. De acordo com Levine (1995, p. 53), “a imprensa foi inundada por todo tipo de notícias referentes a Canudos. [...] esse foi o primeiro acontecimento a ter cobertura diária na imprensa brasileira”. Apesar do pânico que a guerra incitava na população, a estratégia militar adotada pela República foi tema de muita galhofa na imprensa. A edição de 17 de junho de 1897, do Jornal *Folha da Tarde*, do Rio de Janeiro, publicou uma trova, assinada com o pseudônimo de Arco-íris, demonstrando o clima de pânico da época.

Eu ando desconfiado,
Olhar baixo, lábios mudos,
Com medo de ser pegado
Para o açougue de Canudos.
(Galvão, 1977, p. 41)

As críticas ao governo, entretanto, ironizavam a ação militar não para defender os conselheiristas, mas por acreditar que a novíssima República demorava demais para pôr fim ao conflito encabeçado por sertanejos fanáticos, retrógrados e monarquistas, que “manchavam” a construção do Brasil moderno, livre, republicano. A construção cultural da dicotomia entre a cidade/civilização *versus* campo/atraso começava a se firmar como premissa do discurso republicano.

Imbuídos no projeto de consolidação da República, os jornais brasileiros não hesitaram em criar uma imagem falseada de Antônio Conselheiro e seus seguidores. Como se sabe hoje, graças a pesquisas, realizadas principalmente por historiadores e cientistas sociais, Antônio Conselheiro possuía cultura muito superior à média de seu tempo. Nas palavras de Galvão (1977, p. 43), “o líder sertanejo era um homem letrado e escrevia com correção, como se pode verificar nos autógrafos, inclusive carta que o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia possui”.

Macedo e Maestri (2004) destacam que documentos da época mostram que Conselheiro iniciou a alfabetização com um amigo de seu pai, e terminou os estudos em uma escola de Quexarubim, cidade onde viveu até a idade adulta. Ainda conforme os autores, depois que o comércio herdado do pai foi à falência, Conselheiro exerceu diversas atividades de cunho intelectual: montou escolas, trabalhou como professor e advogado provisionado, antes de tornar-se peregrino e passar a pregar pelos sertões. A imprensa, entretanto, consolidou a imagem de um Conselheiro fanático, louco, insano e ignorante. Exemplo disso é o “Manifesto de Antônio Conselheiro”, publicado na seção Caleidoscópio, do jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, em 1897, sem indicação de autor e sem alusão ao fato de que era uma criação ficcional. Galvão (1977, p. 43) afirma que a referida matéria, “muito divertida, teve repercussão larga, foi reproduzida em vários jornais e comentada em diversas seções”. Eis aí uma das passagens do referido documento:

Meus jagunçu queridu da minha arma. – Arresolvido cumo estou a butá abaixo esta república que é a mandinga desta terra das mata virge, venhu chama ocês tudo as arma promode enche us claro quá fôrça do governo abriu na minha gente.

Ocês são testemunha que eu estava aqui bem sucegado cumprindo a missão que Deus me deu de sarvá as arma dos fié desviado da verdadeira religião de Jesus [...]. (apud Galvão, 1977, p. 45).

Outro exemplo é o “Credo de Antônio Conselheiro”, publicado no *Diário de Notícias da Bahia*, em 22 de setembro de 1897, na seção “Canudos”, na primeira página do jornal. Para Galvão (1977, p. 47), esses textos eram lidos com boa fé por um grande número de leitores, o que contribuía para a formação do pânico geral.

Credo de Antônio Conselheiro

Creio no Sr. D. Pedro segundo, ex-imperador e defensor perpétuo do Brasil, criador da constituição monárquica do Império, do Exército e da Armada que o depuseram; creio na Princesa Isabel que é sua filha e legítima herdeira da coroa, que casou-se com o Sr. Conde d’Eu, que nasceu no Rio de Janeiro e foi dali banida com seu velho pai, padecendo este e todos os seus (sic) sob o poder da malvada República, representada pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca; que o velho monarca morreu apaixonado na Europa, onde foi sepultado, por ser obrigado a abandonar o Brasil e seus caros filhos, descendo o país ao pântano da miséria, donde ressurgirá em breve com a restauração da Monarquia, subindo ao trono a aludida princesa, onde permanecerá assentada à mão direita de seu marido, que tornará poderoso e donde há de vir a julgar todas as obras daqueles hereges e conspiradores republicanos que tanto concorreram para a perdição do país; creio na coragem e fidelidade dos meus jagunços, na sua ressurreição, na vitória alcançada por João Abade e Macambira, na restauração da Monarquia e na vida eterna dos meus sonhos. Amém. (apud Galvão, 1977, p. 47).

Matérias extremamente sensacionalistas também ajudaram a disseminar o pânico e a falsear a imagem dos personagens envolvidos no

conflito. No jornal *O País*, os majores Moraes Rego⁸ não mediram esforços para convencer os leitores de que a guerra de Canudos não passava de uma conspiração monárquica, liderada pelo Conde D'Eu, marido da Princesa Isabel, herdeira de D. Pedro II, e sucessora legítima ao trono. Em uma série de oito reportagens publicadas entre 3 e 22 de setembro de 1897, os majores construíram uma realidade assustadora, jamais comprovada pela história, conforme demonstra o trecho a seguir:

A luta em que hoje estamos empenhados nos sertões da Bahia não representa, pois, um fato isolado, acidental, sem significação política, uma consequência do desatino de um punhado de sertanejos ignorantes; porém, um sintoma gravíssimo de perturbação geral, ali revestido do caráter de uma reação religiosa poderosamente organizada, denunciando a execução de um plano de restauração monárquica. (apud Galvão, 1977, p. 55)

Praticamente todos os outros jornais da época trilharam caminho parecido. Construíram uma imagem falseada do beato Conselheiro para justificar as manobras militares republicanas e garantir o apoio maciço da população à política intervencionista em Canudos.

1.6- Correspondentes de guerra: perto da trincheira de Canudos, mas nem tanto

A cobertura jornalística da Quarta Expedição foi o maior evento que a imprensa brasileira vivera até então. Com as novas tecnologias disponibilizadas na guerra – a ferrovia e o telégrafo – foi possível, pela primeira vez no país, que os jornalistas se aproximassem das trincheiras. Foi a partir desse momento histórico que a imprensa brasileira criou a figura do “correspondente de guerra”.

Entre os vários jornalistas que se deslocaram para o sertão a convite do Exército Republicano estava Euclides da Cunha, representando o jornal

⁸ Conforme Galvão (1977), os majores Moraes Rego eram irmãos que, por coincidência, ocupavam a mesma patente.

paulista *O Estado de S. Paulo* que, com tiragem média de 8.000 exemplares na época, pode dar-se ao luxo de custear a investida. É importante ressaltar que todos os correspondentes convidados, sem exceção, pertenciam aos quadros do Exército, embora possuíssem diferentes patentes. Todos eram também republicanos convictos. Nenhum deles chegou a adentrar-se em Canudos. Não conheceram ou entrevistaram Antônio Conselheiro. Suas informações eram colhidas do *front* do exército republicano.

Sato (2003)⁹, em um estudo sobre a cobertura jornalística em Canudos, mostra que a imprensa da época não só condenou veementemente os revoltosos, como se absteve de denunciar, em suas reportagens, os incontáveis crimes cometidos pelo Exército. Em julho de 1897, o jornal *O Comércio de São Paulo* publicou um artigo em que ninguém menos do que Rui Barbosa acusava os seguidores de Antônio Conselheiro de se constituírem em “uma horda de mentecaptos e galés sobre a razão nacional” (apud Arbex, 2003, p. 150). Segundo Sato, Rui Barbosa não foi o único a agir nesse sentido:

A maioria dos correspondentes, inclusive Euclides da Cunha, absteve-se de criticar a ação militar e calou-se diante das práticas criminosas do Exército, inclusive da degola de prisioneiros. [...] Segundo Galvão, ‘a conivência intelectual, por convicção em alguns casos, por omissão em outros, vai causar na consciência letrada do país um complexo de Caim de que até hoje não se libertou, no que diz respeito à Guerra de Canudos. Cinco anos mais tarde seria seu fruto maior *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, esse imenso *mea-culpa* coletivo, que, aceito pela ordem vigente, serviu de catarse ao menos parcial para essa consciência’ (apud Arbex, 2003, p. 150-151).

Uma das raras exceções à regra é uma marcante reportagem de Fávila Nunes, correspondente do jornal diário carioca, *Gazeta de Notícias*, e coronel do Exército Republicano. Tal correspondente, mesmo compartilhando dos

⁹ O estudo em questão foi citado por Arbex em obra *Jornalismo Canalha*, sob a observação de que a mesma obra ainda se encontrava inédita.

preconceitos próprios da época, soube indignar-se com a matança de gente brasileira, praticada pelo exército republicano, conforme demonstra o trecho abaixo, extraído de uma de suas reportagens,

Pretendo seguir hoje para Monte Santo, porque a permanência aqui é insuportável em vista da situação de Canudos, transformado em um vastíssimo cemitério, com milhares de cadáveres sepultados, outros milhares apenas mal cobertos com terra e, o pior de tudo, outros milhares completamente insepultos.

Não se pode dar um passo sem tropeçar em uma perna, um braço, um crânio, um corpo inteiro, outro mutilado, um monte de cadáveres, aqui meio queimados, outro ali ainda fumaçando, outro adiante completamente putrefado, disforme, e ao meio de tudo o incêndio e uma atmosfera cálida e impregnada de miasmas pútridos. Por toda parte o cheiro horripilante de carne humana assada nos braseiros das casas incendiadas, de 5.200 casas em labaredas!

Já não se ouvem as lamentações das mulheres e das crianças, nem as ameaças canalhas dos bandidos. A morte pela fome, pela sede, pela bala, e pelo incêndio, emudeceu a todos, substituindo as lamúrias do banditismo, pelos alegres sons dos hinos de vitória!

Canudos não existe mais! Para nossa infelicidade, basta a sua eterna memória, que mais parece um pesadelo.

Ali deixamos entes queridos, cidadãos prestáveis, valentes soldados, denotados servidores de quem a República ainda poderia precisar para sua defesa e integridade.

Enfim, está acabado (apud Galvão, 1977, p. 207).

Só cinco anos após o massacre dos últimos habitantes de Canudos, a intelectualidade brasileira fez parte do seu *mea-culpa*, com o lançamento de *Os Sertões: Campanha de Canudos* (1902), de Euclides da Cunha. A obra, embora tratasse os sertanejos como seres de raça inferior, denunciava as arbitrariedades cometidas pelo exército republicano durante a guerra, com estilo suficiente para impor-se como uma das maiores obras-primas do cânone

literário brasileiro. A imprensa, entretanto, nunca se preocupou em redimir-se de seus erros, o máximo que fez foi desviar-se da cobertura de assuntos tão espinhosos nos anos seguintes.

A obra *Os Sertões* causou verdadeiro *frisson* quando foi lançada, em 1902. A primeira edição esgotou-se dois meses depois. Uma nova edição foi publicada no ano seguinte. Hoje, as diferentes edições publicadas da obra somam quase 40. Para muitos críticos, ela representa o amadurecimento intelectual brasileiro, já que nunca uma obra aliou com tamanha eficiência os conhecimentos científicos disponíveis a qualidades literárias legítimas e originais. O romance *Os Sertões* também é considerado uma das obras constitutivas da nacionalidade do país, porque revela, pela primeira vez, a importância do sertanejo para a formação do povo brasileiro.

Em releitura recente sobre a memória de Canudos, Macedo e Maestri (2004), após ressaltarem as qualidades de *Os Sertões*, definem a obra como uma “camisa de força” que impediu que outros olhares fossem lançados sobre o acontecimento, na perspectiva de enriquecer, assim, o debate. Afirmam que,

Devido às excepcionais qualidades literárias e por apresentar uma explicação dos fatos plausíveis às elites da época, a obra exerceu influência desmedida na concepção dos acontecimentos, constituindo uma espécie de ‘camisa de força’ na interpretação da situação histórica e das condições do conflito.

A visão proporcionada por *Os Sertões: campanha de Canudos*, impregnada pelos preconceitos da época, forneceu os elementos gerais para a percepção ‘oficial’ dos acontecimentos históricos envolvendo os conselheiristas e a República. Nesse sentido, *Os sertões: campanha de Canudos* apresentava-se como uma obra definitiva. Após o livro, nada mais precisaria ou poderia ser escrito. (Macedo e Maestri, 2004, p. 153)

Segue nessa mesma linha a interpretação de Levine (1995), sobre a importância de *Os Sertões*. Para o autor, a visão euclidiana do episódio de

Canudos reflete o que ele designa de “visão do litoral”¹⁰, ou seja: a forma preconceituosa e baseada no modelo europeizante com que os intelectuais do Centro-Sul do país olham para o Nordeste, o Norte e parte do Centro-oeste. Segundo suas palavras,

Sem dúvida o mais conhecido e dramático texto sobre Canudos é o de Euclides da Cunha. Quando seu trabalho foi publicado, em 1902, tornou-se imediatamente a base da interpretação oficial do significado de Canudos. Não que as observações de Euclides fossem singulares. Houve antes dele uma série de outras vozes, algumas datando já dos primeiros dias de existência da comunidade, e todas compartilhando a perspectiva que eu chamo de *visão do litoral* (Levine, 1995, p. 43).

Dos intelectuais que mais inspiraram Euclides, respaldando suas crenças positivistas que fizeram de Conselheiro um “fanático”, destaca-se o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues. O médico foi um dos primeiros a talhar uma interpretação sobre Canudos, baseada em teses no campo da psiquiatria de que a ciência, de base evolucionista, especialmente inspirada na teoria darwinista, dispunha até então. Ele defendia que Antonio Maciel era um doente mental megalomaniaco e, o sertanejo, o elemento receptor da ‘epidemia’ de ‘loucura’. Para Nina Rodrigues, os sertanejos, por serem mestiços, pertenciam a um estágio evolutivo inferior e, por isso, eram mais propensos à loucura.

Foi essa mesma lógica, extremamente preconceituosa e debilitada frente aos conhecimentos científicos contemporâneos, que pautou o pensamento de Euclides da Cunha. Em *Os Sertões*, são inúmeras as passagens em que os sertanejos são tratados como serem “racialmente inferiores”. Um exemplo disso pode ser extraído da descrição “científica” que o autor faz do processo de mestiçagem dos sertanejos:

¹⁰ Conforme LEVINE (1995, p. 85), a visão do litoral “é uma visão tipicamente urbana que deprecia a vida rural. Tachando-a de rústica e primitiva, além de se mostrar extremamente desgostosa com o fato de o Brasil ter uma população maciçamente de cor, especialmente no sertão”.

A mestiçagem extremada é um retrocesso. [...] De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares - é, quase sempre, um desequilibrado. [...]

Como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço - mulato, mameluco ou cafuzo -, menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores. Contrastando com a fecundidade que acaso possua, ele revela casos de hibridez moral extraordinários: espíritos fulgurantes, às vezes, mas frágeis, irrequietos, inconstantes, deslumbrando um momento e extinguindo-se prestes, feridos pela fatalidade das leis biológicas, chumbados ao plano da raça menos favorecida. (Cunha, 2005, p. 141-142).

1.7 – Sobre como Canudos sobrevive até nossos dias

A saga de Antônio Conselheiro e seus jagunços chega até a atualidade, em toda sorte de produtos culturais; continua a intimidar os brasileiros. São filmes, livros de história, teses científicas, tratados de sociologia, peças de teatros, novelas, romances, cordéis, músicas e outros produtos diversos inspirados na Guerra de Canudos. Entretanto, a versão do episódio que permeia a maioria quase absoluta desses produtos culturais é baseada na descrição que Euclides da Cunha fez do evento, em *Os Sertões*. Poucos foram os intelectuais, artistas e pesquisadores que se dispuseram a confirmar os fatos narrados ou mesmo a apresentar visões menos comprometidas com o cientificismo positivista que marcava o pensamento de euclidiano. Antônio Conselheiro, na maioria dos produtos culturais editados tanto no Brasil quanto no exterior, foi e será sempre o “fanático mal instruído” retratado por Euclides; seus seguidores, os sertanejos, bravos matadores, representantes de uma “raça inferior”, mestiça, que se deixa fanatizar facilmente e não consegue entender o caráter imperativo e inexorável do progresso.

O filme “A guerra de Canudos”, de 1997, uma das poucas superproduções épicas do cinema brasileiro, mostra Antônio Conselheiro tal qual descrito por Euclides: louco, lunático, com olhos esbugalhados, em uma marcante interpretação de José Wilker. No filme “O Grande Mentecapto”, de 1989, baseado no romance homônimo de Fernando Sabino, o chefe de segurança do palácio resgata a memória da guerra baiana quando o personagem, Geraldo Viramundo, exige uma audiência com o rei, rodeado por mendigos, prostitutas e marginalizados sociais que o acompanhavam em suas peregrinações. Para o policial a dispersão da turba deveria ser rápida e violenta, evitando que o episódio não se transformasse em uma ‘nova canudos’.

É dessa forma também que o renomado escritor peruano, Mário Vargas Llosa, apresenta o personagem em seu conceituado romance *A Guerra do Fim do Mundo*. Uma exceção a esse tipo de representação de Antônio Conselheiro é o filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, de 1964, que consagrou Glauber Rocha como um dos ícones do Cinema Novo. Foi na biografia de Antônio Conselheiro que o diretor buscou os elementos necessários para criar o beato nordestino que, ao contrário de outras obras baseadas na saga de Canudos, apresentava a peregrinação como uma alternativa concreta de vida para o sertanejo, em sua fuga ao cangaço e a bandidagem. Pode-se dizer que Glauber, em seu filme, procurou construir uma outra imagem de Conselheiro, desta feita como um grande líder popular.

Entretanto, as imagens de Antonio Conselheiro e seus seguidores retratadas nos bens culturais mais populares, como novelas e contos, inclusive televisionados, seguem muito mais próximas àquela construídas por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. São essas imagens que sobrevivem, ainda hoje, nas manifestações culturais de tradição oral, como os repentes nordestinos, a literatura de cordel e inúmeras peças de teatro. Profecias atribuídas ao Conselheiro são temidas até hoje por muitos sertanejos, especialmente aquelas que dizem que “o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”, “confirmada” na década de 1980, com o completo alagamento da região de Canudos com a construção de um açude.

1.8- Alienação na imprensa republicana

A passagem do século 19 para o século 20 assinala, no Brasil, a substituição da imprensa artesanal pela imprensa burguesa. Ou seja, a transição da pequena imprensa para grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples e folhas tipográficas, cederam lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento de grande complexidade tecnológica. Conforme Sodré (1999, p. 275-276), “o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. [...] É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal”.

Nesse período o Brasil começava, com grande atraso em relação aos países europeus e norte-americanos, a adotar a industrialização como modelo de desenvolvimento econômico. Paralelamente ao surgimento do operariado nos grandes centros urbanos, decorrente desse processo, crescia, no meio rural, um campesinato, cada vez mais consciente das conseqüências da má distribuição da terra no país, provocado, sobretudo, pelo aprofundamento dos mecanismos de exploração por parte dos latifundiários, com o apoio das estruturas governamentais.

Ainda de acordo com Sodré (1999, p. 289), no início do século 20, a grande característica da imprensa brasileira era a alienação. Frustrados com o desenrolar da República, muitos intelectuais do país fixaram seus olhos na Europa. Com o advento das duas Grandes Guerras mundiais, principalmente, a imprensa incorporou o noticiário internacional com maior voracidade, relegando a segundo plano as notícias e interpretações dos problemas brasileiros. A exceção fica justamente com a cobertura de um outro conflito agrário, a Guerra do Contestado (1912-1916), na qual os trabalhadores rurais também foram rechaçados pela imprensa.

A Guerra do Contestado foi um conflito armado que colocou em lado opostos a República brasileira e os camponeses pobres do Sul do país, expropriados de suas terras em favor da empresa norte-americana *Brazil Railway Company*, contemplada pelo governo brasileiro com grandes extensões de terras, na área em que seria construída a ferrovia São Paulo-Rio

Grande do Sul. Liderados por um pregador e curandeiro que se denominava “monge” José Maria, os camponeses enfrentaram o exército em disputa pelas terras da região, conhecida na época como Contestado, em razão da sua disputa entre o Paraná e Santa Catarina. Os historiadores calculam que 17 mil camponeses morreram no conflito, o exército brasileiro, pela primeira vez na história, chegou a utilizar aviões para localizar e executar os “inimigos”.

Em 1922, ocorreu a primeira transmissão radiofônica no Brasil. Na década seguinte, a disseminação do veículo atingiu grau tal que a intelectualidade chegou a questionar a sobrevivência dos veículos impressos. Amedrontados, os jornais e revistas resolveram rediscutir o seu papel como principal meio de informação da sociedade. A inspiração para a grande mudança viria da superpotência imperialista em formação: os Estados Unidos da América.

1.9- O Brasil começa a debater a reforma agrária

Embora o Estado Novo tenha aquietado a luta no campo à custa de muita repressão policial, o Partido Comunista do Brasil, mesmo tendo caído na clandestinidade, continuou disseminando o ideal da reforma agrária e organizando os camponeses em grupos denominados “ligas”. Porém, a terra brasileira permanecia nas mãos de poucos privilegiados. E, com o fim da Ditadura Vargas, em 1945, o assunto naturalmente voltou a ganhar voz na sociedade.

Em 1946, o Partido Comunista do Brasil apresentou ao Congresso Nacional, pela primeira vez na história do país, uma proposta de reforma agrária. O senador Luiz Carlos Prestes, escolhido para apresentar o projeto de lei em plenário, baseou-se em dados do censo de 1940 para demonstrar que, naquela época, mais de 68% da população brasileira viviam no meio rural, embora pouco mais de 1% desses habitantes do campo fossem donos de todas as propriedades rurais (apud Stedile, 2005, p. 18). Embora não tenha sido aprovado, o projeto de reforma agrária inaugurou o debate de caráter verdadeiramente político sobre o tema. Segundo Stedile,

O debate político em torno da necessidade de soluções para o problema agrário é historicamente muito recente. A rigor, houve debate num período de apenas 60 anos, o que é muito pouco em relação ao desenvolvimento de nossa sociedade.

Durante os quatro séculos do período colonial-escravocrata, a sociedade brasileira ficou engessada pelo modelo agroexportador colonial. Todo o desenvolvimento foi retardado. Fomos o último país a abolir a escravidão (1888); e um dos últimos países do continente a adotar a república como forma de governo (1899), imposta de forma medíocre por um golpe militar, pelos próprios militares que até então serviam à monarquia, república esta dominada pelas mesmas elites rurais que se locupletavam durante o colonialismo (Stedile, 2005, p. 12).

Nos governos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, a reforma agrária não saiu do papel. Entretanto, a luta pela terra continuava viva em todo o país, embora como eventos isolados. Em muitos deles, o Partido Comunista Brasileiro – PCB interveio, enviando militantes para organizar os camponeses. Exemplo ocorreu no final da década de 1940, quando ocorria uma disputa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, pela faixa de terra compreendida entre os vales dos rios Mucuri e Doce, onde está localizado o município de Ecoporanga. Aproveitando-se da pendenga legal, grileiros latifundiários tentavam tirar a terra dos inúmeros posseiros que viviam na região. O governo do Espírito Santo estava do lado dos grileiros e regularmente enviava tropas para massacrar os pequenos posseiros. Por volta de 1955, o PCB passou a enviar militantes à área para organizar os sem-terra. A luta prosseguiu por toda a década seguinte, e só teve um desfecho com o golpe militar de 1964, quando vários militantes foram presos ou obrigados a fugir.

Em Goiás, os comunistas atuaram no conflito de terras na região de Uruaçu, fundando a Associação de Lavradores e Formoso e Trombas, nomes dos povoados envolvidos. Em 1957, o governo enviou tropas ao local para dispersar os sem-terra. O PCB conseguiu negociar um acordo: os sem-terra aprovariam a reeleição do governador e a condução do seu filho ao cargo,

posteriormente, e a terra ficariam nas mãos dos posseiros. José Porfírio, o principal líder do movimento, chegou a ser eleito deputado estadual, em 1962. O golpe militar, dois anos depois, também acabou com o sonho. Os líderes foram presos e torturados. Porfírio, que a princípio conseguira fugir, acabou sendo preso em 1972. Um ano depois foi solto, tendo “desaparecido” dois dias após sua libertação.

O PCB interveio, ainda, em um grave conflito entre posseiros e latifundiários, no oeste do Paraná, que durou alguns meses, entre 1950 e 1951. Muitas pessoas morreram ou ficaram feridas, até que, em 1952, as terras foram destinadas a desapropriação. No Rio de Janeiro, o partido apoiou e ajudou na fundação da Associação de Lavradores Fluminenses, que realizou ocupações de terras em todo o Estado, com destaque para a dos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Campos.

Em meados da década de 1950, uma nova onda de protestos sacudiu o meio rural nordestino, resultando na formação das Ligas Camponesas. A revolta dos foreiros pernambucanos contra os altos impostos cobrados pelos então ditos proprietários da terra, em 1955, foi o ponto alto do movimento que, rapidamente, se expandiu para outros 30 municípios brasileiros. Os camponeses das Ligas se propunham a empreender formas radicais de luta para viabilizar a reforma agrária: entre elas, a prática da ocupação, recuperada posteriormente pelo MST.

As Ligas Camponesas, ao lado da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – ULTAB e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MASTER foram as principais organizações camponesas surgidas no período. A ULTAB foi criada pelo PCB em 1954 para coordenar as ações camponesas e abrir uma interlocução entre a categoria e os operários urbanos. Essa organização se alastrou por todos os estados brasileiros, com exceção do rio Grande do Sul, onde já existia o MATER, desde 1950.

Criado a partir da resistência de cerca de 300 famílias de posseiros de Encruzilhada do Sul, o MASTER se disseminou pelo estado, principalmente com a ajuda do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Em 1962, como forma de organizar suas ações, adotou a prática de organizar os trabalhadores em acampamentos, política hoje usada pelo MST.

Na década de 1960, movimentos ligados à Igreja Católica também continuaram difundindo a idéia de reforma agrária, fossem eles conservadores, como foram as Frentes Agrárias, ou mais progressistas, como foi o Movimento de Educação de Base – MEB, organizado pela CNBB. No campo político, outros partidos, como o PTB, levantaram essa bandeira. O próprio presidente João Goulart começou a elaborar uma política de reforma agrária para o país, até ser interrompido pelo Golpe Militar de 1964.

Foi em 1962, no governo de João Goulart, a sindicalização rural foi regulamentada, o que propiciou o reconhecimento dos sindicatos existentes e a formação de novos. Em dezembro de 1963, os sindicatos ligados à Igreja Católica e os ligados ao PCB conseguiram entrar em acordo e fundaram a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

1.10 – A Lei de Reforma Agrária sai da caserna

Por ironia, foram justamente os militares os responsáveis pela primeira Lei de Reforma Agrária do país: o Estatuto da Terra, de 1964. Conforme Stedile (2005, p. 15), “foi uma lei gestada ainda sob a influência da Aliança para o Progresso; embora promulgada por uma ditadura militar, tinha certas características progressistas. Daí sua complexidade e sua ambigüidade”. Conforme Pinassi (2005, p. 106), os objetivos que levaram os militares a promulgar o Estatuto não foram fortuitos. Ao se referir à luta pela reforma agrária, a autora afirma que, “[...] desde 1964, com a promulgação do Estatuto da Terra, o Estado vem tomando para si a função de promovê-la, procurando destituí-la, é óbvio, de seu evidente conteúdo político-ideológico”.

Dessa forma, os anos de chumbo calaram o debate acerca da reforma agrária e de qualquer mudança social mais profunda, a partir do desmantelamento de todos os grandes movimentos de massa, representados, principalmente, pelas Ligas Camponesas, que tiveram seus líderes perseguidos, presos e condenados. Entre eles Francisco Julião, advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB. Sem comando, caindo na completa ilegalidade, as Ligas se dispersaram. Mas, não sem antes consolidar uma série de simbologias que seriam resgatadas, mais tarde, pelo MST.

No final da década de 1970, com o final do “milagre econômico que havia anestesiado o Brasil, uma nova série de revoltas camponesas se espalhou pelo campo. Os eventos que resultaram na ocupação da Gleba Macali, em Ronda Alta (RS), em 7 de setembro de 1979, foram considerados os primeiros passos para a gestação do MST. Nos anos seguintes, outras ações protagonizadas por grupos de trabalhadores sem-terra ocorreram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, polarizando a luta pela terra. Com a intermediação da Igreja Católica, as lideranças desses movimentos se uniram, em 1984, para fundar um movimento de âmbito nacional, denominado MST.

Durante o evento foi lida a carta do bispo de Chapecó, D. José Gomes, presidente da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que manifestou o apoio da entidade ao recém batizado MST. Segundo Morissawa (2001, p. 138), a inclusão da expressão “trabalhadores rurais” na sigla tinha o propósito de deixar claro que seus integrantes eram pessoas que trabalhavam na agricultura. Já a expressão “sem-terra” foi popularizada pela imprensa, a partir do final da década de 1970. Sua origem oficial remete à primeira proposta de reforma agrária formulada no país. Luiz Carlos Prestes lançou mão do termo para se referir ao imenso contingente de despossuídos que constituía o campesinato brasileiro.

Um ano após o encontro de fundação do MST, os sem-terra voltaram a se reunir, desta vez no 1º Congresso Nacional dos Sem-Terra, realizado em Curitiba (PR), em janeiro de 1985, para avaliar os avanços e retrocessos na luta pela terra. Um total de 1,6 mil delegados participaram do evento e puderam ajudar a construir a análise de conjuntura que apontava o caminho que o movimento iria trilhar no período seguinte. A época era de renovação das esperanças. Com o Movimento das “Diretas Já”, o fim da Ditadura Militar e a eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência do Brasil, o país queria acreditar que o processo de redemocratização seria rápido e para todos. Partidos políticos de esquerda, como o PCB e o PCdoB, além de boa parte da Igreja Católica, decidiram, então, apoiar o novo governo civil. O MST, entretanto, optou por continuar na oposição. E assim deu continuidade ao seu processo de organização dos trabalhadores em luta pela terra no país. Para Pinassi (2005, p. 108), o movimento se impôs como o maior locutor disposto a

“fazer o contraponto, tornar transparente e desafiar a tragédia da desigualdade brasileira”. Afirma que,

Em função das ações de sua militância, a reforma agrária não pode mais ser tratada com a costumeira sisudez paternal e caritativa do Estado. Concomitantemente a um projeto fincado no crescimento econômico e na distribuição da riqueza, os sem-terra impuseram temor e respeito ao planejarem as ocupações sucessivas de áreas improdutivas, assim como os assentamentos que organizam. Aliam pragmatismo à propostas de cunho socializante, cuja inspiração maior parece vir dos ideários zapatista e bolivariano, com forte influência da Teologia da Libertação (Pinassi, 2005, p. 108)

Antes, porém, é preciso observar que, se em sua origem, o MST esteve visceralmente ligado aos setores mais progressistas da Igreja Católica, o desenrolar da luta no campo e da luta política fez que ele se aproximasse, cada vez mais, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que participou de sua fundação, e, também, do Partido dos Trabalhadores (PT), que assumiu a reforma agrária como uma de suas principais bandeiras. Foi com o apoio desses dois novos parceiros que o MST ganhou reconhecimento político no processo de redemocratização do país e se fortaleceu para enfrentar os desafios colocados para o movimento na década de 90 do século passado, quando se tornou o alvo preferencial da imprensa neoliberal.

Capítulo 2

A REVISTA VEJA NASCE, CRESCE E DEFRONTA-SE COM O MST

É pela memória que se puxam os fios da história. Ela envolve a lembrança e o esquecimento, a obsessão e a amnésia, o sofrimento e o deslumbramento. [...] Sim, a memória é o segredo da história, do modo pelo qual se articulam presente e passado, o indivíduo e a coletividade. [...] Na memória escondem-se segredos e significados inócuos e indispensáveis, prosaicos e memoráveis, aterradores e deslumbrantes.

Octavio Ianni

2.1 - A 'Americanização' da Imprensa na América Latina

Quando a primeira proposta de reforma agrária no Brasil foi levada ao plenário do Congresso Nacional, em 1946, os meios de comunicação brasileiros experimentavam uma intensa mudança, que acabou por transformá-los, enfim, em empresas capitalistas modernas. Nesse processo o capital estadunidense teve papel preponderante. Assim, a década de 50 do século passado é considerada um marco na imprensa brasileira, justamente por introduzir no país o padrão estadunidense de jornalismo. Com as reformas ocorridas no período, os veículos adotam o chamado “jornalismo informativo”. Seguindo o ideário difundido pelos Estados Unidos, a imprensa deixou de ser espaço de opinião e comentário para apresentar-se, mesmo que dissimuladamente, como espaço neutro, independente.

É importante destacar que não eram apenas seus padrões de noticiário que os Estados Unidos exportavam para o Brasil. Os investimentos financeiros nas empresas de comunicação no país, assim como em toda a América Latina, alcançaram níveis impressionantes. Conforme Mattellart (1976, p. 200), o objetivo da ofensiva imperialista era “unir os homens que tomam as decisões no mundo empresarial e os dirigentes políticos de todas as nações”. Não por acaso, é nesta época que se desenvolve, nos Estados Unidos,

[...] uma forte união empresarial que até hoje age como estado maior, o *Council of Foreign Relations* e o *Council for Latin American*, que possuía entre seus planos, respectivamente, a criação de um projeto para os anos 1980, e a organização da atuação na América Latina (Silva, 2005, p. 46).

Dreifuss (1986) afirma que a utilização da imprensa na propagação das idéias de grupos empresariais sempre foi uma das estratégias utilizadas pelo Council. Segundo esse estudioso,

Ao longo de quase 20 anos de atuação em vários países da América Latina, o Council utilizou um verdadeiro arsenal de recursos, inclusive os da mídia oral, escrita e visual, definidas de acordo com o público a ser atingido e o tipo de propaganda – geral ou seletiva – na televisão, nos jornais diários, nas revistas semanais, nos panfletos, livros, revistas especializadas, outdoors, etc. Dependendo do tipo de alvo, a mensagem podia ser preparada nas estufas ideológicas do Council e plantada nos meios de divulgação, ou até encomendada às empresas especializadas, às elites congêneres ou às associações empresariais vinculadas ao CLA (Deifruss, 1986, p. 173).

No Brasil, a principal divulgadora do Council era a Fundação Getúlio Vargas. Pelo menos dois futuros editorialistas e colunistas da revista *Veja* chegaram a ser representantes brasileiros neste fórum: Mario Henrique Simonsen e Roberto Campos. Também representou o Brasil no fórum João Paulo dos Reis Veloso que, posteriormente, idealizou e articulou a criação do Fórum Nacional, no Brasil, a partir do final dos anos 1980. Sodré (1999) é categórico ao avaliar que, no período, entra em crise toda a estrutura de imprensa do país. Afirma que,

Na medida em que os monopólios norte-americanos se instalam e se expandem no país, têm-se a necessidade, também, de estabelecer, aqui, o controle da opinião: **esse controle deriva da penetração daqueles monopólios**. O imperialismo, depois de dominar o mercado de coisas materiais, procura dominar o mercado da opinião e, assim, depois que se instala, instala a sua imprensa. E começa essa imprensa a difundir que ‘a solução dos nossos problemas está nos Estados Unidos’ (Sodré, 1999, p. 438, grifos do autor).

No final da década de 1950 o Brasil já editava versões em português de revistas como *Marie-Claire*, *Elle*, *Cosmopolitan*, *House&Garden*, *Forbes*,

Business Week, *Playboy* e revistas infantis da *Disney*. A maioria delas era comercializada pelo grupo estadunidense *Time-Life* e editada em português pela Editora Abril, que mais tarde viria a lançar a revista *Veja*.

O surgimento da Editora Abril está intimamente ligado ao papel desempenhado pela figura de Victor Civita, um italiano naturalizado estadunidense que trabalhou para o *Time-Life*, nos Estados Unidos. Herz (1991, p.169) afirma que Civita chegou ao Brasil sem dispor de recursos financeiros. Seu irmão partiu para a Argentina; montaram negócios, também, no México. Em pouco tempo eram proprietários da maior editora da América Latina. Como seus carros-chefes, editavam as publicações do grupo *Time-Life*.

Nos anos 1960, com o acirramento da Guerra Fria, as empresas articulavam o incentivo ao consumo com a propaganda anticomunista. Conforme Silva (2005, p-46), “essa publicidade, e a imprensa de forma geral, agiam no sentido de não deixar dúvidas dos riscos que a população ‘ordeira e pacífica’ corria diante do ‘perigo do comunismo’”. No Brasil associava-se a esse clima o acirramento da Ditadura Militar, já no final da década. Foi nesse contexto que nasceram os dois carros-chefes dos dois maiores conglomerados de mídia do Brasil: a TV Globo, das Organizações Globo, e a revista *Veja*, da Editora Abril.

2. 2 - *Time-life*: o elo entre as Organizações Globo e a Editora Abril

O Grupo *Time-Life*, membro efetivo do Council, que desde a década de 1950 já atuava no Brasil em parceria com a Editora Abril, investiu pesado no mercado brasileiro com o lançamento da TV Globo, em 1965. Acontece que, na época, a Constituição do Brasil vetava a participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação brasileiros. A parceria, portanto, acabou se transformando em um escândalo, com direito à investigação por parte de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada no Congresso Nacional, depois de muita pressão política e popular. A CPI não deu resultados práticos. Em 23 de novembro de 1968, o presidente Costa e Silva absolveu a Globo de todas as acusações. Porém, em vista do escândalo, o grupo *Time-Life* decidiu

desfazer a parceria com a empresa brasileira que, nesta altura, já havia assimilado todo o *know-how* do grupo estadunidense¹¹.

Entretanto, o grupo *Time-Life* continuou atuando firmemente no Brasil. Para isso associou-se a um outro grupo de mídia que, à época, não despertava tanto atenção de congressistas e populares: a Editora Abril. É justamente quando o grupo *Time-Life* decide desfazer seu contrato com as Organizações Globo que a Editora Abril promove o lançamento de uma nova revista, com projeto bastante ousado: a revista *Veja*. A revista, lançada em 1968, três meses antes da promulgação do Ato Institucional nº5 - o AI-5 - já nasceu sob o molde estadunidense das publicações da *Time*, classificada por Herz (1991, p. 93) como sendo “da linha mais reacionária e mais retrógrada do Partido Republicano, exclusivamente interessado em manter, em países como o nosso, bases anticomunistas”.

Na primeira edição da revista foram, justamente, as mudanças no mundo comunista que ganharam a manchete de capa. A reportagem teceu críticas ferozes ao imperialismo soviético, destroçou as previsões do pensador alemão Karl Marx de criar uma sociedade igualitária, além de narrar prazerosamente que uma das principais aspirações dos jovens de Praga é tomar Pepsi-cola e ouvir *The Beatles*, símbolos incontestáveis do capitalismo.

¹¹ Sobre o assunto ver, dentre outros: *Rede Globo – 40 anos de poder, hegemonia, política e mídia no Brasil*, organizada por Valério Cruz Brittos e César Ricardo Siqueira.



Silva (2005, p. 41) relata que a revista norte-americana *Newsweek*, publicada pelo mesmo grupo do jornal *Washington Post*, foi quem se associou à Editora Abril para lançar a revista *Veja*, estabelecendo um contrato que vigoraria até o ano de 1988. Mesmo assim, a autora defende que os referenciais da revista seguiam o modelo *Time*¹². O jornalista Luiz Nassif, que trabalhou durante muitos anos na revista *Veja*, corrobora a informação de que o modelo de notícia foi importando da revista semanal norte-americana. Conforme Nassif (2003), as reportagens de *Veja* já estão prontas antes mesmo do repórter começar a apurá-las. Portanto, inverte-se a lógica do jornalismo: primeiro faz-se a matéria; depois se enxerta declarações de entrevistados na perspectiva da linha política defendida pela revista. Segundo o relato do autor,

Na segunda-feira, antes mesmo de apurada, a matéria estava praticamente definida e embrulhada com o que o leitor pudesse considerar mais atraente. Os repórteres saíam com pautas indicando as declarações que deveriam extrair dos entrevistados. Prejudicou-se bastante o conceito de relevância em nome da busca da atração.

¹² Sobre o assunto ver a matéria A história secreta de *Veja*, publicada na revista *Imprensa*, em setembro de 1988.

Já nessa época havia o abuso das frases tiradas do contexto para poder se encaixar no raciocínio previamente definido [...] (Nassif, 2003, p. 6-7).

2.3 - Da aceitação da Ditadura à adesão ao Neoliberalismo

Todos os veículos de comunicação no Brasil sofreram interferências da Ditadura Militar, em maior ou menor grau. Com a revista *Veja* não foi diferente, pelo menos duas edições da revista foram totalmente recolhidas. Uma delas, a de número 15, tratava justamente dos acontecimentos que culminaram com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O colunista Milôr Fernandes acumulou o recorde de ter uma mesma frase censurada oito vezes: “Livre pensar... é só pensar”.

Como lembra Abreu (2002, p. 14), a intensidade da censura variou no período militar. Pode-se dizer que foi branda nos seus primeiros anos, entretanto, com o AI-5, o Presidente da República ampliou seus poderes, fechou o Congresso Nacional e implantou a censura prévia, entre outras medidas. Jornalistas foram presos, torturados e assassinados. Jornais foram invadidos e fechados. Os veículos que se mantiveram em atividade criaram alternativas para tentar denunciar a ação da censura. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou receitas culinárias absurdas e poemas nos espaços destinados às matérias proibidas. A revista *Veja* veiculou espaços em branco ou com fotos de demônio. Mas a ditadura utilizava uma estratégia dúbia com os grupos de mídia. Segundo Abreu,

Ao mesmo tempo em que censuravam matérias e interferiam no conteúdo da informação, os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação. Isso se explica porque, para eles, essa modernização era parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional. (Abreu, 2002, p. 15).

Ainda, conforme Abreu (2002, p. 17), já nesta época, a imprensa dependia essencialmente da verba de publicidade governamental para

sobreviver. Essa publicidade era distribuída atendendo a critérios de penetração territorial e comprometimento ideológico. Assim, foi fácil atrelar os grupos de mídia ao projeto político da Ditadura. A revista *Veja*, que contava com um moderno sistema de distribuição de assinaturas, o que permitia que a publicação chegasse quase concomitantemente em todo o território nacional, não ficou de fora.

O resultado dessa política foi a rápida concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias. 'Se em 1950 existiam no Rio de Janeiro 22 jornais diários comerciais, entre matutinos e vespertinos, com as mais diversas tendências políticas, em 1960 esse número foi reduzido para 16 jornais diários, e no final de 1970, para sete'. (Abreu, 2002, p. 17-18).

Revistas ilustradas semanais de circulação nacional, como *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Fatos e Fotos*, também entraram em crise durante a Ditadura Militar, e acabaram desaparecendo. Mas, os grupos de mídia que filiaram-se a ideologia do regime, a exemplo de Organizações como Globo e da Editora Abril, chegaram ao período da redemocratização bastante fortalecidos.

No início da década de 80 do século passado, a campanha pelas **Diretas Já** tomou conta do Brasil. Os movimentos sociais, adormecidos pela Ditadura Militar, voltaram a ganhar espaço, tanto no campo como na cidade. A revista *Veja*, ao contrário da Rede Globo, por exemplo, entendeu que precisava aderir, pelo menos às **Diretas Já**, a fim de garantir que sua promissora relação com o Palácio do Planalto não fosse abalada. O fim da Ditadura Militar era imperativo: seu término já havia, inclusive, sido negociado entre os militares e as forças conservadoras da sociedade civil que os apoiaram nos 20 anos que estiveram no poder. Os primeiros comícios pró-diretas, realizados no final de 1983, não receberam a atenção da revista. Entretanto, quando mais de 2 milhões de pessoas tomaram a Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984, a revista *Veja* se rendeu ao movimento¹³. A TV Globo resistiu mais algumas semanas, mas, acabou não podendo mais evitar a notícia.

¹³ A Rede Globo, no *Jornal Nacional*, justificou a presença das pessoas na Praça da Sé como se elas ali estivessem para comemorar o aniversário da capital paulista. (Conti: 1999, P.46)



Assim, quando um presidente civil voltou a ocupar a presidência da república, mesmo que por meio do voto indireto, a revista *Veja* estava apta a pleitear a costumeira colaboração do Palácio do Planalto. José Sarney assumiu a presidência no dia 15 de março de 1985, em razão da morte de Tancredo Neves, reabriu, entre outros, o debate acerca da reforma agrária, pressionado pelos índices alarmantes de violência meio rural brasileiro. Prontamente, a revista *Veja* já se colocou na condição de interlocutora do governo com a sociedade. Três meses depois abordaria, pela primeira vez, o recém-criado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em uma de suas reportagens.

2. 4-- *Veja* assume o papel de mediadora do pacto social

Ao assumir a Presidência da República, José Sarney lançou um pacote de medidas para viabilizar uma espécie de reforma agrária, que jamais saiu do papel. A revista *Veja*, prontamente, colocou-se na condição de mediadora do pacto social ao defender, em uma reportagem, que a histórica tensão entre latifundiários e sem-terras poderia chegar a um desfecho feliz, desde que todos contribuíssem com o governo.

Com a manchete, “Reforma Agrária - os fazendeiros se armam”, publicada na edição de 19 de junho de 1985, a reportagem justificava a necessidade do pacote de medidas anunciadas pelo governo. O MST, que mal despontara no país, aparecia como movimento localizado exclusivamente em Santa Catarina, sem respaldo suficiente para tornar-se um grande interlocutor do governo Sarney nas discussões sobre a distribuição de terra.



Na reportagem em questão a revista defendia expressamente a reforma agrária proposta pelo governo, embora criticasse a falta de articulação política no lançamento do plano, o que teria preocupado os grandes latifundiários e aumentado a tensão no meio rural, conforme pode ser depreendido no trecho abaixo,

[...] a proposta de dividir terras apresentada pelo presidente José Sarney atingiu um vespeiro que há vinte anos não estava tão agitado. Mexeu-se num dos mais agressivos problemas nacionais: a terra. Na disputa por glebas, grilagens e posses, morrem a cada ano no Brasil perto de 200 pessoas. Esse número mostra sua face amarga quando se sabe que no pior ano do terrorismo urbano - 1973 - morreram no Brasil 71 pessoas. (...)

"DESORDEM E BADERNA" – Também no Paraná, um Estado ocupado por fazendas modernas, há conflitos freqüentes. O governo estadual procura atacá-los de duas formas - assenta famílias, em áreas criadas especialmente para essa finalidade e manda recados aos afoitos. "Em meu governo não admitirei a desordem e a baderna", avisa o governador José Richa. (Semeadura de armas. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 876, 18 jun. 1985, p. 21-23)

É importante destacar que a reportagem faz uma interessante comparação entre as vítimas da luta pela terra no naquele ano, cerca de 200 pessoas, e os assassinatos políticos ocorridos em 1973, que classifica como o período de "pior terrorismo urbano" no país, que somam 71 mortes.

A matéria também faz referência a um termo que se tornará clássico, nos anos futuros, para o discurso de desqualificação dos trabalhadores rurais sem-terra. Trata-se da expressão "baderna" para se referir às ocupações e demais lutas organizadas pelos sem-terra. Desde essa primeira reportagem a revista *Veja* deixa explícito que, mesmo defendendo a reforma agrária como plano de governo, não é favorável a uma ação mais direta e incisiva dos movimentos de camponeses.

O MST, ao contrário de boa parte da Igreja Católica e de partidos políticos do campo progressista, como o PCB e o PCdoB, não apoiou o novo governo e respondeu com mais ações de luta à falência do plano de reforma agrária, anunciado pelo presidente José Sarney. "No final de 1985, 11.655 famílias estavam acampadas em 11 estados brasileiros, como resposta ao governo e aos latifundiários" (Morissawa, 2001, p.142). No ano seguinte, o presidente Sarney enterrou de uma vez qualquer perspectiva de promoção da reforma agrária. Nomeia para os ministérios da Justiça e da Agricultura dois grandes latifundiários: Paulo Brossard, do Rio Grande do Sul, e Íris Resende, de Goiás. O MST segue ocupando terras devolutas e fazendas improdutivas. Em agosto, envia um grupo de representantes à Brasília para entregar aos membros da nova Constituinte uma proposta popular de Lei de Reforma Agrária, com 1,6 milhões de assinaturas. No final de 1987, o MST faz o seguinte balanço sobre suas ações: "havia conquistado 143 assentamentos

para 13.392 famílias, com uma área total de 52.705 hectares” (Morissawa, 2001, p.144).

2.5 - O neoliberalismo entra em cena

Até meados dos anos 1980, a Guerra Fria deu unidade editorial às publicações comprometidas com o capital estrangeiro, por meio da propaganda anticomunista. No final da década seguinte o cenário mudaria. Com a retração do mundo comunista, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, em 1989, a imprensa passou a atuar na defesa intransigente da implementação do neoliberalismo, bandeira que a revista *Veja* empunhou com veemência, inclusive obtendo papel preponderante na primeira eleição direta no país, após os 20 anos de Ditadura Militar.

Foi a revista *Veja* que lançou, nacionalmente, o alagoano Fernando Collor de Melo¹⁴, como uma nova liderança política no país. Menos de dois anos depois, Collor assume a Presidência da República prometendo abertura às importações e redução das funções do Estado. A histórica edição de 23 de março de 1988 inspirou o Globo Repórter, que a maior rede de TV do país levaria ao ar algumas semanas depois, ajudou a consolidar a opção de voto de muitos brasileiros. Na capa da revista, o desconhecido Collor de Melo é relacionado ao herói nacional Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente republicano do país, que inscrevera, cem anos antes, o lema da “ordem e progresso” como os principais valores sociais, políticos e culturais da nação brasileira.

¹⁴ Collor apareceu pela primeira vez na imprensa nacional em um Globo Repórter sobre os problemas enfrentados pelos governadores recém-eleitos, levado ao ar pela TV Globo, no dia 2 de abril de 1987. O programa durou uma hora, fora os intervalos comerciais. Dez minutos foram dedicados a Alagoas, mas a imagem e as declarações de Collor não alcançaram mais do que um minuto. Três dias depois, ele era o personagem de uma matéria de capa no Jornal do Brasil, intitulada ‘Furacão Collor’ começa a mudar a vida de Alagoas. No dia 6 de abril, Collor visitou a redação de *Veja* e, na semana seguinte, era o entrevistado das famosas páginas amarelas da revista. Com o título “Vou acabar com os Marajás”, a reportagem fez que Collor se tornasse conhecido no país inteiro. Em 1988, a revista *Veja* continuou a apostar no crescimento político do governador alagoano, publicando suas fotos e dando chamadas às suas ações sensacionalistas. Uma delas foi uma foto em que Collor puxava os bolsos para fora da calça. Na legenda, a sucinta explicação: “Alagoas está com os bolsos vazios” (Conti, 1999, p. 41, 43, 46, 66 e 67).



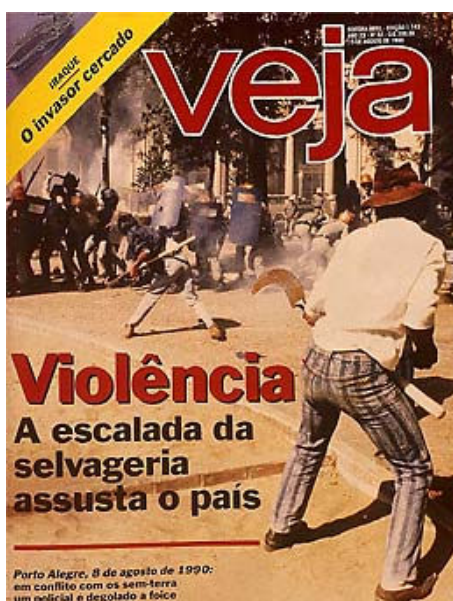
Em contraposição a Collor, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva defendia propostas ligadas ao campo da esquerda, incluindo aí a reforma agrária do MST que, justamente no ano eleitoral, protagonizou sua maior ação de massa até então. “Entre agosto e setembro, realizou 33 ocupações em 13 estados, com 9.133 famílias (cerca de 50 mil pessoas)” (Morissawa, 2001, p. 145). No final de 1989, o MST já contabilizava um total de 62 ocupações, em 18 estados, com 17,5 mil famílias, mais do que o dobro do ano anterior.

A vitória de Collor de Mello para a Presidência do Brasil representou um retrocesso não só da luta pela reforma agrária, como de qualquer outra bandeira do chamado campo socialista. Em maio de 1990, o MST realizou o 2º Congresso Nacional dos Sem-Terra, em Brasília-DF, reunindo 5 mil delegados de 19 estados. Diversas entidades e organizações populares e sindicais estiveram presentes no evento, em demonstração de apoio ao movimento. Representantes dos seis partidos políticos do campo da esquerda também se fizeram presentes, além de 23 delegados de organizações camponesas da América Latina e da África. Mostrou, portanto, a força política e social que aglutinava.

Collor, entretanto, não se intimidou e nada fez para agilizar a reforma agrária. Pelo contrário, implantou uma política agrícola que causou forte queda nos preços dos produtos destinados ao mercado interno, exatamente a fatia do mercado com que os acampamentos se ocupavam. Nesse mesmo ano a

revista *Veja*, pela primeira vez, publicou uma reportagem atacando frontalmente o MST.

No dia 15 de agosto de 1990, a revista deu destaque aos sem-terra em reportagem de capa, antecipando o tom negativo que viria a caracterizar toda a cobertura acerca do MST, no decorrer da década. Na foto que ilustra a publicação, um único sem-terra, dispendo apenas de uma foice, aterroriza um exército de policiais armados com escudos, cacetetes e até revólveres.



Não se tratava, entretanto, de uma montagem fotográfica. Apenas a exploração das imagens pelo ângulo que favorecia a tese defendida pela revista. Dias antes, em conflito com a polícia em Porto Alegre (RS), um sem-terra degolou um policial com sua arma de trabalho. Imediatamente, a revista *Veja* tratou de transformá-lo no símbolo da selvageria contida em todos os trabalhadores rurais. Na matéria, *Veja* afirma que os sem-terra se organizavam em grupos armados, embora essa acusação, recorrente em outros órgãos de imprensa, nunca fora comprovada.

À primeira vista, os agricultores que se envolveram na baderna de Porto Alegre, na semana passada, por sua índole e aparência, poderiam ser considerados típicos brasileiros do

campo. Por sua origem e passado, no entanto, também podem ser encarados de maneira muito diferente. Em primeiro lugar, como integrantes dos sem-terra, pertencem a um dos grupos mais ativos do país, com uma gorda folha de proezas em matéria de confusões.

Em segundo lugar, carregam um pesado contencioso com a Brigada Militar do Estado, com quem já se defrontou em episódios recentes de violência, como na invasão¹⁵ da fazenda Elmira, em 1989, quando descobriu-se no interior dos sem-terra até mesmo grupos armados, como o chamado batalhão Rose, formado apenas por mulheres, que não hesitava em manipular enxadas, facões ou grosseiras espingardas pica-pau. (Semeadura de Armas. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 876, 18 jun. 1985, p. 23, grifos meus)

É importante perceber que, mesmo neste pequeno fragmento da reportagem, a revista volta a fazer uso da expressão *baderna*, além de outras que utilizará até hoje para caracterizar negativamente as ações do MST: *confusões*, *violência* e *invasão*. Expressões que, daí para frente, teriam um peso ainda mais intenso no combate ao movimento. É interessante verificar, também, que a associação entre trabalho no campo e bandidagem, utilizada desde a época da escravidão, é recuperada no sentido de fortalecer o discurso de criminalização do sem-terra: esses perigosos e selvagens que podem, em questão de minutos, transformar seus instrumentos de trabalho em armas de guerra.

Depois desse episódio, ocorrido no Rio Grande do Sul, a revista se calou acerca do MST. Ocorreu, em um curto espaço de tempo, o *impeachment* de Collor de Mello, que, com toda sorte de denúncias acerca da corrupção no governo, ganhou a tônica do noticiário. O MST, entretanto, continuou crescendo e ganhando espaço, até se tornar o maior movimento social brasileiro. Os anos 90 redefiniram o cenário das lutas sociais no Brasil, já que os movimentos populares urbanos arrefeceram, enquanto o movimento popular rural expandiu-se. Conforme Gohn (2004), é nesse contexto que o MST,

¹⁵ Grifos meus.

[...] espalha-se por todo o Brasil, realiza centenas de ocupações de terras, organiza-se em acampamentos, luta pela obtenção da posse da terra em assentamentos criados pelo governo (ou reconhecidos por ele após a área já estar ocupada), cria cooperativas de produção e comercialização, funda escolas de formação para as lideranças, elabora cartilhas para as escolas de primeiro grau [...]. O MST transforma-se no maior movimento popular do Brasil nos anos 90. (Gohn, 2004, p. 304 e 305)

2.6 – A corrida presidencial de 1994: FHC neoliberal versus Lula socialista

Em 1994, na reta final do governo Itamar Franco, o MST começou a ganhar destaque em outros órgãos de imprensa do país. Em plena campanha pela sucessão presidencial, na qual os principais concorrentes eram o ex-ministro e sociólogo, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e o sindicalista e ex-operário, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o MST foi tema de uma reportagem bombástica na edição de o jornal *O Estado de São Paulo*, do dia 2 de junho. A reportagem, baseada em relatórios do Serviço Secreto Brasileiro, acusava o MST de operar como “um grupo armado de esquerda”, contando para isso, inclusive, com apoio do PT. Segundo Figueiredo,

A autora do furo de reportagem, a repórter Tânia Monteiro, setorista do Estadão no Palácio do Planalto, escrevera a matéria de forma equilibrada e isenta, limitando-se a dizer o que havia no relatório do serviço secreto ao qual tivera acesso. A falta de equilíbrio e isenção estava justamente no trabalho do Serviço. O relatório misturava informações corretas, dados falsos e um tom alarmista já fora de moda. Dizia, por exemplo, que os sem-terra – treinados por alemães, chilenos, cubanos, nicaraguenses e russos – planejavam instalar bases guerrilheiras na região do Bico do Papagaio. Noutro trecho, o relatório informava que os sem-terra fabricavam armas de fogo caseiras e que eles estavam fortemente armados. Após pintar o MST como um grupo armado, o Serviço destacou que suas ações eram apoiadas pelo Partido dos Trabalhadores. ‘A força

petista no movimento é grande, mesmo na corrente Articulação, que discorda em parte das posições político-ideológicas dos revolucionários', dizia o documento (Figueiredo, 2005, p. 484).

Figueiredo (2005, p. 485) demonstra ainda que o Serviço detectou que a responsabilidade do vazamento do relatório foi do próprio Presidente da República, Itamar Franco, que não tomou providências a esse respeito. Demonstrou, portanto, que queria ver as denúncias sobre MST - que envolviam o PT - disseminadas em todo o território nacional.

As matérias sobre o Movimento dos Sem-Terra no período anterior ao governo de Fernando Henrique Cardoso não ficaram restritas ao jornal *Estado de S. Paulo*. Conforme Souza (2004) demonstra, o jornal *Folha de S. Paulo*, em 1994, publicou 40 matérias fazendo referências ao MST. Em 1995, já no primeiro mandato de FHC, o número saltou para 405. A revista *Veja*, nos dois anos, ignorou a existência e as ações, já vultuosas, do Movimento Sem-Terra. Só em 1996 passou a noticiar as ações do movimento. Mesmo assim, publicou apenas uma reportagem de destaque sobre o MST, enquanto a *Folha de S. Paulo* abordou o movimento em 705 diferentes matérias.

2.7 - Duas tragédias lançam os holofotes sobre o MST

Duas tragédias sucessivas fizeram que o MST ganhasse repercussão internacional e provaram que, nos anos 90, o recrudescimento da luta no campo aumentou. A partir daí, a revista *Veja* não pode mais ignorá-lo. A primeira delas foi o Massacre de Corumbiara, ocorrido em 9 de agosto de 1995, quando 355 sem-terra foram presos e torturados, 125 ficaram gravemente feridos e nove morreram. Entre eles, a pequena Vanessa, de seis anos, transpassada por uma bala perdida. Os sem-terra não pertenciam aos quadros do MST, mas a imprensa não tomou o cuidado de fazer essa distinção. A revista *Veja* não incorreu no mesmo erro. Porém, só veio a falar do episódio na edição de 6 de setembro de 1995, na reportagem, "Executados, torturados humilhados", quase um mês depois de o massacre ganhar destaque internacional. Em linhas gerais, o tom da matéria era de indignação com o

ocorrido e não fazia alusão ao MST, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

Maria pegou os filhos pelas mãos e saiu correndo para o córrego. Estavam quase saindo do acampamento quando a menina Vanessa gritou: 'Ai, mãe'. 'O sangue saiu pela barriga dela [...]'. Eu disse 'vai com Deus, minha filha'. Maria correu mais quatro quilômetros, com a filha morta nos braços. (Executados, torturados humilhados. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1379 , 6 set. 1995, p. 38).

Em 17 de abril de 1996, uma nova tragédia colocaria em pauta o tema da reforma agrária. Trata-se do Massacre de Eldorado dos Carajás, no qual 21 sem-terra, ligados ao MST, foram brutalmente executados por policiais paraenses, e 51 ficaram feridos. A reportagem publicada pela revista *Veja*, na edição de 24 de abril, ampliou o tom de indignação verificado antes na reportagem sobre o Massacre de Corumbiara. A própria capa da revista é uma denúncia das atrocidades cometidas contra os sem-terra, já que exibe a foto de um trabalhador rural brutalmente executado com um tiro na nuca.



A reportagem, que se estende da página 34 à página 39, segue a mesma linha de denúncia e condescendência com os sem-terra, conforme pode ser observado em dois trechos reproduzidos abaixo.

Recolhidos num posto do Instituto Médico-Legal de Marabá, os corpos de Eldorado dos Carajás trazem as marcas de um massacre. Manchas roxas informam que tomaram chutes e pontapés, enormes buracos de bala e manchas de pólvora comprovam que foram dados tiros à queima-roupa, membros mutilados e cabeças arreventadas denunciam uma selvageria além de qualquer razão ou limite. [...]

[...] Uma perícia realizada pelo legista Nelson Massini, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, informa que nem todos os dezenove mortos perderam a vida no confronto. Em sua análise, pelo menos dez deles – mais da metade das vítimas – foram chacinados. (Sangue em Eldorado. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.441, 24 abr. 1996, p. 34-36).

Nessa reportagem *Veja* faz, pela primeira vez, menção a um Brasil arcaico e a um outro Brasil moderno. A analogia, utilizada dias antes pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em um infeliz comentário sobre o episódio, remete ao mesmo artifício utilizado pelas forças republicanas durante a Guerra de Canudos, criticado e ironizado pela revista, conforme o transcrito a seguir:

Como um sociólogo debruçado sobre personagens de uma tese acadêmica, e não pessoas de carne e osso, com sonhos de um futuro melhor, filhos para criar e uma vida para tocar, Fernando Henrique, classificou os sem-terra e a PM de representantes do "Brasil arcaico", em oposição ao 'moderno', do qual se considera representante, talvez condutor. O presidente só mudou de atitude depois que outros 'modernos' se mostraram sinceramente chocados com o que ocorrera com

os 'arcaicos'. (Sangue em Eldorado. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.441, p. 39, 24 abr. 1996, grifo meu).

Se a matéria principal mostra-se solidária aos sem-terra e até tece críticas a postura do então presidente do País, o box¹⁶ intitulado “O Sindicato-partido do MST”, publicado na seqüência de uma foto em que dezenas de sem-terra aparecem armados com espingardas, não segue o mesmo tom. O texto afirma que o “MST usa armas e tem uma tradição de enfrentar a polícia” (O Sindicato-partido do MST. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.441, 24 abr. 1996, p. 38). Mas, na matéria, *Veja* presta um grande serviço ao MST, ao dizer que foi o governo quem inventou o boato de que haveria infiltração de terroristas do Sendero Luminoso ou zapatistas no movimento. Referindo-se ao líder João Pedro Stedile, relata:

“sua orientação é manter a autonomia e livrar-se de pechas como o boato, espalhado pelo governo, de que haveria infiltração de terroristas do Sendero Luminoso, do Peru, ou zapatistas mexicanos em seus flancos” (O Sindicato-partido do MST. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.441, 24 abr. 1996, p. 39).

A matéria publicada na seqüência, “Terra em Chamas”, impressiona pela forma extremada com que defende a reforma agrária e critica a prontidão do governo federal em investir em demandas da elite, como nos socorros aos bancos, em detrimento das aspirações populares. A matéria mostra, por exemplo, no texto e em gráficos destacados, que 1% dos grandes proprietários de terra detém 44% das propriedades rurais brasileiras, enquanto os 53% pequenos e médios proprietários detêm apenas 2,6% dessas mesmas propriedades. A matéria mostra ainda que as propriedades acima de mil hectares produzem apenas 11% dos alimentos consumidos no país, enquanto as propriedades abaixo de 10 mil hectares alimentam 16% do mercado nacional. E mais,

¹⁶ Box: matéria secundária que esclarece pontos abordados de forma superficial na matéria principal.

[...] dos 8 bilhões de reais que o Banco do Brasil tem para receber dos agricultores, 82% são dívidas de médios e grandes proprietários de terra. Já os pequenos devem apenas 7,5% da dívida e as cooperativas respondem por 9,5%. Os campeões do calote são plantadores de soja, arroteiros, canavieiros e pecuaristas. (Terra em Chamas. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.441, 24 abr. 1996, p. 41).

A revista denuncia também que o Brasil explora apenas um sétimo da terra que tem para plantar. Critica o governo FHC por ter assentado apenas um sexto do total de famílias que prometeu em sua plataforma de governo. E vai além: justifica que o governo gasta, por cada família assentada, a quantia de R\$ 30.000. Entretanto, consegue reaver R\$ 23.000 em impostos e pagamentos, no prazo de poucos anos. Segundo a revista, o custo real de uma família assentada fica em R\$ 7.000, e compara: “A criação de um emprego no comércio custa 40.000 reais. Na indústria, 80.000” (Terra em Chamas. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.441, 24 abr. 1996, p. 44).

Nos anos seguintes, a revista *Veja* passará a publicar centenas de matérias refutando justamente as teses que ela mesma levantou acerca do MST na reportagem acima. No dossiê de matérias sobre a reforma agrária que a revista mantém em seu site não consta nenhuma referência a essa matéria, embora as demais estejam lá, registradas e abertas para consulta gratuita do público.

2.8- *Veja* e MST: “alvo prioritário”

A partir do final de 1996 a revista *Veja* passou a atacar o MST vorazmente. Durante o chamado “império do pensamento único”, a revista acabou por transformar o movimento em seu “alvo prioritário”. Segundo Silva (2005, p. 585), os ataques da *Veja* aos sem-terra superaram, inclusive, as investidas contra o PT, então considerado o “partido de oposição”, e a igreja combativa.

Neste caso (do MST) não há uma tentativa de cooptação, ou de diálogo, como se vê com relação ao PT, em que a revista busca em vários momentos apontar linhas de ação. Também não há uma via despolitizadora como a Renovação Carismática colocada em oposição a CNBB. No caso do MST, a crítica é permanente (Silva, 2005, p. 585).

Duas das capas da revista *Veja*, de 1997, ilustram bem as observações da autora. Tais capas retratam justamente o período em que o MST surpreendeu as autoridades reunindo 40 mil pessoas numa grande marcha à Brasília, que cortou o Brasil de norte a sul apresentando às pessoas comuns da sociedade brasileira quem eram os sem-terra que lutavam pela reforma agrária. No dia 16 de abril, a manchete é “A Marcha dos Radicais - Quem são e o que querem os sem-terra”. A foto mostra bandeiras do movimento na marcha que os conduziria à Brasília. Na parte interna, o título da matéria arremata o que a revista pretende insinuar: "Lições da longa marcha descalça - Depois do protesto e da festa do MST, chegou a hora da política" (p. 34-59).



Na matéria central da edição, a revista passa a defender uma idéia levantada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que, na edição dedicada ao massacre de Eldorado dos Carajás, a própria revista ironizara. Trata-se da imagem dos sem-terra como os representantes de um Brasil atrasado, arcaico, que não correspondem ao lema da bandeira republicana: “ordem e progresso”. É nessa matéria, e em função dessa tese presidencial, que a revista faz a sua primeira associação dos sem-terra com os seguidores de Antônio Conselheiro, que Euclides da Cunha immortalizou na obra *Os Sertões: campanha de Canudos*, e que, anos depois, seria o elemento cultural central para a revista construir a imagem do “MST Terrorista”.

Representantes de um Brasil arcaico, descalço, dentes ruins, bicho-de-pé e pouco estudo, os sem-terra invadem propriedades, desrespeitam a lei e enfrentam a polícia. Já morreram e mataram nesses conflitos. Parecem um pouco os fanáticos do beato Antonio Conselheiro (Lições da longa marcha descalça - depois do protesto e da festa do MST, chegou a hora da política. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.491, 16 abr. 1997, p. 34, grifos meu).

O próprio Euclides da Cunha é citado em outro trecho da reportagem, que demonstra o perfil que a revista tece dos sem-terra em comparação ao mestiço sertanejo narrado pelo autor: “Na paráfrase de Euclides da Cunha, são gente que cedo encarou a existência pela sua face tormentosa”. (Lições da longa marcha descalça - depois do protesto e da festa do MST, chegou a hora da política. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.491, 16 abr. 1997, p. 39, grifos meu).

O restante da reportagem, porém, demonstra que *Veja* relaciona o MST ao “perigo vermelho”, ou seja, à ameaça comunista que, desde a ditadura Vargas, os brasileiros aprenderam a temer a partir da publicidade ofensiva norte-americana nesse sentido.

Dois anos depois da posse de Fernando Henrique se assiste ao desmoronamento do movimento sindical, da oposição de esquerda (o PT de Lula) e também de direita (o PPB de Maluf) a seu governo. O que sobrou como oposição foi o MST, sigla que identifica aquilo que na verdade é um partido político organizado pelos velhos métodos do leninismo, com vida clandestina, doutrinação política e centralismo duro (Lições da longa marcha descalça - depois do protesto e da festa do MST, chegou a hora da política. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.491, 16 abr. 1997, p. 35).

Nessa mesma edição, a revista coloca em xeque outra informação que ela mesma defendeu na edição referente ao Massacre de Eldorado: a de que o assentamento de uma família sem-terra vale o custo econômico e social do empreendimento. A matéria, entretanto, apresenta contradições que a revista não consegue esconder. Embora critique a Reforma Agrária, reconhece que os sem-terra necessitam da terra, que são brasileiros humildes, sem instrução e sem esperança de futuro em um Brasil de alta concentração fundiária e péssima distribuição de renda. Mas, até isso irá mudar alguns anos depois:

No mês passado, VEJA fez um levantamento sobre os sem-terra com base num questionário aplicado em acampamentos de Pernambuco, Pará, São Paulo e Rio Grande do Sul. Dado fundamental: mais de 90% têm tradição na agricultura, são filhos de lavradores e nunca foram donos de terra. Uma parcela é constituída de agricultores que, pendurados nos bancos, perderam a terra nos anos 70 - época de extraordinária concentração fundiária. E uma porção menor ainda é formada de desempregados e ex-trabalhadores de áreas urbanas. De modo geral, trata-se de uma massa de desvalidos cujas mãos são calejadas e os dentes estragados. (Lições da longa marcha descalça - depois do protesto e da festa do MST, chegou a hora da política. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.491, 16 abr. 1997, p. 39).

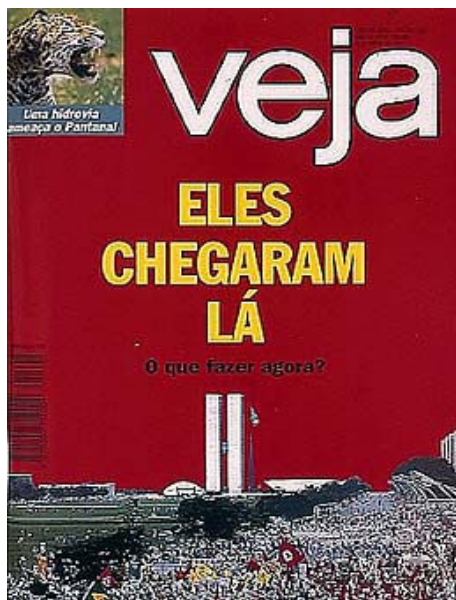
Não é difícil perceber que o reconhecimento dos sem-terra como cidadãos refletia uma conjuntura bastante específica, em que a elite precisava ceder para garantir a manutenção da hegemonia. A marcha dos sem-terra ganhou as ruas do país depois que o movimento ficou conhecido internacionalmente em função dos massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás. Retratado até mesmo na novela “O Rei do Gado” (1996-1997), da Rede Globo, o MST ganhou a simpatia do brasileiro. É a própria revista *Veja* quem afirma, em tom de ironia, que a população apóia o movimento.

O Ibope informa que os sem-terra caíram nos braços do povão urbano depois de O Rei do Gado: 83% apóiam a reforma agrária e 40% são a favor até de invasão de fazendas. Para a elite, o fotógrafo Sebastião Salgado, o escritor José Saramago e o compositor Chico Buarque oferecem o livro *Terra*, em homenagem àqueles que não a têm. Quem circula pelo exterior avisa que acabou a fase da ecologia e do verde - todo mundo quer saber o que o Brasil fará com os sem-terra, a gente massacrada em Corumbiara e Eldorado dos Carajás. A questão dos sem-terra virou um grande problema nacional, apesar de eles serem relativamente poucos. Segundo o MST, há 100.000 pessoas em acampamentos, e o governo os conta em 40.000. (Lições da longa marcha descalça - depois do protesto e da festa do MST, chegou a hora da política. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.491, 16 abr. 1997, p. 34).

Além disso, aproximava-se a batalha pela reeleição de Fernando Henrique e, conforme alguns estudiosos, até esse momento não estava descartada a hipótese do MST vir a compor o arco de alianças do presidente presidencial.

Na semana seguinte, 23 de abril, a capa da revista questiona o leitor: “Eles chegaram lá - o que fazer agora?” A foto escolhida ilustra milhares de sem-terra em Brasília, com o simbólico do Congresso Nacional ao fundo. O céu

do Brasil adquire uma tonalidade vermelha. O título da matéria, no interior da revista, começa a responder a pergunta feita na semana anterior, e explicita a postura que a revista *Veja* jamais deixou de ter em relação ao movimento: “A longa marcha – diante de sem-terra, a pior escolha é ficar de braços cruzados”.



No texto da reportagem, a revista chega a fazer críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso pela morosidade em resolver as questões da terra. Ciente da popularidade do MST entre seus leitores e brasileiros em geral, abusa da ironia para descrever o movimento que, de forma pacífica e organizada, chega à capital federal. Entretanto, *Veja* não economiza o uso de palavras negativas, como “rebelde”, “radical”, “brava”, para descrever os sem-terra. A remissão aos sertanejos de Antônio Conselheiro também é reatualizada. Vejam só o que diz,

A rebeldia é a marca do MST. Os sem-terra não aguardam quietinhos as decisões da Justiça. Não fazem lobby para modificar as leis no Congresso. Não, nada disso. Eles tomam as terras primeiro, conversam depois. São gente brava, que invade o terreno onde se funda a ordem capitalista: a propriedade privada. Mas o final da marcha deles, na quinta-

feira, em Brasília, foi uma maravilha. Pela primeira vez desde as manifestações pela saída de Fernando Collor, a capital serviu de palco para uma manifestação, de 40.000 pessoas, que contava com simpatias generalizadas.

Maiores que eles mesmos, os sem-terra servem de símbolo para o Brasil pobre e atrasado. A sua marcha, que lentamente foi chamando a atenção de todo o país, teve um quê de épico, ecoou as manifestações de Mahatma Gandhi pela independência da Índia. É difícil ficar contra eles, mesmo sabendo que seus métodos políticos têm um cerne antidemocrático. Afinal, são gente honesta, que quer trabalhar a terra, educar os filhos. E, com tanta terra sobrando, eles vagam, como assombrações, desde o tempo de Antonio Conselheiro. Como antipatizar com uma organização que leva, para o encontro com o presidente da República, uma sambista, um cacique com borduna e um bispo de bigode? (Eles chegaram lá – O que fazer agora? **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.492, 23 abr. 1997, p. 26).

É importante observar também que a reportagem volta a insistir na associação entre campesinato e subdesenvolvimento, conforme demonstra a primeira frase do segundo parágrafo retratado acima, o que demonstra que a dicotomia cidade-civilização *versus* campo-atraso, criada no início do século XX, não fora esquecida.

2.9 - O MST e o “perigo vermelho”

A edição da revista *Veja* nº 1.549, de 3 de junho de 1998, é exemplar para demonstrar como a revista construiu a imagem do MST, no período que precedeu o pleito eleitoral. Com a manchete “A esquerda com raiva”, *Veja* apresenta aos seus leitores um MST simplesmente aterrorizador. O efeito é resultado da utilização de uma série de elementos culturais verbais e não verbais que levam o leitor a associar o MST ao diabo.

Primeiro, é importante atentar-se para o detalhe da foto: um *close* de João Pedro Stedile, um dos mais conhecidos líderes do MST, que chega a cobrir toda a página. Tez franzida, expressão carregada, Stedile apresenta-se visivelmente descontente, em um ângulo exemplar para ser tratado como uma pessoa “enfurecida”.

A utilização do vermelho como cor predominante na foto garante o efeito desejado. Souza (2004, p.115) afirma que “as cores carregam em si significados presentes no inconsciente coletivo do ser humano. Entre elas, coube à cor vermelha simbolizar aquilo que é passional ou violento”. Os anos de Guerra Fria ensinaram ao Ocidente associar a cor vermelha ao comunismo e à essência de todo o mal. A manchete escolhida direciona ainda mais o leitor para essa simbologia: “A esquerda com raiva – inspirados por ideais zapatistas, leninistas, maoístas e cristãos, os líderes do MST pregam a implosão da ‘democracia burguesa’ e sonham com um Brasil socialista”.



Na reportagem, o que chama a atenção é a insistência com que *Veja* associa “MST” ao “atraso”. Só na página 42 são dois exemplos: “Sua principal bandeira, a reforma agrária, é um assunto do século passado, fora de moda, embora ainda insepulto no Brasil dos latifúndios” e “Pois não é que uma bandeira tão arcaica, uma massa de pés descalços e uma estrutura tão

antiquada agitam o Brasil de norte a sul?” (O que eles querem. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1549, 03 jun. 1998, p. 42, grifos meus). A reportagem completa apresenta mais sete associações dessa natureza.

Os ataques prosseguiram fortes na década seguinte. Em 10 de maio de 2000, a manchete “A Tática da Baderna” ajudou a empreender um dos mais ferozes golpes desferido contra os sem-terra, no período tido por muitos estudiosos como o ápice do neoliberalismo no Brasil. A utilização da palavra “tática”, ou seja, “arte ou técnica de guerrear” possui objetivos bem precisos. Principalmente porque, na seqüência, destaca-se a palavra “baderna”, ou seja, confusão, desordem, bagunça. Para bom entendedor, como demonstra Sá, a revista afirma que o MST busca a desordem por meio de técnicas de guerra.



É importante observar que a expressão *baderna*, destacada na manchete de capa, foi extraída justamente do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, e dará o tom do restante da reportagem.

‘O Brasil cansou da falta de respeito à liberdade, da transformação da liberdade de uns no constrangimento de outros. O Brasil e o presidente não vão mais admitir que funcionários públicos sejam reféns de gente que faz baderna

em nome de uma causa que em si é justa', disse o presidente durante solenidade no Planalto. (Sem terra e sem lei. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.648, 10 mai. 2000, p. 46)

Para Souza (2004, p. 109), quando a revista *Veja* utiliza a palavra “baderna”, ela vem sempre seguida de outras expressões que caracterizam o medo da inversão da ordem vigente. “Trata-se de um termo claramente político, pois é usado quando se refere às manifestações de reivindicação, dificilmente é aplicada a tumultos envolvendo torcidas de futebol, por exemplo”.

Retornando à capa da edição em pauta, além da manchete pejorativa, a revista apresenta uma tremulante bandeira do MST, vermelha, contrastando contra o fundo verde do imaginário nacionalista. No *lead*, uma explicação sucinta complementa o conteúdo que a revista quer passar: “O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista no Brasil”. O destaque, neste caso, é o termo “pretexto”, ou seja, “desculpa”, “simulação”. A expressão “pregar”, que faz alusão à prática religiosa, também merece atenção, considerando, principalmente, que será retomada em edições futuras para fixar a associação do MST com o terrorismo.

A matéria de capa apresenta um tom claramente desfavorável ao MST. Mistura falácias com jogos de palavras de efeito, sempre com o propósito de disseminar o pânico geral, tal como um século antes a imprensa fez em relação aos conselheiristas.

Numa palavra, o MST não quer mais terra. O movimento quer *toda* a terra, quer tomar o poder no país por meio da revolução e, feito isso, implantar por aqui um socialismo tardio, onze anos depois da queda do Muro de Berlim, num momento em que Cuba e Coréia do Norte são praticamente o que resta de modelos a imitar nessa área. É o próprio MST que diz isso. Sem constrangimento algum. (Sem terra e sem lei. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.648, 10 mai. 2000, p. 44)

O processo de criminalização do MST também fica evidente no texto da reportagem, como no exemplo a seguir:


Tal era o empenho do MST em enfatizar suas reivindicações que seus integrantes não hesitaram em violar o Código Penal em vários artigos. Invadiram repartições públicas, impedindo-as de funcionar. Mantiveram servidores do Estado em cárcere privado. Danificaram bens públicos e propriedades particulares. E tudo isso sem a menor sensação de que cometiam crimes. Como considera ilegítimo o Estado, o MST desconsidera suas leis. (Sem terra e sem lei. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.648, 10 mai. 2000, p. 45)

Os crimes insinuados pela reportagem principal vinham especificado em box contínuo, no qual João Pedro Stedile aparecia transfigurado de James Bond, o agente secreto inglês da série cinematográfica 007, que tinha licença da rainha da Inglaterra para matar. Na fotomontagem da *Revista Veja*, ao invés das calças *jeans* e da enxada, o líder sem-terra usava *smoking* e empunhava uma pistola automática.

Meu nome é Stedile, João Stedile

O agente James Bond, da série 007, tinha licença para matar. Bond estava autorizado pelo governo de sua majestade a cometer um crime sem ser punido por isso. Os integrantes do Movimento dos Sem-Terra, chefiados por João Pedro Stedile (aqui numa montagem sobre foto de James Bond), também se sentem autorizados a cometer crimes durante suas ações porque as autoridades se constringem em aplicar a lei quando o infrator carrega uma bandeira do MST. Os crimes do movimento:

- **Violação de domicílio:** ocorre no ato da invasão.
pena: até dois anos de prisão
- **Dano:** é praticado quando, durante a invasão, os sem-terra destroem bens públicos ou dos fazendeiros.
pena: até três anos de prisão
- **Formação de quadrilha:** acontece quando um grupo se une para praticar um crime.
Exemplo: os sem-terra invadiram e incendiaram uma fazenda em Mato Grosso do Sul no começo do ano passado.
pena: até três anos de prisão
- **Furto:** ocorre quando os sem-terra se apropriam dos bens dos fazendeiros.
pena: até oito anos de prisão
- **Corrupção de menores:** o Código Penal prevê punição para quem envolve menores de 18 anos na prática de um crime.
pena: até oito anos de prisão
- **Cárcere privado:** nos últimos doze meses, 24 funcionários do governo foram feitos reféns durante invasões dos sem-terra a prédios públicos.
pena: até oito anos de prisão
- **Lesão corporal:** em diversas ocasiões, os sem-terra e agrediram fazendeiros e seus empregados. Durante uma invasão no Paraná, um dos fazendeiros sofreu traumatismo craniano.
pena: até oito anos de prisão



É importante observar que o tom empregado pela revista para atacar os sem-terra volta a coincidir com o discurso presidencial, quando Fernando Henrique invoca o temido “desrespeito à democracia”.

No Paraná, o governo mandou 800 policiais conter o avanço de quarenta ônibus que levavam sem-terra para um protesto em Curitiba. Houve muita confusão, mais de cinquenta feridos de lado a lado e uma tragédia, a morte do sem-terra Antônio Tavares Pereira, 38 anos, casado, cinco filhos, que foi atingido durante um confronto com policiais numa estrada de acesso à capital. Diante desse episódio, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma de suas manifestações mais ríspidas em relação ao MST: ‘A morte do lavrador deve servir de alerta para os que optam pelo desrespeito à democracia’, disse. Numa reunião de emergência, FHC baixou uma lista de medidas que já vem sendo chamada de ‘pacote anti-MST’. (Sem terra e sem lei. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.648, 10 mai. 2000, p. 45)

Uma outra expressão utilizada na matéria merece atenção. “Guerra santa” é um termo culturalmente atribuído, principalmente, ao conjunto das atividades empreendidas pelos terroristas islâmicos para defender seus países, suas culturas etc.

Cria-se assim um mundo em que o MST desempenha o papel do Bem, num cenário maniqueísta em que o governo FHC é o Mal. É essa divisão radical da sociedade que dá à luta pela reforma agrária uma característica de guerra santa. ‘E, como toda guerra santa, é uma guerra sem alternativas, sem saídas políticas’, escreve o professor José de Souza Martins, da USP. Sem terra e sem lei. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.648, 10 mai. 2000, p. 48-49, grifo meu).

2.10 - Imprensa brasileira se abre ao capital estrangeiro

Pouco antes de encerrar seu segundo mandato como presidente da República, Fernando Henrique Cardoso sancionou uma lei, bastante polêmica por sinal, que iria beneficiar em muito os grandes conglomerados de mídia do Brasil, nessa época atolados em dívidas que alcançavam a casa dos bilhões. Trata-se da alteração no artigo 222 da Constituição Brasileira, que vedava aos estrangeiros o direito de controlar os meios de comunicação brasileiros. Embora essa determinação legal fosse ludibriada, principalmente na configuração do controle de novas mídias, como a Internet, balizava a constituição acionária formal dos grandes veículos de imprensa do país.

Com a alteração efetuada por Fernando Henrique em 2002, o capital estrangeiro pode compor até 30% do capital dos meios de comunicação brasileiros. Segundo Magalhães,

A Editora Abril aproveitou-se da mudança na legislação, mais precisamente no artigo 222 da Constituição Federal, realizado no apagar das luzes do governo FHC, com beneplácito petista, e vendeu parte do capital para um fundo de pensão norte-americano. Foi a primeira operação de entrada de capital estrangeiro em um grande grupo de mídia impressa. (Magalhães, 2005, p. 42)

A própria revista *Veja* fez questão de alardear o feito, com a matéria “Um negócio pioneiro – a Abril é o primeiro grupo de mídia do Brasil a atrair capital estrangeiro”. Conforme a reportagem, o sócio do grupo é a Capital International, Inc., do Capital Group. “O terceiro maior administrador de fundos americanos, associou-se à Abril em um negócio que injetou no grupo brasileiro 150 milhões de reais e equivale a 13,8% de seu capital” (Um negócio pioneiro – a Abril é o primeiro grupo de mídia do Brasil a atrair capital estrangeiro. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.682, 14. jul. 2004, p. 52). Um outro trecho da reportagem ajuda a tecer o perfil de ambas as empresas:

Com sete das dez revistas mais lidas no Brasil, a Editora Abril lidera amplamente o mercado, produzindo mais de 200 publicações que falam com 26 milhões de leitores. A Abril é também líder no setor de livros didáticos. As editoras Ática e Scipione, pertencentes ao grupo, publicam 40 milhões de livros por ano. Adicionalmente, a Abril controla a TVA, a primeira televisão por assinatura lançada no Brasil, e tem participação de 70% na MTV. O Capital Group administra cerca de 800 bilhões de dólares, e seu braço destinado a investimentos em empresas privadas fora dos Estados Unidos tem aplicações totais de 870 milhões de dólares. ” (Um negócio pioneiro – a Abril é o primeiro grupo de mídia do Brasil a atrair capital estrangeiro. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.682, , 14. jul. 2004, p. 52).

É neste cenário que a imprensa brasileira, no geral, e a revista *Veja*, em particular, chegam ao ano de 2003, quando o presidente Luis Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República do país. Sem depender majoritariamente da verba publicitária governamental para manter-se viva, a Editora Abril, assim como a *Folha de S. Paulo*, o segundo grupo brasileiro a receber investimentos internacionais, pode se posicionar contrária às decisões do Palácio do Planalto pela primeira vez em sua história. E pode também servir ao capital internacional com mais presteza.

Capítulo 3

A REVISTA VEJA E A INVENÇÃO DO 'MST TERRORISTA'

*Nem os mortos estão a salvo enquanto o inimigo estiver vencendo,
e ele não cessa de ser vitorioso.*

Walter Benjamin

3.1 - As imagens que mudaram a história

Pouco mais de um ano antes de Luís Inácio Lula da Silva assumir a presidência do Brasil, o atentado terrorista contra os Estados Unidos chocou o mundo. Em 11 de setembro de 2001, a superpotência norte-americana foi atingida no coração. Pessoas de diferentes credos e raças acompanharam perplexas as explosões dos dois aviões tomados por supostos terroristas da *Al Qaeda* contra as torres do *World Trade Center*. O detalhe é que, pelo menos no caso do segundo avião, assistiram à tragédia ao vivo, em tempo real, por meio de quase todas as redes de televisão do planeta.

Enquanto o mundo não desgrudava os olhos das telas de TV, abismados com as imagens das explosões das torres, os âncoras dos telejornais repetiam sem titubear que aquele fora “o maior atentado terrorista do mundo”¹⁷. E, a partir de então, a mídia ocidental passou a tratar os muçulmanos com uma carga de preconceito praticamente irracional, mas que servia a propósitos bem racionais. Arbex (2003) desvendou alguns dos instrumentos utilizados para criar o clima de hostilidade em relação ao mundo árabe, e favorecer a idéia do choque de civilizações entre o modo de vida norte-americano e o modo de vida dos “outros”:

Logo após o início dos ataques contra o Afeganistão, no começo de outubro, o presidente da CNN, Walter Isaacson, determinou, em um memorando aos correspondentes internacionais, que as imagens das mortes de civis afegãos deveriam ser equilibradas com lembretes de que o Taliban abriga terroristas assassinos. Em entrevista ao jornal *The Washington Post*, ele afirmou que dar muito enfoque às mortes no Afeganistão pareceria ‘perverso’, e que seu objetivo era impedir o uso da emissora como ‘plataforma de propaganda dos inimigos dos Estados Unidos’. (Arbex, 2003, p. 68)

¹⁷ O ataque terrorista de 11 de setembro não foi nem o maior nem o mais ousado ataque da história, conforme análises de diversos autores como Arbex, Hobsbawm e Chomsky. Entretanto, como esses autores reconhecem, gerou mudanças inquestionáveis para o mundo, principalmente pelo uso político que os EUA fizeram dele.

Chomsky (2002, p. 32-35), ao analisar a cobertura dada aos eventos deflagrados em 11 de setembro, ressaltou que a idéia do choque de civilizações propalada pela Casa Branca carecia de consistência real. Para o autor, os Estados Unidos estavam colhendo os frutos de sua política imperialista, que aprofundava a pobreza e a desigualdade em vários países periféricos. Chomsky procurou também, em sucessivas entrevistas à imprensa internacional, desmistificar a retórica da ‘guerra contra o terror’, mostrando o quanto tal discurso tem de ideológico.

Chamá-la (a ofensiva dos Estados Unidos contra o mundo árabe) de ‘guerra contra o terrorismo’, entretanto, é simplesmente uma boa dose a mais e propaganda, a não ser que a guerra tenha como alvo, de fato, o terrorismo. Mas não é o que está ocorrendo, pelo menos não sem subterfúgios, já que as potências ocidentais não poderiam assumir suas próprias definições oficiais do termo, como no *U.S. Code* ou nos manuais do Exército. Se o fizessem, isso revelaria de imediato que os Estados Unidos são um Estado líder do terrorismo, assim como os países que constituem seus principais aliados. (Chomsky, 2002, p. 17)

Hobsbawm (2007) reforçou tal posicionamento ao denunciar que a capacidade operacional das redes terroristas modernas é desprezível e, portanto, não justificaria a conclamada guerra de George Bush. “Por mais horripilante que tenha sido a carnificina em Nova York, o poder internacional dos Estados Unidos e suas estruturas internas não foram afetados em nada” (Hobsbawm, 2007, p. 135), justificou o autor. Para ele o pânico imposto às populações do mundo ocidental pela mídia, atendendo aos ditames da Casa Branca, serviu a outros propósitos.

Trata-se de um clima de medo irracional. A política atual dos Estados Unidos tenta reviver os terrores apocalípticos da Guerra Fria, quando já não lhe é plausível inventar ‘inimigos’ para legitimar a expansão e o emprego de seu poder global. Repito aqui que os perigos da ‘guerra contra o terror’ não

provém dos homens-bombas muçulmanos (Hobsbawm, 2007, p. 136)

Na prática, o perigo real do terrorismo não está no risco causado por alguns punhados de fanáticos anônimos, e sim no medo irracional que suas atividades provocam e que hoje é encorajado tanto pela imprensa quanto por governos insensatos. Esse é um dos maiores perigos do nosso tempo [...] (Idem, p. 151)

Apesar de pertencer a um país tão periférico quanto o Afeganistão para o poderio dos Estados Unidos, a mídia brasileira ressoou, no geral, o tom da cobertura imposta pela superpotência. A revista *Veja*, porta-voz tradicional dos interesses norte-americanos, se superou, como observa Arbex,

“Entre os veículos da imprensa escrita, a revista *Veja* ganhou, sem dúvida, o grande troféu do preconceito contra o Islã, de parcialidade no tom das ‘reportagens’ e de percepção colonizada pelos interesses estratégicos da Casa Branca”. (Arbex, 2003, p. 69)

A edição publicada imediatamente após os eventos de 11 de setembro trouxe farto material sobre o assunto, recheado de preconceito e contra-informação. As edições seguintes continuaram explorando o tema a partir do mesmo viés. A partir desta época, o site da revista também passou a exibir, na seção de conteúdos “Em profundidade”, uma série de reportagens especiais sobre o terrorismo. Tanto na versão impressa quanto na eletrônica, *Veja* se esmerou para apresentar aos seus leitores o maior número possível de análises sobre o fenômeno que, sem dúvida alguma, mudaria os rumos da história da humanidade. Mas todas essas análises primavam pela política da Casa Branca para tratar o tema: construir uma imagem dos terroristas como o inimigo número 1 da democracia, da liberdade, do conhecimento, enfim, do modo de vida ocidental.

Quando o presidente norte-americano, George Bush, declarou “guerra contra o terror”, abusando da recorrência ao simbólico para denominar os

terroristas do Al Qaeda como o “Eixo do mal”¹⁸, a revista esforçou-se para dar eco ao mote da campanha norte-americana contra o mundo árabe. O que até mesmo *Veja* não poderia prever é que, pouco tempo depois, com a vitória de Lula, ela mesma iria se apropriar da retórica da “guerra contra o terror” para criminalizar seu alvo preferencial na década anterior: o MST. Ciente de que a associação com o perigo comunista já não bastava em um país que, pela primeira vez, elegia um presidente que se auto-intitulava de esquerda, a publicação optou por buscar elementos culturais emergentes na perspectiva de completar seu projeto de aniquilar o movimento que, há quase duas décadas, se colocava como o principal obstáculo ao avanço do neoliberalismo no Brasil.

3.2 - A lua de mel realmente chegara ao fim?

Após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, o MST só ganhou espaço significativo na revista *Veja* em 12 de março. Na reportagem “A lua de mel acabou”, a publicação se esmerava em isolar o movimento, até então tratado como parte da base de sustentação do Partido dos Trabalhadores, pelo qual Lula chegou ao poder, conforme se depreende do trecho abaixo,

O Movimento dos Sem-Terra, que sempre foi um dos críticos mais ativos do governo FHC, retraiu-se durante a campanha eleitoral e evitou manifestações que pudessem atrapalhar a vitória do PT. Mas errou quem apostava que sob a administração Lula os integrantes do MST adotariam comportamento diferente do que tiveram no governo anterior. Na semana passada, em uma ação ordenada, os sem-terra invadiram terras e prédios públicos em seis Estados e chegaram a instalar barracas de plástico preto e bandeiras vermelhas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. [...] João Paulo Rodrigues, líder nacional do MST, disse que o

¹⁸ O termo “Eixo do mal”, popularizado por George Bush, faz referência direta ao “Eixo”, a coligação formada por Hitler (Alemanha), Mussolini (Itália) e Hiroito (Japão), durante a 2ª Guerra Mundial, contra a qual os Estados Unidos entraram em combate, juntamente com os ‘Aliados’ (Inglaterra, França e URSS), colocando-se pela primeira vez como a heróica força militar planetária. Sobre o assunto, ver: *A Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm.

movimento pretende cobrar ‘medidas enérgicas’ do novo governo. Caso contrário, ameaçou, ‘faremos um novo levante no campo’. Segundo ele, o movimento vai adotar ‘tolerância zero’ com o latifúndio. (A lua de mel acabou. **Revista Veja**. 12 mar. 2003. http://veja.abril.com.br/120303/p_056.html, acessado em 26 mar. 2008).

A matéria faz uma defesa esmerada da política do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para a reforma agrária, propagando que em oito anos de governo desapropriou o equivalente a “uma Alemanha”. Entretanto, *Veja* avisa ao atual governo que o modelo não dá certo. Conforme a revista, a reforma agrária extingue “os latifúndios improdutivos para criar minifúndios improdutivos” (A lua de mel acabou. **Revista Veja**. 13 mar. 2003. http://veja.abril.com.br/120303/p_056.html, acessado em 26 mar. 2008), já que, mesmo após o programa de Fernando Henrique, a miséria continua a vigorar no meio rural brasileiro.

Na edição seguinte, de 19 de março de 2003, a revista volta a insistir no tema. É este o assunto da “Carta ao Leitor”, que em *Veja* equivale ao editorial¹⁹, e também da pesquisa realizada pelo site *Veja Online*. A pesquisa perguntava ao internauta qual seria a consequência do “fim da trégua entre o governo petista e o MST”. Todas as respostas escolhidas para serem publicadas na edição da revista impressa demonstram aversão ao MST. Uma delas diz que os sem-terra são “caso de polícia”. Outra, prega que invasões são “abomináveis e criminosas”, em qualquer circunstância. A terceira e última, abusa da ironia: “As consequências são para o MST, que vai começar a achar que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso não era tão ruim assim” . A revista começa, assim, a trabalhar no sentido de convencer o Brasil que elegeu Lula que um presidente de esquerda e um movimento contestatório de esquerda não são exatamente a mesma coisa.

A edição de 26 de março de 2003 traz uma entrevista com ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, ironicamente intitulada “Blá blá blá no reino de Lula lá”. Na seqüência, uma reportagem alertando os brasileiros de que o clima no campo estava cada vez mais tenso. A matéria “A guerra aqui é de

¹⁹ Editorial é o texto que traz a opinião do veículo de comunicação em que é publicado.

outro tipo”, já começava a usar o apelo da comparação com “a guerra contra o terror”. Entretanto, até então, os sem-terra ainda não eram taxados de terroristas. O texto, inclusive, demonstrava, mesmo que nas entrelinhas, que a nova tensão no campo era culpa, também, dos latifundiários. Afirma que,

[...] sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tão próximo do Movimento dos Sem-Terra, se imaginava que o diálogo poderia pautar o avanço da reforma agrária. Nos últimos dias, no entanto, apareceram sinais de que o clima rural está cada vez mais quente. Na semana passada, alarmados pela agressividade dos sem-terra, que voltaram a invadir fazendas depois de algum tempo recolhidos, vinte fazendeiros de Palmital, no interior do Paraná, discutiram a formação de milícias armadas para defender suas terras dessas invasões. Dias depois, proprietários rurais reuniram-se em Cuiabá, em Mato Grosso, para debater formas de resistir aos invasores. [...] No Pará, só neste ano já houve quinze assassinatos de trabalhadores rurais – contra um total de 33 em todo o país. [...] Boa parte das propriedades rurais da área já tem seu grupo armado. Numa delas, visitada por VEJA sob a condição de manter seu dono no anonimato, há vinte seguranças armados. [...] Seu exército foi armado com rifles, espingardas e pistolas semi-automáticas. Cada homem recebe 1.000 reais por mês. À noite, encapuzados, eles andam por toda a fazenda, patrulhando as cercas. Têm ordens do patrão para atirar se os sem-terra ameaçarem invadir a propriedade. (A guerra aqui é de outro tipo. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1795, 29 mar. 2003, p.82-83).

As edições seguintes da revista voltaram sistematicamente ao assunto, utilizando o mesmo apelo, fosse na seção “Cartas”, em artigos assinados, em matérias ou na coluna “Radar”.

3.3 - *Veja* resgata Os Sertões para atacar MST

Na edição de 18 de junho de 2003 a revista *Veja* inaugura uma nova fase no tratamento dedicado ao MST: a fase propriamente dita de construção de um MST terrorista. Na capa, a manchete “A esquerda delirante” faz uma analogia direta à edição “A esquerda com raiva”, de 1998, que trazia na capa a liderança dos sem-terra, João Pedro Stedile, travestido de diabo. As variações na estrutura discursiva das duas edições explicitam as variações na ‘estrutura de sentimento’. Se antes a revista desqualificava o movimento associando-o ao comunismo, o caminho, agora, era buscar a criminalização do MST consolidando sua imagem como a de um grupo de fanáticos terroristas, buscado a partir de uma versão seletiva das tradições relativas ao episódio de Canudos.

A fotografia escolhida para a capa da revista retratava a face de outro conhecido líder do MST, José Rainha, facilmente identificado como tal pelo boné com a logomarca do movimento. Ao contrário do Stedile “raivoso” da edição de 1998, Rainha aparecia com o olhar sereno, quase “beatificado”, em uma remissão direta ao líder de Canudos, Antônio Conselheiro. Arrematando o conjunto, um pequeno texto, formatado ao estilo dos livros de fábulas infantis, argumentava: “Para salvar os miseráveis dos desconfortos do capitalismo, o líder sem-terra José Rainha ameaça criar no interior de São Paulo um acampamento gigantesco como o de Canudos, instalado há um século por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia...”



No interior da publicação, o título que chama para a matéria é "O beato Rainha - Sem-terra quer virar o Antônio Conselheiro do Paranapanema". A descrição do líder sem-terra, na reportagem, ajudava a aproximá-lo do líder dos conselheiristas: "Debaixo da mata rala à beira da estrada, um homem magro, alto e de barba sobe no palanque improvisado diante de algumas dezenas de famílias num domingo de sol e céu azul". (O beato Rainha. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1807, 18 jun. 2003, p.72, grifos meus). Na obra *A guerra do fim do mundo*, o peruano Mário Vargas Llosa inicia assim a sua descrição de Antônio conselheiro: "O homem era alto e tão magro que parecia sempre de perfil" (Llosa, 1999, p.13, Grifos meus)

No texto da reportagem, a associação do MST ao atraso - característica no período anterior - continua incisiva: "O movimento de José Rainha é um anacronismo sob qualquer ponto de vista pelo qual seja observado. [...] Produzem apenas mais atraso" (O beato Rainha. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1807, 18 jun. 2003, p.79, grifos meus). Já Rainha é insistentemente enquadrado como radical, como demonstra o exemplo a seguir: "Ele adota uma linha política mais radical que outras lideranças do movimento. Suas táticas também são mais agressivas (O beato Rainha. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1807, 18 jun. 2003, p.72, grifos meus)."

Outra característica importante da reportagem é tecer o perfil fanatizado do líder sem-terra, a partir do uso e do abuso de expressões como

“seguidores”, “pregação”, “promessas”, “glorificação ideológica”, dentre outras. Como paralelo, *Veja* utiliza a visão euclidiana de Antônio Conselheiro, talhada pelo autor na obra *Os Sertões* como o fanático líder religioso que, por ignorância, jamais conseguiu compreender a superioridade da República perante a Monarquia. Rainha, no caso, é o fanático esquerdista que não consegue sobrepor o neoliberalismo às defasadas ideologias socialistas. A revista, de forma mais sutil, também menospreza a capacidade intelectual dos sem-terra, aos associá-los aos “sertanejos” de Euclides da Cunha: os homens fortes, bravos, porém inferiores do ponto de vista racial e, por isso, mais talhados ao fanatismo e à loucura.

Como quase todo militante do seu credo, Rainha acredita na glorificação ideológica do que foi apenas uma insurreição de fanáticos, hipnotizados por um líder carismático, o beato Antônio Conselheiro. Canudos foi um movimento que à luz da melhor sociologia, mesmo a marxista, foi apenas utópico, monarquista e, há mais de um século, já era anacrônico na sua pregação da volta à vida pastoril. (O beato Rainha. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1807, 18 jun. 2003, p.74).

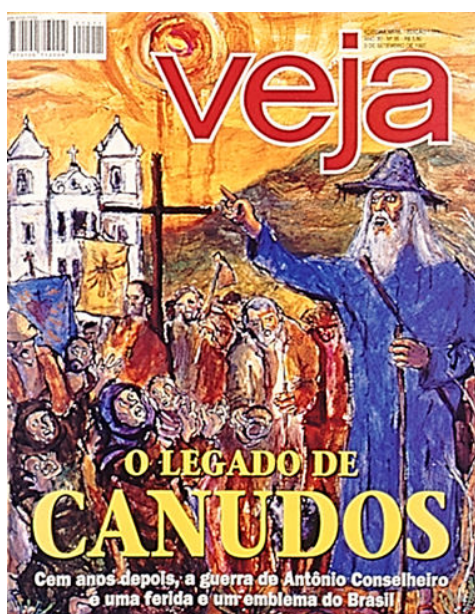
3.4 - Canudos do MST *versus* Canudos da revista *Veja*

Até a publicação da reportagem comentada logo acima, a associação do MST com Canudos não era prerrogativa só da revista *Veja*. Os próprios sem-terra evocavam para si alguma semelhança com os bravos conselheiristas que ameaçaram a hegemonia da república recém proclamada. Dois assentamentos da década de 1990, um em Mato Grosso e o outro em Goiás, levam o nome de Antônio Conselheiro. No Caderno de Formação nº 34, intitulado “O MST e a Cultura”, Bogo (2000) sugere que a evocação dos mártires de Canudos seja uma constante para a construção do repertório cultural do movimento, em um país tão carente de líderes populares. O próprio José Rainha, em seus discursos para os sem-terra, evocava as semelhanças entre os dois movimentos camponeses.

O que impressiona, entretanto, é que *Veja*, ao invés de trabalhar com a imagem re-contextualizada de Antônio Conselheiro por diversos estudos elaborados mais recentemente, preferiu se voltar unicamente às referências de Euclides da Cunha para, assim, renomear os sem-terra. E, principalmente, consolidá-los como gente temerosa. É assim que *Veja* os associa na referida reportagem:

[...] Euclides da Cunha descreve o líder de Canudos como um 'demente', 'um desequilibrado', um manipulador que arrebanhou um exército de 'gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à mândria e à rapina'. Em sua versão romanceada de Canudos, *A Guerra do Fim do Mundo*, o peruano Mario Vargas Llosa pinta imagem semelhante do beato enlouquecido. (O beato Rainha. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1807, 18 jun. 2003, p.75).

Em extensa matéria publicada em 1997, em razão dos cem anos do massacre de Canudos, a própria revista *Veja* contestava o tratamento destinado aos sertanejos por Euclides da Cunha.



Em 23 páginas de reportagens que ganharam a manchete de capa da revista, *Veja* recuperou a história de Canudos, com base nos estudos recém lançados que desconstruíam as mentiras historicamente consolidadas sobre o arraial e sobre seus principais personagens. Conforme a reportagem, a origem de vários episódios de violência da história recente do país encontra-se justamente no estranhamento entre os brasileiros da cidade (civilizados) e os do campo (atrasados). Naquela época, dizia a revista,

Canudos ressurgiu a todo momento também no sentido de que representa, em sua versão mais sangrenta, o estranhamento dos brasileiros urbanos e privilegiados com relação aos compatriotas pobres. Euclides, em seu livro tão belo quanto contraditório, em que tanto desqualifica, com invectivas racistas, as práticas dos brasileiros despossuídos, quanto lhes estende o socorro da denúncia e da compaixão, horroriza-se com a arquitetura e o urbanismo do arraial, que chama de *'urbs monstruosa'* e *'civitas sinistra do erro'*. Ora, nota o sociólogo Douglas Teixeira Monteiro, o padrão de construção das casas que tanto escandalizou Euclides é *'nada mais, nada menos'* que *'a habitação comum do sertanejo pobre'*. A estranheza entre brasileiros, no extremo, conduz a massacres como o de Vigário Geral, do Carandiru ou da Candelária, assim como a batidas policiais como as de Diadema e Cidade de Deus. Vige ainda a suposição de que nesses lugares não se peca. Para usar a linda fórmula de Euclides, neles a História não chega. Canudos, nesse sentido, é aqui, agora (Os astros da degola. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1511, 3 set. 1997, p. 86-87).

Seis anos depois, seria a própria revista a corroborar com a idéia de que *"Canudos, nesse sentido, é aqui, agora"*. Mas não por reproduzir o banho de sangue, ou técnicas monstruosas como a degola. No que tange à revista *Veja*, *"Canudos, nesse sentido, é aqui, agora"* porque a cobertura da imprensa, em pleno século XXI, em nada parecia diferir da adotada em finais do século XIX, quando ocorreu o massacre.

3.5 - *Veja* transforma o MST em pauta obrigatória

Depois da reportagem O beato Rainha, o MST virou uma espécie de pauta obrigatória em todas as edições da revista *Veja*. Estava presente em matérias, reportagens, cartas de leitores, editoriais e, também, era assunto abordado constantemente nas entrevistas das páginas amarelas. E sempre como o principal problema do país, como o anacronismo pernicioso que não permite que o Brasil se desenvolva.

No dia 2 de julho de 2003, na edição 1.809, a Carta ao Leitor foi categórica. Com o título “*Veja* avisou”, o editorial recuperava parte da trajetória de dezoito anos do tratamento dado pela revista ao MST. Dizia que, desde 1985, quando a primeira reportagem sobre o movimento foi publicada pela revista, alertava seus leitores sobre o perigo que esse movimento representava à garantia da ordem no país. A ilustração e a legenda são suficientes para demonstrar o tom do texto:



Capas de *VEJA* sobre o MST, suas táticas e seus líderes: há dezoito anos, a revista trata do assunto e sempre alertou para os abusos

Ainda nessa mesma edição, os sem-terra foram tema da reportagem “Rosseto todo feliz nos palácios e os sem-terra botando pra quebrar”, afirmando que, mesmo com toda a morosidade do PT em tratar o tema da Reforma Agrária, o ministro continuava bastante à vontade em seu cargo. No restante, o texto se ocupava em fixar os mesmos ideários já exaustivamente alardeados contra o MST: lembrava que a reforma agrária é um ‘anacronismo’, que os sem-terra são ‘radicais’, e daí por diante.

Outra edição elucidativa é a de 30 de julho de 2003. A matéria intitulada “Stedile declara guerra” avança mais um pouco no projeto de construção do MST terrorista. Apresenta os sem-terra como um povo em guerra contra os

brasileiros, ou seja, contra todos os que não são sem-terra. É assim que a revista os define:

Está cada vez mais claro que eles integram um movimento baderneiro que prega a violência e se alimenta do combustível que mistura os excluídos no campo e na cidade, o complexo de culpa da elite e da classe média e a falta de firmeza das autoridades com as ilegalidades praticadas (Stedile declara guerra. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.813, 30 de jul. 2003, p.50-52).

No mês seguinte, em uma nova investida contra o MST, a revista *Veja* volta a utilizar a retórica da guerra contra o terror, cada vez mais presente em suas matérias. Em uma página com fotos amplas e contrastantes, a revista mostra uma colheita de soja, em que uma única máquina trabalha em um campo enorme e, abaixo, uma foto menor retrata uma marcha de sem-terra, com os latifundiários perfilados na beira da estrada, acompanhando-os com os olhos. Sobre a primeira foto, o título: “O Brasil da solução...”. E sobre a segunda: “e o Brasil do problema”. No texto da reportagem, afirmava,

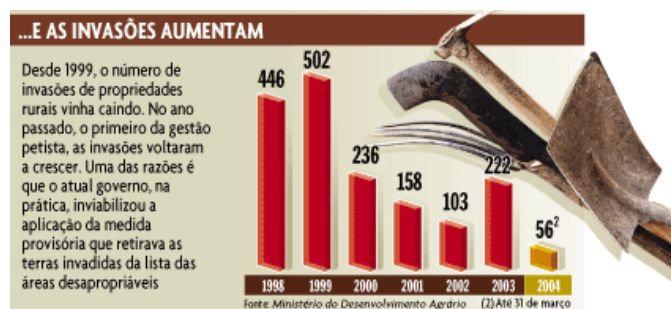
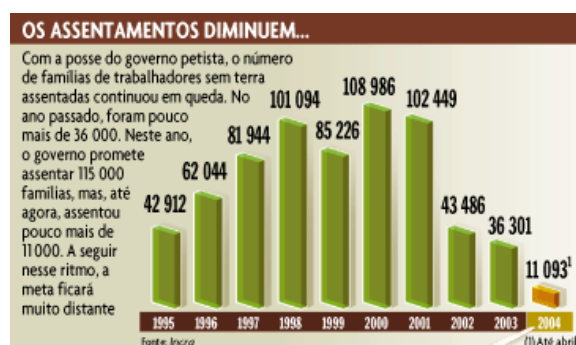
O campo produtivo vive com os nervos à flor da pele por obra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, agrupamento que prega uma sociedade utópica, ‘socialista e igualitária’, mas adota atitudes menos poéticas, baseadas no terror. Invade propriedades, saqueia, mata animais, destrói patrimônio alheio e rouba. (O Brasil da solução ... e o Brasil do problema. **Revista Veja**, São Paulo, ed. 1814, 6 de ago. 2003, p. 48-49, grifo meu)

Foi nesse ritmo que *Veja* chegou ao final do primeiro ano do mandato do presidente Lula: atacando sistematicamente o MST e tentando lhe imputar a condição de organização terrorista. Em 2004, a guerra continuaria.

3.6 - Congresso abre fogo contra o MST

No início de 2004, deputados e senadores de oposição ao PT, liderados pela bancada ruralista, começaram a discutir a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista da Terra, com vistas a apurar os possíveis crimes cometidos pelo MST, sistematicamente difundidos pela imprensa. Enquanto os parlamentares ouviam representantes do INCRA, do MST e das organizações dos latifundiários, a imprensa prosseguia com sua campanha contra os Sem-Terra.

Exemplo disso é a matéria “O abril sem lei do MST”, publicada em 14 de abril de 2004, nela a revista *Veja* alarmava os brasileiros em relação às quase 50 invasões de terras promovidas pelos sem-terra somente naquele mês. Através de gráficos, a revista comprovava a inoperância do governo Lula para fazer a reforma agrária, causa direta da nova onda de agitação no campo brasileiro.



Na semana seguinte, o pacote lançado pelo governo para conter a onda de ocupações que, naquele momento, já somava 81 fazendas, foi o tema da reportagem da revista que, obviamente, não perdeu a oportunidade de criticar os sem-terra e apresentá-los como um grupo beligerante. A foto principal da

reportagem por si só era suficiente para consolidar essa imagem. De autoria do fotógrafo Jonne Roriz, da *Agência Estado*, mostrava o fazendeiro Coelho Júnior preparando uma verdadeira barricada para se proteger de eventuais ações do MST.



O texto da matéria contribuía para criar o pânico, desde sua abertura. Confira,

O fazendeiro que aparece na fotografia acima é um sobrevivente. Há quatro meses, membros do MST invadiram sua fazenda no Pontal do Paranapanema, epicentro dos conflitos rurais no interior de São Paulo, e submeteram-no a uma experiência dramática. Renderam seus funcionários, incendiaram um trator e atearam fogo à casa do caseiro. O fazendeiro Luiz Antonio de Barros Coelho Júnior, 35 anos, ficou uma hora deitado dentro da casa-sede, enquanto balas de calibre 12 e coquetéis Molotov explodiam na parede. (Como na guerra. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1850, 21 abr. 2004, p.48)

Nesta edição da revista, o MST foi tema também do artigo da coluna de André Petry, que novamente recorria a Euclides da Cunha para consolidar a imagem dos sem-terra como gente indigna de ser tratada como cidadãos brasileiros. A frase do escritor, citada pelo articulista, aparecia pela terceira vez nas páginas de *Veja*, com o objetivo único de desqualificar os sem-terra. Reiterava: “Também há, como escreveu Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, a propósito dos seguidores de Antônio Conselheiro, ‘gente ínfima e suspeita,

avessa ao trabalho, vezada à mandria e à rapina' (Mil pecados. Alguma virtude? **Revista Veja**, São Paulo, ed. 1850, p. 49).

3.7 - O 'MST terrorista' ganha a tribuna da Câmara

No final de setembro de 2004, o deputado João Batista (PFL-SP), em tom de revolta e indignação, usou a Tribuna da Câmara Federal Brasileira para exigir que o Ministério da Educação (MEC) fiscalizasse as escolas instaladas em acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST). Conforme o deputado, nessas escolas, crianças de 7 a 14 anos eram educadas segundo o que ele classificou como "ideologia dos sem-terra": eram incentivadas a proclamar gritos de guerra e canções que pregam o ódio aos burgueses e incitam à revolução. Em entrevista ao *Jornal da Câmara*, o deputado lamentou: "Com o ideal de desenvolver nas crianças a consciência revolucionária, estão extirpando dos nossos futuros cidadãos todos os meios para que possam desenvolver o raciocínio lógico e o senso crítico", (Brasil. Deputado pede fiscalização das escolas do MST. **Jornal da Câmara**. Brasília: ed. 1305. 28 set. 2004, p.2).

Ao pronunciamento do deputado seguiram-se calorosos debates, não só no Congresso como na sociedade em geral. O emblemático sistema educacional organizado pelo MST, que conquistou, inclusive, um prêmio internacional concedido pela Unesco, fora colocado em xeque. O Movimento dos Sem-Terra, mais uma vez, galgou o posto de inimigo "número 1" da democracia brasileira. Mas, o curioso é que a denúncia feita pelo deputado não se baseou na observação direta da realidade das 1.800 escolas administradas pelo MST ou em possíveis denúncias de membros da comunidade escolar. Fundamentou-se, sim, na reportagem "Madrachais do MST", publicada na *Revista Veja*, de 8 de setembro de 2004. A reportagem, já no subtítulo, dava a tônica do ataque ideológico que procurava empreender contra o movimento: "Assim como os internatos muçulmanos, as escolas dos Sem-Terra ensinam o ódio e instigam a revolução. Os infiéis, no caso, somos todos nós" (Madrachais do MST. **Revista Veja**. São Paulo, ed.1870, 8 set. 2004, p. 46-49).



Não bastasse o tom editorializado que permeava todo o texto, a matéria utilizava-se de diversos outros elementos culturais para instigar o leitor a associar sem-terra à terrorista. A reportagem, “Madrçaais do MST”, é o que, na linguagem jornalística, costuma-se designar como “matéria-fria”²⁰. Poderia ter sido publicada semanas antes ou semanas depois, sem nenhum prejuízo temporal ou de conteúdo. Mas não, foi publicada na edição citada. Na capa, uma foto povoada de simbologias procurava comover os milhões de brasileiros que lêem *Veja*²¹: uma mãe desolada acariciava a filha morta, vítima de terroristas muçulmanos, em uma analogia perceptível ao símbolo universal da ‘mãe sofredora’ - a Pietá²². A manchete, seca e solene como a tragédia requeria, mais parecia uma epígrafe: “Beslan, Rússia - 3 de setembro de 2004”. A matéria que sustentava a manchete, somada as suas duas retrancas, estendia-se da página 106 à página 121. Entre a capa e a matéria, encontrava-se a reportagem que associava os sem-terra aos terroristas.

²⁰ Conforme o Manual do jornal *Folha de S. Paulo* (1992), matéria fria é “aquela que não necessita de publicação imediata”.

²¹ A tiragem da edição da Revista *Veja*, n. 1.876, de 20 de outubro de 2004, foi de 1.201.096 exemplares. Conforme estudos da Editora Abril, uma média de oito pessoas lê cada exemplar.

²² A escultura, uma das principais obras de Michelangelo, criada em 1499, encontra-se na Basílica de São Pedro, no Vaticano.



Não se trata de obviedade dizer que as associações entre sem-terra e terroristas, no corpo da reportagem, eram inúmeras. O próprio *lead* da matéria já demonstrava que a artilharia usada contra o MST seria pesada: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criou sua própria versão das madraçais – os internatos religiosos muçulmanos em que crianças aprendem a recitar o Corão e dar a vida em nome do Islã” (Madraçais do MST. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1870, 8 de set. 2004, p.47)

No final da matéria, ao criticar o sistema escolar do MST por “aprisionar as crianças num modelo único de pensamento”, *Veja* faz um paralelo, no mínimo falacioso, qual seja:

De fato, o marxismo não passa de uma religião que, como todas as outras, manipula os dados da realidade a partir de pressupostos não verificáveis empiricamente. E, assim também como as religiões, rejeita violentamente a diferença. “Burgueses não pegam na enxada / Burgueses não plantam feijão / E nem se preocupam com nada / Arrasam aos poucos a nação”, diz a letra de uma das canções ensinadas aos ‘sem-terrinhos’. Da mesma forma que os internos das madraçais, as crianças do MST são treinadas para aprender aquilo que os adultos que as cercam praticam: a intolerância. (Madraçais do

MST. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1870, 8 de set. 2004, p. 47)

Cabe lembrar que a palavra “intolerância”, mais do que nunca, ganhou a tônica dos noticiários para caracterizar o pensamento dos grupos “terroristas”, que não negociam, não conversam, não se rendem ao jogo democrático. Na época, não poderia ser mais perfeita para designar o sentimento negativo, fanático, pejorativo e belicamente perigoso que ajudaria a construir a imagem do MST terrorista.

3.8 - O MST nas páginas policiais...

Em 11 de maio de 2005, a revista *Veja* descobriu um novo viés para atacar o MST e, ao mesmo tempo, aprofundar na sociedade o pânico em relação às ações do movimento. Antes de analisar a referida matéria, cabe lembrar que, naquele momento, a população dos grandes centros urbanos vivia sobressaltada com o aumento da violência, materializada, principalmente, nas ações intimidadoras do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma organização criminosa surgida nos presídios de São Paulo e que, rapidamente, espalhou-se pelo país. Após promover toda sorte de ações violentas dentro dos presídios, como motins, rebeliões, fugas em massa, tomada de agentes prisionais como reféns, o PCC começava também a aterrorizar a população com ações externas: explosões em delegacias, incêndios de viaturas policiais, assassinatos, seqüestros, roubos.

No dia 18 de abril de 2005, essa organização chocou o país ao articular uma manifestação de rua que reuniu, na capital paulista, mais de 4 mil pessoas em protesto contra as condições degradantes do sistema carcerário. Duas semanas depois, a revista *Veja* publicou a seguinte reportagem: “Ligações perigosas – escuta mostra que MST orientou a facção criminosa PCC a organizar uma manifestação”. Nela não economizou expressões de linguagem capazes de escandalizar o leitor com o pretenso papel do MST no episódio. Dizia:

Era o que faltava: uma ligação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que atua nos cárceres paulistas. Não se sabe ainda se é rasa ou profunda, mas, ao que tudo indica, ela existe. Um relatório preparado pelo juiz Edmar de Oliveira Ciciliati, da Vara de Execuções Criminais de Tupã (SP), com uma hora de escutas telefônicas, feitas no início de abril pela Polícia Militar em celulares de presos, sugere que o PCC contou com a colaboração dos sem-terra para organizar um protesto em 18 de abril, em São Paulo. (Ligações perigosas. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1904, 11 mai. 2005, p. 106).

Apesar de a revista *Veja* afirmar no título e na abertura da reportagem a existência de ligações entre o MST e o PCC, sem demonstrar sombra de incerteza, no decorrer da reportagem a revista opta por utilizar formas verbais que apenas sugerem tal vínculo. No entanto, a relação indicada pela matéria, apesar de no campo da suposição, cumpre os velhos objetivos da revista quando trata do MST, conforme pode ser observado no texto abaixo:

As gravações indicam que o contato com o MST teria começado por meio das relações pessoais de um dos presos com integrantes do movimento. "Aí veio a idéia de ter uma maior orientação no campo de batalha", diz um criminoso. As dicas dos sem-terra teriam sido transmitidas em "palestras" ministradas a pessoas em liberdade, que depois as repassaram para a facção criminosa. (Ligações perigosas. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1904, 11 de mai. 2004, p. 106, grifos meus).

Apesar de o próprio juiz corregedor dos presídios, Miguel Marques e Silva, deixar claro que a situação precisava ser apurada e que o relatório do juiz de Tupã apresentava apenas uma suspeita inicial, a revista *Veja* se fixou na relação entre MST e PCC. Para tal, lançou mão de uma fonte que nunca poupou esforços para atacar o MST e, por isso, sempre teve espaço nas publicações da Editora Abril. Trata-se do ex-presidente do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária, engenheiro-agrônomo e deputado membro da bancada ruralista, Francisco Graziano. Confira como a revista bem utilizou a entrevista com Graziano para caracterizar, negativamente, a suposta relação entre o MST e o PCC:

[...] Xico Graziano, ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), não considera improvável que tenha sido estabelecida uma relação mais próxima entre o MST e o PCC. 'Desde que passou a montar fábricas de sem-terra, o MST faz alianças urbanas de todo tipo', diz Graziano. 'Eles precisavam arregimentar pessoas para a militância e, nesse processo, essa aproximação é razoável'. Razoável e com precedentes, enfatize-se. Alianças entre bandos criminosos e organizações que se pretendem revolucionárias são comuns. O caso mais próximo e atual é a associação entre as Farc, a guerrilha esquerdista que inferniza a Colômbia, e os traficantes de cocaína daquele país. Um alimenta o outro, numa simbiose que tenta minar o poder do Estado (Ligações perigosas. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1904, 11 mai. 2005, p. 107).

É preciso dizer que a suposta relação entre o MST e a organização criminosa PCC nunca foi comprovada, mas a revista *Veja* jamais desmentiu tal vínculo, tratado como verdade na referida reportagem. Seu intuito, ao que tudo indicava, estava sendo alcançado: o MST se consolidava no imaginário brasileiro cada vez mais como um grupo terrorista.

Exatamente um ano depois, ocasião em que o PCC aterrorizou o país com atentados à agências bancárias, postos policiais, ônibus coletivos, causando a morte de policiais e civis²³, a associação entre o MST e essa organização difundida pela revista *Veja* ainda permanecia viva na cabeça de muitos brasileiros, permitindo, desta maneira, o aprofundamento no imaginário coletivo dos vínculos possíveis entre MST, PCC e ações terroristas. O que

²³ Em julho de 2006, o PCC promoveu uma série de ataques que atemorizaram a população de São Paulo. Em uma dessas ações, que durou apenas dois dias, os criminosos dessa organização incendiaram 68 ônibus, destruíram 16 agências bancárias e assassinaram seis pessoas.

faltava, obviamente, era materializar tal associação, construir provas que sustentassem a criminalização, de uma vez por todas, do movimento social mais contestador do país.

3.9 - Ocupação de terra é ato terrorista?

Em 2005, mais precisamente no dia 29 de novembro, a CPI da Terra aprovou o relatório final, relativo aos seus quase dois anos de trabalho. O relator da Comissão, deputado João Alfredo (PSOL-CE), afirmou ter ouvido 150 depoimentos e analisado 75 mil páginas de documentos para concluir que a principal causa da violência no campo brasileiro não era o MST, mas sim a alta concentração fundiária. A lentidão do processo de reforma agrária, a impunidade e a omissão dos poderes executivo, legislativo e judiciário também foram apontadas, nas 750 páginas do documento, como fatores que tencionam o meio rural brasileiro.

Entretanto, o parecer do deputado João Alfredo foi rejeitado por 13 votos a 8, em favor de um relatório alternativo produzido pelo deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), que propunha, entre outras ações bastante comemoradas pela bancada ruralista, a tipificação das invasões de terra como “ato terrorista”. O relatório propunha ainda o indiciamento de oito lideranças do MST, entre elas João Pedro Stedile e José Rainha, além de três coordenadores de entidades vinculadas ao movimento, como a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab). A diretoria da UDR, responsável pela formação de milícias rurais que, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), assassinaram 1.392 mil trabalhadores sem-terra, entre 1984 e 2004, não era penalizada.

À época, o deputado João Alfredo (PSOL-CE) declarou aos diversos órgãos de imprensa que a bancada ruralista queria deliberadamente rejeitar o seu relatório para aprovar outro, criminalizando o MST. Segundo as suas palavras,

Esse documento impede qualquer forma de reforma agrária no Brasil. Se depender do Congresso, não haverá reforma

agrária. A maior parte dos parlamentares defende a manutenção dos privilégios no campo. Eles querem garantir que mais de 50% das terras continuem concentradas nas mãos de apenas 1% da população. (Deputado diz que relatório da CPI da Terra impede reforma agrária. **Folha Online**, 29 de nov./2005, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74257.shtml>).

Cabe observar que o relatório alternativo da bancada ruralista utilizava-se de um termo que, desde o seu surgimento, o MST tentava desassociar de suas ações: trata-se da expressão “invasão”. Enquanto o MST empregava em suas falas a palavra “ocupação”, que mesmo nas suas acepções mais simples denota “tomar posse do que é seu por direito”, o discurso neoliberal, fundamentado na defesa intransigente da propriedade privada como bem supremo da sociedade capitalista, empregava o termo “invasão”, a fim de marca a idéia da “tomada de um bem de outro à força”.

É importante destacar, ainda, que a revista *Veja* não fez qualquer referência aos encaminhamentos da CPI da Terra em suas edições seguintes. Imbuída numa feroz campanha contra o governo Lula, já atolado em denúncias de corrupção, suscitadas pelos escândalos popularizados como “Caso do Mensalão”, a revista concentrou-se na crítica direta ao presidente da república e ao seu staff.

3.10 - Contra o MST, *Veja* invoca a Inquisição e até Hitler

Enquanto o projeto de lei que transformava ocupação de terra em prática terrorista tramitava no Congresso Nacional, o MST continuava sendo alvo dos ataques da revista *Veja*. Matéria publicada na edição de 15 de março de 2006, por exemplo, revelava que a artilharia da imprensa neoliberal contra os sem-terra estava longe de arrefecer. Desta vez, as práticas adotadas pelos sem-terra já eram associadas às de grupos terroristas deste a manchete: “O terror contra o saber - braço feminino do MST destrói laboratório com mais de uma década de pesquisas”.

Na construção jornalística, o primeiro termo que chama à atenção, sem dúvida alguma, é a palavra “terror”, entendida como o efeito prático e presumível de toda e qualquer ação terrorista. Mas, uma outra palavra empregada na manchete também reforça associação pretendida: ‘braço’ que, no contexto citado, associa-se ao vocabulário próprio do discurso de referência aos grupos terroristas modernos, já que traduz um subgrupo direcionado a ações específicas, de dada natureza dentro da organização criminosa maior.



Vandalismo: 2.000
camponesas do Movimento
de Mulheres Campanesas
invadiram o Aracruz

...mas havia sido, como ficou claro pela notícia divulgada no site da organização, Campanesa camponesa da Rio Grande do Sul e de Santa Catarina visitando os campos e colheitas em Tapas. No início da madrugada do dia 8, o grupo, em cerca de quarenta mulheres, invadiu o campo de pesquisa, onde fica o horto florestal da Aracruz. Por volta das 10h, as mulheres começaram a sermão e arrastaram a obra de toda uma vida de trabalho de pesquisadores. Depois do ataque, o bando seguiu para a Confederação Internacional de Mulheres Rurais Agriplas — evento promovido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e financiado pelo governo brasileiro. A Aracruz Celulose foi para o grupo de resistência no mesmo empreendimento brasileiro. O líder mundial na produção de celulose de eucalipto, matriz primo para a fabricação de papel, tem 2005 ocupou 800 milhões de dólares, mantendo importantes divisas para a economia nacional. A empresa, controlada por capital brasileiro, só chegou a essa posição de destaque no decorrer de décadas, sobretudo graças ao investimento de anos em tecnologia de ponta e produtividade. O setor não tem muito que aprender com a Aracruz. Além do mais, é o grande tecnólogo que permite à empresa desenvolver a produção sem agredir o meio ambiente. Mas não é esse o objetivo de gente como João Paulo Saitta, que, espalhado, originou as “camponesas” camponesas. O líder do lado dos sem terra no laboratório da Aracruz é conhecido como seu colosso, descreve a crítica tecnologia das agriculturas sustentáveis para produção de celulose agrícola — gente que ele diz defendem Paulo Saitta, referência é preso em campo há três meses. Que ele não tenha sido processado por inação no crime é uma afirmação de desconfiança brasileira. ■

Economia e Negócios

O terror contra o saber

Braço feminino do MST destrói laboratório com mais de uma década de pesquisas

A pesquisa de longo prazo a tecnologia e as técnicas de cultivo de milho já estavam no momento de desenvolvimento e início de cultivo com o conhecimento. Na semana passada, uma força de 2.000 militantes de um chamado Movimento de Mulheres Campanesas (MBC) invadiu um pouco dessa tecnologia, ao invadir e destruir um centro de pesquisas da Aracruz Celulose no município de Barra do Ribeiro (RS), a pouco mais de 50 quilômetros de Porto Alegre. Foi a maneira que esse grupo se auto denominou do Movimento de Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) antes que a cultura e a Dia Internacional da Mulher — o evento na prática realizado das mulheres barbadas. Apertadamente 1 milhão de milhas.

Já estava para o plantio, foram perdidos, assim como os computadores, os arquivos e as pesquisas de laboratório. Mas difícil é calcular a perda do valor resultado de anos de pesquisa. As lideranças do MST entusiasmaram material genético que estava sendo desenvolvido havia mais de uma década. Além de fornecerem informações sobre o processo em tecnologia. A ação, que pegou os pesquisadores desprevenidos, resultou em prejuízo.

Institucionalização histórica
MST organiza a primeira
de milhares de lutas
industrializadas pelas mulheres

08 15 de março, 2006 veja

A matéria fazia alusão à ocupação de um centro de pesquisas da empresa Aracruz, em Barra do Ribeiro (RS), no dia 8 de março de 2006, Dia Internacional da Mulher²⁴, por um grupo de duas mil camponesas. O que a matéria não contava é que a Aracruz é a multinacional líder na produção de celulose de eucalipto, campeã em exportação do produto, desenvolvia, no referido laboratório, pesquisas sobre modalidades transgênicas de sementes, causando muitos prejuízos às lavouras orgânicas da região. Além disso, parte da plantação de celulose da Aracruz se encontrava em território indígena invadido pela empresa, motivo de ação judicial contestatória. Todas essas informações constavam no manifesto lançado pelo Movimento de Mulheres

²⁴ O Dia Internacional da Mulher é tradicionalmente uma data de protesto para as mulheres do MST. Procuram mostrar ao mundo que, sem ter o que comemorar, precisam continuar na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. As diversas manifestações e atividades de cunho político ocorrem anualmente em todas as regiões do país.

Camponesas (MMC)²⁵, o idealizador do protesto. Entretanto, nenhuma dessas explicações apareceu na ampla cobertura dada ao episódio por toda a imprensa comercial, incluindo a revista *Veja*.

Na publicação da Editora Abril, o texto se esmerava em fazer a analogia dos sem-terra com os fanáticos religiosos que, na Idade Média, comandavam a ‘inquisição’ e com os idealizadores do ‘Eixo’, a coligação liderada por Hitler na Segunda Grande Guerra. A abertura da reportagem dizia: “As queimas de livros durante a Inquisição e no regime nazista de Hitler já mostraram ao mundo como o obscurantismo é incapaz de conviver com o conhecimento” (O terror contra o saber. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.947, 15 mar. 2006, p. 88). Duas fotos ilustravam a matéria. Na primeira, trabalhadoras sem-terra “destruíam” um canteiro de mudas da Aracruz. Na segunda, nazistas queimavam livros indesejados pelo Terceiro Reich. Todo o texto da matéria se esmerava em passar a idéia de que os sem-terra são um bando de fanáticos que, como tal, temem a ciência e o conseqüente desenvolvimento que ela promove. O trecho final da matéria, entretanto, clamava pela criminalização imediata de um dos líderes do MST, João Pedro Stedile, já diversas vezes condenado pelas páginas de *Veja*. Dizia:

O ódio do líder dos sem-terra ao laboratório da Aracruz é coerente com seu conhecido desprezo à eficiência tecnológica dos agricultores assentados pelo programa de reforma agrária - gente que ele diz defender. Para Stedile, eficiência é apenas um capricho burguês. Que ele não tenha ainda sido processado por incitação ao crime é uma afronta à democracia brasileira. (O terror contra o saber. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.947, 15 mar. 2006, p. 88).

²⁵ Movimento, instituído em setembro de 2003, congrega mulheres camponesas de vários movimentos brasileiros, tais como o MST, MAB, indígenas, quilombolas, dentre outros.

3.11- MST perde popularidade ... pelo menos para o IBOPE!

Em março de 1997, quando o IBOPE concluiu pela primeira vez uma pesquisa sobre os sem-terra, o MST contava com o apoio de 83% da população brasileira e obtinha, inclusive, o apoio de 40% para promover ocupações de terras. Em 1998, o instituto apurou que 80% dos brasileiros eram favoráveis à reforma agrária e apenas 12% eram contrários.

Em 2003 uma nova pesquisa realizada pelo mesmo instituto revelou que esse número caíra pela metade. Conforme dados publicados pela própria revista *Veja*, na edição de 8 de outubro de 2003, na coluna Radar,

Dos entrevistados, 41% se declararam 'totalmente contra' os sem-terra e outros 13% 'parcialmente contra'. Os que estão 'totalmente a favor' ou 'parcialmente a favor' somam 40%. Quando se perguntou sobre a forma de ação do MST, 65% disseram desaprová-la, enquanto 30% dos ouvidos aprovaram. (Quem concorda com Stedile. **Revista Veja**. São Paulo ed. 1823, 8 out. 2003, <http://veja.abril.com.br/221003/radar.html> , acessado em 6/01/2008).

No início de março de 2006, após o que a grande mídia tipificou como "a invasão da Aracruz", os números eram ainda mais desfavoráveis para o MST. Uma nova pesquisa divulgada pelo Ibope, não por acaso fora contratado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entidade representativa dos latifundiários, apontava que 56% dos brasileiros achavam que as ações do MST traziam mais resultados negativos para a reforma agrária, contra 32% que acreditavam no inverso. O mais preocupante, entretanto, foi que 53% dos entrevistados afirmaram que o governo deveria utilizar a polícia para retirar integrantes do MST de propriedades rurais ocupadas, contra 41% contrários à medida.

Compete-nos destacar o que não foi objeto de comentários e/ou análise pela mídia: os próprios dados levantados pela pesquisa demonstram que a opinião dos brasileiros sobre o MST, sustentava-se, majoritariamente, pelo

discurso veiculado pela imprensa convencional. Apenas 7% dos entrevistados afirmaram conhecer bem o MST; 27% diziam conhecê-lo mais ou menos, e a grande maioria, 60% das pessoas ouvidas, admitia que o que conhecia do movimento era “só de ouvir falar”.

Em relação ao destino das famílias assentadas, os números da pesquisa revelam o quão equivocadas eram as informações do brasileiro médio sobre o MST: 57% achavam que as famílias sem-terra acabavam vendendo ou alugando seus lotes, 26% acreditam que, uma vez assentadas, permaneciam nas terras lhes destinadas, enquanto 9% apostavam que elas simplesmente iam embora. Números do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão do próprio Governo Federal, mostram que as estatísticas de desistência (incluindo aí venda ou aluguel de lotes) são bem mais modestas, atingem, no máximo, 30% dos assentados.

Merecem destaque outras observações extraídas a partir dos dados gerais da pesquisa: a maioria dos brasileiros não considerava o MST o maior culpado pelos conflitos no campo. Para 31% dos entrevistados, o principal culpado era o governo. Sem-terra e latifundiários registravam empate técnico, respectivamente, em segundo e terceiro lugar, citados por 16% e 15% dos 2.002 eleitores ouvidos pela pesquisa. Entretanto, o que a pesquisa demonstrava, em linhas gerais, era a popularidade e a aprovação do MST completamente abaladas, após uma década sob o fogo cruzado da imprensa neoliberal. Uma análise mais apressada desse dado poderia fazer pensar que estava preparado o terreno para a criminalização efetiva do movimento.

Considerações Finais

Ao iniciar esta pesquisa, nos propusemos a investigar, sob a ótica do materialismo cultural de Raymond Williams, duas questões bastante objetivas – e, nem por isso, menos espinhosas. A primeira delas é a verdadeira natureza dos elementos culturais utilizados pela imprensa, materializada aqui na Revista *Veja*, para imputar a imagem de “grupo terrorista” ao MST, o maior movimento social brasileiro da atualidade. No percurso do trabalho, julgamos deixar claro o quanto a referida revista tem se esmerado para atingir seu intento. Para isso, recuperou tanto os elementos residuais da tradição do pensamento colonial, imperialista e republicano brasileiro, como, também, os elementos emergentes, próprios da cultura do capitalismo tardio.

Dentre os elementos residuais que, conforme Williams, representam os ecos das mais autênticas “tradições” do passado, recriadas para atender aos imperativos do pensamento hegemônico, destaca-se a re-elaboração do discurso utilizado desde os primeiros anos de colônia para criminalizar índios, escravos negros, imigrantes, sertanejos e, por fim, os pobres em geral. Dessa tradição cultural brasileira, a revista *Veja* extraiu, por exemplo, a imagem forjada nos tempos da escravidão de que o trabalho no campo desumaniza o ser humano, coisificando-o. Explora, ainda, a cruel associação que diz que, em mãos não talhadas para o trabalho intelectual, a foice pode deixar de ser instrumento de trabalho para se travestir em arma. Imagem essa que, ainda hoje, é sistematicamente utilizada pelo discurso dominante para tentar caracterizar camponeses não adeptos ao neoliberalismo como força beligerante potencial.

Mas é, sem dúvida alguma, nas referências a Canudos que *Veja* mergulha mais fundo na tentativa de reavivar elementos residuais que possam ajudar a consolidar, no imaginário coletivo da sociedade brasileira, a idéia do MST terrorista. Da imagem de um Antônio Conselheiro fanático e insano, propagada pelo discurso hegemônico, a revista reconstrói a figura de uma das mais fortes lideranças do MST, estendendo, assim, para ele as características negativas atribuídas ao líder sertanejo do final do século XIX. Fundamentada nos preconceitos próprios da ciência da época contra os brasileiros pobres e

simples do sertão, eternizados pela obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a revista ressignifica os sem-terra à imagem e semelhança dos conselheiristas, já mascarados e massacrados pela retórica propagada pela imprensa e pelos intelectuais do século XIX. De brasileiros humildes e vítimas de um Estado omissivo, os sem-terra, tal como os sertanejos de Canudos, são transformados em representantes da “sub-raça brasileira” que, à margem da ordem e do progresso da civilização letrada, constituem a imagem do Brasil baderneiro e atrasado, combatido pelas forças hegemônicas que, desde a implantação da República, dizem querer um país moderno e civilizado, mesmo que apenas para uma parcela ínfima da população.

Dos elementos culturais próprios do capitalismo tardio, a revista *Veja* apropriou-se do pânico disseminado da violência, com o propósito de imputar na sociedade brasileira em geral o repúdio absoluto à simples idéia da existência do MST. Procurando carimbar o movimento como uma organização baderneira e beligerante, a revista chega ao extremo de divulgar uma ligação jamais comprovada entre lideranças do MST e do PCC, a organização criminosa criada por presidiários paulistas, responsável por alguns dos mais impressionantes episódios de violência urbana no Brasil dos últimos anos.

Parecendo desconhecer o fato de que o MST é efeito e não causa das mazelas de um país marcado por uma desigualdade ímpar e, por isso, violento, *Veja* omite e adultera o discurso de sustentação do movimento dos sem-terra, até o limite de classificá-lo como intolerante e avesso à ciência. Como se a ciência, como qualquer outra forma de discurso, não fosse apropriada pelas forças hegemônicas para respaldar seus objetivos de manutenção do *status quo*. Processo esse que ficou evidenciado no tratamento dado pela revista ao episódio de ocupação de um laboratório da ARACRUZ pelas mulheres do MST.

Dentre as conclusões obtidas nesta pesquisa, destacamos que, ao contrário do que a revista *Veja* apregoa em nome das forças hegemônicas, não é o MST que é anacrônico e atrasado, mas sim a elite brasileira comprometida com o ideário neoliberal. Afinal, é essa elite que precisa se ancorar em um discurso ultrapassado, insustentável cientificamente, já largamente desgastado pela imprensa de dois séculos atrás, em tentativas desesperadas de combater a luta dos trabalhadores em geral, nominados por eles de “classes perigosas”, em uma República proclamada pelo alto.

Na abertura de *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*, Marx (1971) afirma, parafraseando Engels, que há personagens e fatos na história que ocorrem duas vezes: a primeira como tragédia e a segunda como farsa. Não é difícil perceber que, hoje, o trágico discurso usado pela elite dominante, no apagar das luzes do século XIX, para massacrar os sertanejos se repete como farsa nas páginas de jornais e revistas, a exemplo do semanário *Veja*, da Editora Abril. É por isso que, ao contrário de Euclides da Cunha e seus pares, a consciência letrada de hoje precisa sobrepor-se aos preconceitos ideológicos criados pelas instituições próprias do nosso tempo, como a imprensa, a justiça e a própria ciência, para melhor compreender e denunciar tal ofensiva.

A segunda questão proposta para investigação no percurso deste trabalho diz respeito às formas com que o discurso de construção do MST terrorista influencia a prática social. Trata-se de uma questão bastante complexa que, de forma alguma, temos condição de esgotar neste trabalho.

Primeiramente, em razão da “legitimidade” que a revista *Veja* possui perante a sociedade brasileira, cabe observar que a publicação tem servido não somente de porta-voz do grupo hegemônico, como também de avalista desse mesmo grupo, quando esse se sente compelido a tomar medidas práticas mais rigorosas, contra as forças que se colocam em oposição aos seus interesses. Afinal, foi com a revista *Veja* empunhada que um deputado da bancada ruralista tomou a Tribuna da Câmara Federal para exigir providências contra o sistema escolar dos sem-terra. Também foi com base nas denúncias veiculadas pela imprensa, incluindo aí a revista *Veja*, que o Congresso Nacional decidiu instituir a CPI da Terra que, em seu relatório final, propõe a tipificação da ocupação de terras como ato terrorista, reforçando a lógica conservadora e autoritária de que o MST é o principal responsável pela violência no campo brasileiro.

Outra consideração a ser enfatizada diz respeito à imagem do MST como organização terrorista, consolidada perante vários setores da sociedade brasileira. O próprio Poder Executivo, comandado pelo PT, partido que durante décadas manteve estreitas relações com o movimento e defendeu, entre outras, a bandeira da reforma agrária, chegou a propor um projeto de lei, em março de 2007, que classificava as ofensivas do MST contra o latifúndio como ações terroristas. Entretanto, sete meses depois, o projeto foi engavetado, pela

pressão externa de movimentos sociais, sindicatos e de organizações humanitárias internacionais, além, é claro, das disputas internas travadas no âmbito do próprio Partido dos Trabalhadores. Pelos mesmos motivos, o projeto oriundo da Câmara Federal, com os mesmos propósitos, pelo menos até o momento, não chegou ao plenário, permanece “esquecido” nos trâmites burocráticos do parlamento.

Por fim, é preciso compreender o que quer dizer de fato e objetivamente a queda da popularidade do MST, aferida pelo IBOPE e tão propagada pela imprensa em geral. Apesar da pesquisa ter sido encomendada pela entidade representativa dos latifundiários, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a mesma foi tratada como autêntica e legítima até mesmo pelos membros da coordenação do MST, que arriscaram análises sobre os resultados em entrevistas à imprensa. João Pedro Stedile chegou dizer que, em meio aos inúmeros ataques da imprensa ao MST, considerava bastante razoável o índice de aprovação do movimento.

Entretanto, as mais recentes análises no campo da teoria da comunicação demonstram o quão frágeis são os modelos utilizados pelos institutos de pesquisa para aferir a opinião pública. Análises essas que se pautam em hipóteses como a da “Espiral do Silêncio”, que defende que as pessoas tendem a omitir suas opiniões quando essas contrastam com o discurso hegemônico vigente. Dessa forma, esse mesmo discurso hegemônico parece cada vez mais abrangente e universal, embora a realidade seja bem diferente. Porém, não cabe aos propósitos deste estudo ir mais além nesse questionamento, registrado aqui apenas com a intenção de instigar novas e futuras pesquisas sobre o tema.

Afinal, como afirma Barros Filho (2003, p. 229), “reza a boa técnica de textos acadêmicos que a conclusão não deve repetir com outras palavras o que foi desenvolvido durante o corpo do texto: o objetivo é uma nova perspectiva de abordagem do tema”. Mais do que isso, entretanto, ousamos também buscar ressaltar a importância e, por que não, a necessidade de novas investigações científicas na área em questão.

Em março de 2008, às vésperas da entrega desta dissertação ao Programa de Mestrado ao qual estamos vinculados, a concretização da reforma agrária no Brasil permanece como uma utopia distante e o futuro do

MST como uma incógnita. O projeto neoliberal continua avançando a passos largos pelo país. Com ele, avança também a opressão, o medo, a cultura da violência a que nos referíamos desde a introdução deste estudo. O governo Lula, apesar das relações históricas com os sem-terra, nada fez para efetivar a reforma agrária que o movimento tanto anseia. A contribuição da administração do PT ao setor foi tão ínfima que João Pedro Stedile chegou a declarar, em entrevista à imprensa, que Lula operou uma verdadeira “contra-reforma agrária” no campo brasileiro. A média de famílias assentadas por ano foi muito inferior, inclusive, do que as beneficiadas com um pedaço de terra durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Da mesma forma, a ofensiva da imprensa neoliberal contra o MST continua intensa. A construção do discurso que busca transformá-lo em organização terrorista é reforçada com elementos eficazes perante esta nova conjuntura política, como na recente associação do movimento com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), retornada à pauta latino-americana a partir dos conflitos diplomáticos envolvendo Colômbia, Equador e Venezuela.

Em linhas gerais, pode-se dizer que muda o governo, muda a conjuntura e o MST continua, dia após dia, a sua luta, não somente pelas terras entregues ao latifúndio e ao capital internacional, mas, também, pelos corações e a mentes daqueles que podem apoiá-los em sua trajetória histórica.

Referências Bibliográficas

- ABDALA Júnior, Benjamin (org.). **Margens da Cultura – mestiçagem, hibridismo e outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte/ Rocco, 1998.
- AGUIAR, Flávio. A cultura do medo: nova etapa do capitalismo. In: **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, v. 6, set./2005.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDREW, Edgar; SEDGWICK, Peter. **Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2003.
- ARBEX Júnior, José. **O Jornalismo Canalha**. São Paulo: Casa Amarela, 2003.
- _____. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail (Voloshinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. – (Coleção Ensino Superior)
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação**. São Paulo: *Summus*, 2003.
- BOGO, Ademar. O MST e a Cultura. In: **Caderno de Formação nº 34**. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 2000.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. João Batista pede fiscalização de escolas do MST. **Jornal da Câmara**. Brasília, ed. 1.305, 28 de set. 2004.

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal, 1988.
- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BRITTOS, Valério Cruz e BOLÃO, César Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEVASCO, M.E. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **Para Ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHOMSKY, Noam. **11 de Setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- Deputado diz que relatório da CPI da Terra impede reforma agrária. **Folha Online**. Matéria publicada em 29 nov./2005, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74257.shtml>, acessada em 28/02/2008.
- DREIFFUS, René. **A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- DORNELES, Carlos. **Deus é inocente: a imprensa, não**. São Paulo: Globo, 2003.
- EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria - um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; COSTA NETO, Canrobert. Das ocupações de terra à reforma agrária: territorialização, renda capitalizada e sobretrabalho. In: **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, v. 2, mai./2004.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio – a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2003.

_____. Bakhtin e a Concepção dialógica da Linguagem. In: **Margens da Cultura**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 1996.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O Império do Belo Monte** – vida e morte de Canudos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **No Calor da Hora (A guerra de Canudos nos Jornais) 4ª expedição**. São Paulo: Ática, 1977.

GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. **Mídia e Democracia**. Porto Alegre: PG/OB, 2005.

_____. **Mídia, Educação e Cidadania**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais** – Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Ortiz, 1991.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência** – perversidade, futilidade e ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEVINE, Robert M. **O Sertão Prometido: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

LIOSA, Mario Vargas. **A Guerra do Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. **Belo Monte** – uma história da Guerra de Canudos. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MAGALHÃES, Luiz Antônio. A mídia, o medo e o governo Lula. In: **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, v. 6, set./2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky et al. Campinas: Pontes / Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MARX, Karl. **Diferencia entre la Filosofia según Demoócrito y según Epicuro**. Trad. Juan David García Bacca. Caracas: Universidad Central de Venezuela - Dirección de Cultura, 1997.

_____. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Edições 70, 1993.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Nosso Tempo, 1971.

MATOS, Heloísa (Org.). **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo: Scritta, 1994.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. **Multinacionais e Sistemas de Comunicação**: os aparelhos ideológicos do imperialismo. São Paulo: Ciências Humanas, 1976.

MIGUEL, Luís Felipe. **Política e Mídia no Brasil**: episódios da história recente. Brasília: Plano Editora, 2002.

MORAES, Fernando. **Corações Sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NASSIF, Luiz. **O Jornalismo dos Anos 90**. São Paulo: Editora Futura, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas-SP: Pontes, 2000.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PINASSI, Maria Orlanda. O MST e a Completude Destrutiva do Capital. In: **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, v. 6, set./2005.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O litígio discursivo materializado no MST**: a ferida aberta da nação. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP - Dep. De Psicologia e Educação. Ribeirão Preto, 2002.

SÁ, Roberto Boaventura da Silva. Veja lidera bombardeio contra MST. **Cadernos Populares Adufmat**. Cuiabá, jun. 2001.

SADER, Emir. **O Anjo Torto** - esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Carla Luciana Souza da Silva. **Veja**: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). Tese de Doutorado em História pela UFF. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Imprensa e a Ditadura Militar. In: **Revista História e Luta de Classes**. Rio de Janeiro: ADIA, abr./ 2005.

SILVA, Tadeu T. da (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O Império do Grotesco**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. **O discurso de Veja e o MST: do silêncio à satanização**. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. PUC-SP. São Paulo, 2001.

_____. **Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST**. São Paulo: Annablume, 2004.

SOUZA, Ulysses Alves. **A história secreta de Veja**. Revista *Imprensa*. São Paulo: Imprensa Editorial Ltda, ed. 13, set. de 1988.

STELIDE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil – Volume 3**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TOGNOLLI, Cláudio. **A sociedade dos chavões: presença e função do lugar-comum na comunicação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

VENTURA, Zuenir. **1968 – o ano que não terminou**. 38 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

WAINBERG, Jacques A. **Mídia e Terror – comunicação e violência política**. São Paulo: Paulus, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Cultura y Sociedad**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2001.

_____. Quando foi o modernismo? In: **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, v. 6, set./2005.

_____. **Marxismo e Literatura**. São Paulo: Zahar, 1977.

_____. **Palabras clave: un vocabulario de la cultura y la sociedad**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

Reportagens de Veja:

Semeadura de Armas. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 876, 18 jun. 1985, p. 20-26.

Violência – A escalada da selvageria assusta o país. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 876, 15 ago. 1990. http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/arquivo/150890.html, acessada em 26/3/2008.

Executados, torturados humilhados. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1379, 6 set. 1995, p. 38-41.

Sangue em Eldorado. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1441, 24 abr. 1996, p. 34-39.

O Sindicato-partido do MST. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.441, 24 abr. 1996, p. 38-39.

Terra em Chamas. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1441, 24 abr. 1996, p. 40-43.

A longa marcha. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1491, 16 abr. 1997, p. 34-58.

Lições da longa marcha descalça. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1492, 23 abr. 1997, p. 26-36.

O legado do Conselheiro. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1511, 3 set. 1997, p. 64-68.

Os astros da degola. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1511, 3 set. 1997, p. 84-87.

O que eles querem. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1549, 03 jun. 1998, p. 42-48.

Turismo radical. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1621, 27 out. 1999, p. 98-99.

Eles passaram do limite. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1596, 5 mai. 1999, p. 46-51.

Sem terra e sem lei. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.648, 10 mai. 2000, p. 42-49.

A lua de mel acabou. **Revista Veja**. 13 mar. 2003. http://veja.abril.com.br/120303/p_056.html, acessado em 26/3/2008).

A guerra aqui é de outro tipo. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1795, 26 mar. 2003, p. 82-84.

Sistema é feudal – Miguel Rossetto. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1795, 26 mar. 2003, p. 11-15.

O Beato Rainha. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1807 18 jun. 2003, p. 72-80.

Rosetto todo feliz nos palácios e os sem-terra botando pra quebrar. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1809, 2 jul. 2003, p. 42-44.

Veja avisou. **Revista Veja**. São Paulo: Editora Abril, ed. 1809, 2 jul. 2003, p. 7.

Stedile declara guerra. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.813, 30 de jul. 2003, p.50-52.

O Brasil da solução ... e o Brasil do problema. **Revista Veja**, São Paulo, ed. 1814, 6 de ago. 2003, p. 48-49.

Quem concorda com Stedile. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1823, 8 out. 2003, <http://veja.abril.com.br/221003/radar.html>, acessado em 6/01/2008.

O abril sem lei do MST. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1849, 14 abr. 2004, p. 52-53.

Como na guerra – os sem-terra continuam agitando o campo e o governo lança um pacote para acalmá-los. **Revista Veja**. São Paulo, ed 1850, 21 abr. 2004, p.48-49.

PETRY, André. Mil pecados. Alguma virtude? **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1850, 21 abr. 2004, p. 49.

Um negócio pioneiro – a Abril é o primeiro grupo de mídia do Brasil a atrair capital estrangeiro. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1.682, 14. jul. 2004, p. 52.

Madraçais do MST. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1870, 8 set. 2004, p. 46-49.

Como na guerra. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1850, 21 abr. 2004, p.48.

Ligações perigosas – Escuta mostra que o MST orientou a facção criminosa PCC a organizar uma manifestação. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1904, 11 mai. 2005, p. 106-107.

O terror contra o saber. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1947, 15 mar. 2006, p. 88.

Uma nova etapa para a Abril. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1955, 10 mai. 2006, p.87.

Existe guerra justa? **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1967, 2 ago. 2006, p. 82-96.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)